



19

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 22ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 25 DE NOVEMBRO DE 2025

ATA Nº. 27 / 2025

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - PELA REALIZAÇÃO ANUAL DA SESSÃO EVOCATIVA DO DIA 25 DE NOVEMBRO EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH
 - 3.2.1. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH)
 - 3.2.2. SR. DEPUTADO PEDRO FIDALGO (PAN)
 - 3.2.3. SRª. DEPUTADA CATARINA ANTUNES (CDU)
 - 3.2.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
 - 3.2.5. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO)
 - 3.2.6. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.2.7. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (INOV25)
 - 3.2.8. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (INOV25)
 - 3.2.9. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.2.10. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO)
 - 3.2.11. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
 - 3.2.12. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)
 - 3.2.13. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (INOV25)
 - 3.2.14. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

- 3.2.15. VOTAÇÃO
- 3.2.15.1. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.3. VOTO DE RECONHECIMENTO E REFORÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA - APRESENTADO PELO PS E SUBSCRITO PELO PAN, CEO, CDU, IL E INOV25
- 3.3.1. SRª. DEPUTADA PAULA NETO (INOV25)
- 3.3.2. SRª. DEPUTADA CATARINA ANTUNES (CDU)
- 3.3.3. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)
- 3.3.4. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.3.5. VOTAÇÃO
- 3.4. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.5. SR. DEPUTADO PEDRO FIDALGO (PAN)
- 3.6. SR. DEPUTADO TOMÁS BARRA (INOV25)
- 3.7. SR. DEPUTADO ANDRÉ COTRIM (INOV25)
- 3.8. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)
- 3.9. SRª. DEPUTADA CATARINA ANTUNES (CDU)
- 3.10. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.11. SRª. DEPUTADA FILIPA LOURINHO (CH)
- 3.12. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.13. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. PROPOSTA 001/2025 DA SRª. PRESIDENTE DA A.M. RELATIVA À CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA O MANDATO 2025-2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.1.1. VOTAÇÃO
- 4.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 982/2025 – DMAG/DFP –
RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA LEI DOS
COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS
- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.2.1.1. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.2.1.2. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 985/2025 – DMAG/DFP/DPOC –
RELATIVA À 5ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (5ª REVISÃO) ÀS
GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR)
- 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.3.1.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.3.1.2. SR. DEPUTADO PEDRO FIDALGO (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.3.1.3. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.3.1.4. SR. DEPUTADO FILIPE MARTINS (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.4. APRECIACÃO DA PROPOSTA CMO Nº 997/2025 - GMA – RELATIVA À PARQUES
TEJO E.M. - RELATÓRIOS DO 1.º E 2.º TRIMESTRES E 1.º SEMESTRE DE 2025 -
APRECIADA
- 4.5. APRECIACÃO DA PROPOSTA CMO Nº 999/2025 - GMA – RELATIVA À OEIRAS VIVA
- GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.- RELATÓRIOS
DO 1.º E 2.º TRIMESTRES E 1.º SEMESTRE DE 2025 - APRECIADA
- 4.6. APRECIACÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1003/2025 - GMA – RELATIVA À MUNICÍPIA
- EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A. -
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 1.º TRIMESTRE DE 2025 -
APRECIADA

- 4.7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1027/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/11 – RELATIVA AO PROC. N.º 17/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE SÃO MARÇAL II - 48 FOGOS, CARNAXIDE - 1.ª REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.7.1. VOTAÇÃO
- 4.7.1.1. SR.ª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1028/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/12 – PROCESSO N.º 41/DCH/2023 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DA TERRA DO MOINHO - 17 FOGOS, PORTO SALVO - 2.ª REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1029/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/15 - PROC. Nº 11/DPCH/2025 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL MÓDULOS DA POLITEIRA - 14 FOGOS, LECEIA - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÃO DE PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO
- 4.10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1031/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/14 – PROC. N.º 01/DPCH/2025 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DO ROSSIO DE PORTO SALVO - 20 FOGOS, PORTO SALVO. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO
- 4.11. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1032/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/03 – PROC. N.º 34/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DA QUINTA DAS ACÁCIAS - 42 FOGOS, CARNAXIDE - 2.º REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.12. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1033/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/05 - PROC. Nº 10/DCH/2024 "CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE SÃO MARÇAL - 40 FOGOS, CARNAXIDE". PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 2.ª REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.13. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1034/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/06 - PROC. Nº 38/DCH/2024 - "CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE TERCENA - 83 FOGOS, BARCARENA - 2.ª REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.14. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1035/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/07 – PROC. Nº 54/DCH/2023 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE LECEIA - 96 FOGOS, BARCARENA - 2.ª REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.15. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1036/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/09 - PROC. Nº 21/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DO EMPREENDIMENTO IRMÃ JOANA - 30 FOGOS, PORTO SALVO - 1.ª REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.16. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1037/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO NPH/10 – PROC. Nº 44/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL SÉNIOR DE TALAÍDE - 30 FOGOS, PORTO SALVO" - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO
- 4.17. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 1038/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO PROCESSO Nº 37/DCH/2024 - PRR - REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA BAIRRO DE S. MARÇAL (29 EDIFÍCIOS),

CARNAXIDE, OEIRAS. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

- 4.8.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1028/25 - DPCH - Pº. 41/DCH/2023 -
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DA TERRA DO MOINHO - 17
FOGOS, PORTO SALVO - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.8.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.9.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1029/25 - DPCH - Pº. 11/DPCH/2025 -
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL MÓDULOS DA POLITEIRA - 14
FOGOS, LECEIA – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÃO DE PLANO DE
TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO
- 4.9.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.10.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1031/25 - DPCH - Pº. 01/DPCH/2025 -
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DO ROSSIO DE PORTO SALVO -
20 FOGOS, PORTO SALVO -REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÃO DO
PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À
CONSIGNAÇÃO
- 4.10.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.11.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1032/25 - DPCH - Pº. 34/DCH/2024 -
CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DA QUINTA DAS ACÁCIAS
- 42 FOGOS, CARNAXIDE - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.11.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.12.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1033/25 - DCH - Pº. 10/DCH/2024 -
CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE SÃO MARÇAL - 40
FOGOS, CARNAXIDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 2ª. REPROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA
- 4.12.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.13.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1034/25 - DPCH - P.º. 38/DCH/2024 -
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE TERCENA - 83 FOGOS,
BARCARENA - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.13.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.14.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1035/25 - DPCH - P.º. 54/DCH/2023 -
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE LECEIA - 96 FOGOS,
BARCARENA - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.14.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.15.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1036/25 - DPCH - P.º. 21/DCH/2024 -
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DO EMPREENDIMENTO IRMÃ
JOANA - 30 FOGOS, PORTO SALVO - 1ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.15.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.16.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1037/25 - DPCH - P.º. 44/DCH/2024 -
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL SÉNIOR DE TALAÍDE - 30 FOGOS,
PORTO SALVO – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PLANO DE TRABALHOS E
CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO
- 4.16.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.17.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1038/25 - DCH - P.º. 37/DCH/2024 –
REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA BAIRRO DE S. MARÇAL (29 EDIFÍCIOS),
CARNAXIDE, OEIRAS - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
- 4.17.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Unanidade</i> a 25-11-2025			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
INOV 25	17		
PS	1		
CH	2		
CEO	2		
IL	1		
CDU	—		
PAN	—		
INNOVAR UNIAO ALGES 25	1		
INNOVAR BARCAREMA 25	—		
INNOVAR CARMADE E OUEIRAS 25	1		
INNOVAR UNIAO OEIRAS 25	—		
INNOVAR PORTO DE VOZ 25	1		
S=A FAVOR * N=CONTRA * A=ABSTENÇÃO			

----- ATA DA 22ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 25 DE NOVEMBRO DE 2025

----- ATA Nº. 27 / 2025 -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais, quatro Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e um em substituição (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo, Rui Jorge Lima Vieiro, Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias,

Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Filipe Jorge de Sousa Martins, Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes, Pedro Filipe Fidalgo Marques, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária e Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, do Partido Pessoas Animais Natureza pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista, Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes, da Coligação Democrática Unitária e Pedro Filipe Fidalgo Marques, do Partido Pessoas Animais Natureza. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Sílvia Isabela Jesus Almeida Breu Baptista Fernandes, Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Susana Isabel Costa Duarte e Mariana Campos Carvalho Coelho. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Proposta 001/2025 da Senhora Presidente da A.M. relativa à Constituição do Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras para o Mandato 2025-2029;-----
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 982/2025 – DMAG/DFP – relativa à Delegação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas; -- -----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 985/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 5ª Alteração Orçamental Modificativa (5ª Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR); -----

4. Apreciação da Proposta CMO N° 997/2025 - GMA – relativa à PARQUES TEJO E.M. - Relatórios do 1.º e 2.º trimestres e 1.º semestre de 2025; -----

5. Apreciação da Proposta CMO N° 999/2025 - GMA – relativa à OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.- Relatórios do 1.º e 2.º trimestres e 1.º semestre de 2025; -----

6. Apreciação da Proposta CMO N° 1003/2025 - GMA – relativa à MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. - Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2025; -----

7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1027/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/11 – relativa ao Proc. n.º 17/DCH/2024 - Construção do Programa Habitacional de São Marçal II - 48 fogos, Carnaxide - 1.ª Reprogramação Financeira;-----

8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1028/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/12 – Processo n.º 41/DCH/2023 - Construção do Programa Habitacional da Terra do Moinho - 17 fogos, Porto Salvo - 2.ª Reprogramação Financeira; -----

9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1029/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/15 - Proc. n° 11/DPCH/2025 - Construção do Programa Habitacional Módulos da Politeira - 14 fogos, Leceia - Reprogramação Financeira, aprovação de Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados à consignação; -----

10. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1031/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/14 – Proc. n.º 01/DPCH/2025 - Construção do Programa Habitacional do Rossio de Porto Salvo - 20 fogos, Porto Salvo. Reprogramação Financeira, aprovação do Plano de Trabalhos e

Cronograma Financeiro ajustados à consignação; -----

11. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1032/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/03 – Proc. n.º 34/DCH/2024 - Construção do Novo Programa de Habitação da Quinta das Acácias - 42 fogos, Carnaxide - 2.º Reprogramação Financeira; -----

12. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1033/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/05 - Proc. n.º 10/DCH/2024 "Construção do Novo Programa de Habitação de São Marçal - 40 fogos, Carnaxide". Proposta de aprovação de 2.ª Reprogramação Financeira;-----

13. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1034/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/06 - Proc. n.º 38/DCH/2024 - "Construção do Programa Habitacional de Tercena - 83 fogos, Barcarena - 2.ª Reprogramação Financeira; -----

14. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1035/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/07 – Proc. n.º 54/DCH/2023 - Construção do Programa Habitacional de Leceia - 96 fogos, Barcarena - 2.ª Reprogramação Financeira;-----

15. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1036/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/09 - Proc. n.º 21/DCH/2024 - Construção do Programa Habitacional do Empreendimento Irmã Joana - 30 fogos, Porto Salvo - 1.ª Reprogramação Financeira;-----

16. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1037/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/10 – Proc. n.º 44/DCH/2024 - Construção do Programa Habitacional Sénior de Talaíde - 30 fogos, Porto Salvo" - Reprogramação Financeira, Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados à Consignação; -----

17. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1038/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao Processo n.º 37/DCH/2024 - PRR - Requalificação Arquitetónica Bairro de S. Marçal (29 edifícios), Carnaxide, Oeiras. Reprogramação Financeira. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte: -----



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Boa tarde a todos os que nos assistem aqui nesta Assembleia e a quem nos vê por outros meios à distância. Declaro aberta a vigésima segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras.-----

----- No Período Antes da Ordem do Dia nós temos... Antes de mais, vamos fazer a chamada, para ver quem está presente. Depois entraremos no Período Antes da Ordem do Dia” --

----- Vamos então dar início aos nossos trabalhos. E no Período Antes da Ordem do Dia nós temos aqui uma proposta de recomendação apresentada pelo Partido Chega, que eu vou pedir o favor ao Primeiro Secretário, Doutor Miller, de ler.”-----

3.2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - PELA REALIZAÇÃO ANUAL DA SESSÃO EVOCATIVA DO DIA 25 DE NOVEMBRO EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Exposição de motivos:-----

----- A revolução de Vinte e Cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro encheu de promessas e esperança os portugueses. Promessas de liberdade, prosperidade e crescimento do país, bem como encheu de esperança os portugueses, na expectativa de uma vida e de um futuro melhor.-----

----- Essa expectativa rapidamente se transformou em desilusão e o êxtase revolucionário das promessas de abril foi absorvido pela influência do Partido Comunista Português e das restantes formações políticas de extrema-esquerda, na sociedade civil e no seio das Forças Armadas. Tal situação colocou Portugal sob o risco elevadíssimo de sucumbir às mãos da ideologia marxista que governava então, de forma totalitária, uma série de países pelo mundo e que tornaria a nossa Nação no satélite ocidental da então União Soviética.-----

----- O PREC, período vivido no pós-Vinte e Cinco de abril de mil novecentos e setenta e

quatro, foi caracterizado pelo enorme caos social, pela insegurança, e pelo medo, fruto das constantes ameaças por parte das forças de extrema-esquerda, que procuraram tomar o poder de assalto, através da nacionalização da banca e dos seguros, das expropriações, da Reforma Agrária e dos saneamentos de todos quantos não encaixassem na sua ideologia.-----

-----Nasceu, com isto, uma resistência ao perigoso caminho no qual Portugal enveredara, rumo a uma sovietação, e à conseqüente ditadura comunista. A repressão perpetrada pelas forças de extrema-esquerda tornou-se particularmente severa após a manifestação da «Maioria Silenciosa», em Setembro de mil novecentos e setenta e quatro, que resultou no afastamento do General Spínola, e posteriormente, no Onze de Março, onde a restante oposição de direita foi liquidada, partidos de direita impedidos de concorrer às eleições para a Constituinte, e muitos obrigados a fugir para o exílio. Entre a maioria da população, a generalidade dos partidos políticos «moderados»: o PS, de Mário Soares, o PPD, de Sá Carneiro e o CDS, de Freitas do Amaral, e ainda de uma parte considerável das Forças Armadas, ficou claro que era necessário e urgente reduzir o Partido Comunista ao seu valor eleitoral e não à sua pretensa dimensão totalitária. -----

-----Nesse sentido, no dia Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, o Regimento de Comandos da Amadora, então sob o Comando do Coronel Jaime Neves, entre tantos outros, ocuparam pontos estratégicos militares e civis e colocaram finalmente um fim ao processo revolucionário em curso, impedindo que a intenção da ala extremista à esquerda de instaurar uma ditadura totalitária comunista se concretizasse. -----

-----É graças a esta ação corajosa e decisiva que hoje todos vivemos num regime democrático e em liberdade, o que só foi alcançado verdadeiramente a Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, que é sem sombra de dúvida, o verdadeiro Dia da Liberdade e da Democracia. Se não tivesse existido o Vinte e Cinco de Novembro, hoje Portugal poderia estar ao nível de uma Venezuela ou Cuba, acorrentado e condenado à miséria e opressão, que caracteriza os regimes de extrema-esquerda.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O projeto totalitário não vingou, devido à força, determinação e valentia dos Comandos da Amadora, liderados pelo Coronel Jaime Neves e dos seus camaradas de armas. É esse legado que devemos honrar. -----

----- Por isso, volvidos cinquenta anos, não compreendemos como a data do Vinte e Cinco de Novembro continua a ser ocultada na História de Portugal, nomeadamente das novas gerações, facto esse que o CHEGA e muitos outros patriotas repudiam. -----

----- Devemos celebrar a História pelo que ela foi e não apenas quando a mesma é associada ao partido A ou partido B, História é História e não pode ser apagada! Nós, assim como outras forças políticas, entendemos o Vinte e Cinco de Novembro como a reposição dos valores prometidos em Abril! -----

----- Sendo o Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco uma data que marca a estabilização e normalização da democracia representativa em Portugal, consideramos de extrema importância que seja lembrado a todos, em especial aos jovens, pois foi após esta data que Portugal teve de facto grandes progressos sociais, económicos e políticos. -----

----- De facto, hoje como no passado, pode-se afirmar, de forma esclarecida, que o Vinte e Cinco de Novembro determinou a vontade do povo português em caminhar sobre os trilhos da liberdade, que o Vinte e Cinco de Abril anunciara. -----

----- Comemorar o Vinte e Cinco de Novembro, data à qual a esmagadora maioria dos democratas adere, é reafirmar o compromisso deste Município com os princípios universais da liberdade de expressão, do pluralismo partidário e das eleições livres. -----

----- Por estes factos, cinquenta anos volvidos sobre a data, neste município, a Assembleia Municipal de Oeiras, delibera recomendar à Câmara Municipal, que seja instaurada uma celebração solene anual do dia Vinte e Cinco de Novembro, como já ocorre na casa da Democracia, na Assembleia da República. Desta forma, pretendemos que esta efeméride seja considerada e celebrada com a mesma importância que outras datas que marcaram a História do nosso País. ----

-----Por último, importa ainda salientar, as palavras do antigo Presidente da República, General Ramalho Eanes «Não percebo que estigmatizem o Vinte e Cinco de Novembro, porque o Vinte e Cinco de Novembro é a continuação do Vinte e Cinco de Abril».-----

-----Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária de Vinte e Cinco de Novembro de dois mil vinte e cinco, recomende ao executivo da Câmara Municipal de Oeiras que: -----

-----Um - O Município celebre anualmente com uma Sessão Solene Evocativa, o Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco. -----

-----A presente Proposta de Recomendação deve ser publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como em pelo menos um jornal de dimensão regional e nacional.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Quem pretende inscrever-se para dizer alguma coisa sobre esta proposta? Faz favor, Senhor Deputado Municipal José Shirley (CH).”-----

3.2.1. O Senhor Deputado José Shirley (CH) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Vice-Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, caros munícipes.-----

-----Apresento-me hoje nesta Casa para falar sobre uma proposta de recomendação que devia ser óbvia num país que é minimamente honesto consigo próprio. Mas não é. Porque Portugal tem uma mania antiga e perigosa, de esconder capítulos da sua história sempre que esses capítulos não servem determinadas narrativas.-----

-----Hoje, trago à consideração algo que muitos preferiam continuar a empurrar para a gaveta: a comemoração anual do Vinte e Cinco de Novembro no nosso Concelho. E antes que alguém comece a criticar, recordo um facto que muitos pensam não ter ouvido: é que a Assembleia da República aprovou com um resultado estrondoso, a realização de uma sessão solene dedicada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a esta data, como tal já existe no Vinte e Cinco de Abril.-----

----- Portanto, se até o Parlamento, onde muitas decisões ficam eternamente à espera, houve finalmente a coragem para reconhecer esta data, o país deu o passo que falta a Oeiras. -----

----- O Vinte e Cinco de Abril abriu portas. O Vinte e Cinco de Novembro impediu que alguns as trancassem por dentro e deitassem fora a chave. E é precisamente isto que custa a engolir quem prefere contar a história sempre pela metade. -----

----- E eu não venho aqui com discursos adocicados sobre pontes, falsos abraços e ideais democráticos. Venho com a frontalidade de quem sabe que se o Vinte e Cinco de Novembro tivesse falhado, hoje, aos vinte e dois anos não estava aqui a falar livremente, nem seria deputado nesta Casa. Estaria calado ou então a repetir um discurso aprovado por alguém do Comité Central que achasse que a liberdade de expressão é um luxo perigoso. -----

----- O Vinte e Cinco de Novembro impediu que Portugal se transformasse num laboratório político radical, um país satélite da União Soviética, onde a liberdade de expressão existiria só no papel e onde discordar seria um crime. -----

----- Este foi o dia em que o país disse basta ao extremismo e escolheu uma Democracia plural e real. E perguntam: como é que isto me importa enquanto jovem? Porque a minha geração já vive num país onde se fala muito da liberdade, mas onde essa mesma liberdade é atacada diariamente, seja na opinião ou num simples direito de discordar. Há quem fale de Democracia com grande entusiasmo, mas que depois fica nervoso quando alguém se lembra que a Democracia também foi salva pela direita e pelos militares que não queriam o PREC. -----

----- O Vinte e Cinco de Novembro não é uma data simpática, é uma data que incomoda e é precisamente por isso que tem de ser celebrada. A proposta que se apresenta hoje pretende que Oeiras assinale com total dignidade e frontalidade esta data que marcou o rumo do país, não para reescrever a história, mas para contá-la inteira sem censura, sem filtros e sem medo. -----

----- Se queremos um concelho politicamente maduro, então tratemos a história como

adultos. Se até a Assembleia da República já reconheceu a importância do Vinte e Cinco de Novembro, Oeiras não se deve esconder atrás da cortina como se tivesse vergonha de abrir este capítulo. ---

-----Senhora Presidente, Senhores Deputados, a liberdade não se protege com silêncio, nem com memórias seletivas. Protege-se com verdade e a verdade é esta: sem o Vinte e Cinco de Novembro, Portugal teria seguido um caminho que não era democrático, nem era livre, e eu certamente não estaria aqui, como arrisco-me a dizer que muitos de vós também não estariam.---

-----Aprovar este projeto de recomendação é assumir isso mesmo com coragem. É mostrar que este concelho respeita a Democracia e que não trata a história como mero adereço.-----

-----Para finalizar, e se a Senhora Presidente me permitir, gostaria de citar o nosso antigo Presidente da República, o saudoso General Ramalho Eanes que disse: “não percebo que estigmatizem o Vinte e Cinco de Novembro, porque o Vinte e Cinco de Novembro é a continuação de Vinte e Cinco de Abril.” -----

-----Senhores deputados, no momento que forem votar honrem a história, honrem a Democracia e, acima de tudo, honrem a história da nossa pátria. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Municipal Pedro Fidalgo (PAN), tem Vossa Excelência a palavra.”

3.2.2. O Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento a Senhora Presidente e a Mesa, o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores, os colegas Deputados Municipais, assim como o público presente e quem assiste em casa. -----

-----Celebrar Abril é celebrar todo o caminho que levamos até atingirmos a Democracia e a liberdade que atingimos hoje. Acreditamos que o Vinte e Cinco de Novembro pode estar inserido dentro do que foi a revolução do Vinte e Cinco de Abril, tal como muitas outras datas significativas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que cimentaram a nossa transição democrática. -----

----- Não ignoramos a importância histórica do Vinte e Cinco de Novembro, mas também não tenhamos ilusões. Em Portugal, a liberdade conseguiu-se com o Vinte e Cinco de Abril e a Democracia com a aprovação da Constituição da República Portuguesa a dois de abril de mil novecentos e setenta e seis, e com a realização das primeiras eleições legislativas também a dois de abril, dois anos depois após a Revolução dos Cravos.-----

----- Destacamos ainda o vinte e sete de abril de mil novecentos e setenta e quatro, em que se libertaram os presos políticos; o vinte e sete de agosto de mil novecentos e setenta e quatro, data em que se consagrou o direito à greve; ou o quinze de novembro de mil novecentos e setenta e quatro, data do primeiro diploma legal que reconheceu o sufrágio universal e direto voto das mulheres em Portugal.-----

----- Senhoras e senhores deputados, não politizemos este debate. O Vinte e Cinco de Novembro não é um bastião da direita, tal como o Vinte e Cinco de Abril não é uma vitória exclusivamente da esquerda. A Democracia e a liberdade são e devem ser de todos e todas, e devem renovar-se permanentemente, dando resposta aos desafios do presente como o combate às alterações climáticas, à perda de biodiversidade, os direitos sociais que estão por cumprir como a igualdade de género, ou a revolução de empatia para com os animais.-----

----- Mas não há Vinte e Cinco de Novembro sem o Vinte e Cinco de Abril e não podemos virar estes acontecimentos um contra o outro. Ambas estas datas fazem parte de uma história muito mais bonita do que a discussão que estamos aqui a ter hoje: a história da liberdade e a Democracia que Abril nos deu e pela qual devemos lutar todos os dias.-----

----- Obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Municipal Catarina Antunes (CDU), tem Vossa Excelência a

palavra.” --- -----

3.2.3. A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde a todos. -----

-----Nós não reescrevemos a história. As comemorações do Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco só é explicável pela crescente presença de concepções reacionárias na sociedade portuguesa e por uma cada vez mais clara afirmação de forças, organizações e partidos movidos por um ideário mais ou menos declarado, retrógrado, antidemocrático e fascizante.-----

-----Reescrevendo a história, tentam apresentar a data não pelo que foi, mas pelo que desejariam que tivesse sido. Tentam fazer equivaler um golpe contrarrevolucionário com uma revolução libertadora que devolveu a Democracia e a liberdade ao povo português, e abriu o caminho a um futuro de progresso e emancipação social. O saudosismo de um revés reacionário não consumado não venceu e não vencerá. É Abril que vive e está presente enquanto referência de futuro. É Abril que é comemorado pelo povo português enquanto momento mais marcante da nossa história, e não o que contra ele se arquitetou de conspirações, de golpes e práticas que o negam e pretendem desvalorizar.-----

-----É Abril. Sempre. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Tem a palavra Senhor Deputado António Moita (INOV25). Faz favor.” -----

3.2.4. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Para dizer apenas duas notas muito breves.-----

-----A primeira nota é que a data que se comemora hoje não deve ser - pelo menos é esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o entendimento que temos, - vista por si própria. É obviamente uma data importante e que tornou possível que o Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro fosse conduzido para aquilo que é hoje, e para a possibilidade que hoje temos de estar aqui. Provavelmente se esta data não tivesse acontecido, o Vinte e Cinco de Abril teria sido uma outra coisa bem distinta. -----

----- E, portanto, não sou das pessoas, ou não represento um grupo que põe em causa a comemoração da data de hoje, pelo contrário. Achamos que assinalar esta data é importante, mas chamamos que não é tempo ainda, pelas intervenções que aqui as diversas forças políticas foram tendo, que não é data ainda para que o Concelho de Oeiras, ou cada concelho do país celebre de uma forma solene esta data. Porquê? Porque, do nosso ponto de vista não, há ainda o consenso que é fundamental para que datas como esta sejam entendidas por todos. -----

----- O jovem Deputado do Chega veio aqui fazer-nos uma crónica de alguém que não passou por esses tempos, como ele próprio disse, e de alguém que, provavelmente, não entendeu o que é que a revolução de setenta e cinco (deverá querer dizer “setenta e quatro”) quis dizer para todos nós, e da importância que a confirmação de um caminho democrático teve também para todos nós. - -----

----- Não devemos, obviamente, aproveitar contextos tendenciosos que reescrevem a história, tentar transmitir a quem não passou por estes, enfim, anos complicados da Democracia Portuguesa, uma história bem distinta daquela que efetivamente aconteceu. -----

----- E, portanto, não nos podemos associar a esta proposta do Chega. O Chega falou para o seu público, o nosso público são todos. O nosso público são todas as pessoas de bem. Que o Chega o faça, já vamos estando habituados a que isso possa acontecer. Que outros partidos tenham posições bem distintas destas, também estamos muito habituados a que isso possa acontecer. Nós temos uma postura que é diferente, uma postura que é construtiva, uma postura que é de tirar aquilo que de melhor há em datas históricas como esta. Este texto do Chega não nos aproxima, nem de perto, nem de longe, do bom que esta data teve. -----

-----E, portanto, só podemos estar contra esta proposta.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Tem a palavra o Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO). Faz favor.”-----

3.2.5. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

-----Eu fiquei muito surpreendido por a primeira palavra que o Deputado José Shirley (CH), da extrema-direita, ali não disse na sua intervenção quando subiu ao palanque, a primeira palavra devia ter sido “obrigado”. Obrigado aos militares de esquerda democrática europeísta do Grupo do Nove, obrigado por aquilo que fizeram no Vinte Cinco de Novembro. Porque aquilo que aconteceu no Vinte e Cinco de Novembro não foi nada daquilo que está no voto do Chega, não foi nada daquilo que o Senhor Deputado disse.-----

-----O que nós tivemos no Vinte e Cinco de Novembro foi sim, é verdade, certos setores da extrema-esquerda foram derrotados, mas nos quais não se incluía o PCP, e a direita também não ganhou no Vinte Cinco de Novembro, porque o que a direita queria no Vinte e Cinco de Novembro era o regresso de Spínola por um lado, e a ilegalização do PCP por outro. Não tiveram nem uma coisa, nem outra.-----

-----Portanto, esta reescrita da história que certos setores da direita hoje em dia tentam fazer, tentando equiparar o Vinte e Cinco de Novembro ao Vinte e Cinco de Abril como matriz identitária nova, numa guerra cultural que a extrema-direita está constantemente a tentar acicatar na sociedade portuguesa, pondo uns contra os outros, não tem qualquer adesão àquilo que aconteceu na realidade. E, portanto, eu não percebo como é que o Senhor Deputado da extrema-direita a primeira palavra que não disse ali de cima, devia ter dito era “obrigado”.-----

-----Vou-lhe ler a frase final, não sei se o Senhor Deputado conhece, do documento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Grupo dos Nove na altura do Vinte e Cinco de Novembro: “É preciso finalmente conduzir o país com justiça e equidade, e segundo regras firmes e estáveis, em direção ao socialismo, à democracia e à paz”. É isto que o Senhor Deputado quer celebrar e assinalar? Eu com alguma dificuldade vejo o Senhor Deputado da extrema-direita a querer defender um documento que diz: “... em direção ao socialismo, à democracia e à paz”. Eu não o quero tratar por “camarada José Shirley (CH)”. Acho que o Senhor Deputado também não quer isso, eu certamente não quero. -----

----- E, portanto, eu acho que esta tentativa de reescrita da história por parte de uma certa direita mais extremada acontece porque, na verdade, não estão, nem nunca estiveram, confortáveis com o Vinte e Cinco de Abril, e têm de tentar encontrar uma data para acicatar aqui uma guerra cultural que mais ninguém quer acicatar, para pôr uns contra os outros. -----

----- E lamento, Senhor Deputado, mas nós não vamos entrar nisto. Numa metáfora mais simples e de forma a que talvez se entenda, o Senhor Deputado Pedro Fidalgo Marques (PAN) já aqui fez alusão (e bem) a várias outras datas importantes na consolidação da Democracia portuguesa. Mas não há nada que seja igual ao dia do nascimento da Democracia portuguesa, tal como não há nada que seja igual ao dia do nascimento de uma pessoa. Nós podemos festejar e assinalar o dia em que uma pessoa aprendeu a andar de bicicleta, o dia em que uma pessoa entrou na escola, o dia em que uma pessoa fez a primeira comunhão. Mas nada se equipara ao dia em que a pessoa nasceu, que é efetivamente aquilo que se celebra com pompa e circunstância. E, portanto, nós podemos assinalar e reconhecer a importância de datas como o Vinte e Cinco de Novembro, as datas que o Senhor Deputado Pedro Fidalgo Marques (PAN) já disse, acrescento a data da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, a data em que Portugal ratificou a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, tudo datas louváveis e importantes de assinalar, e importantes na consolidação da Democracia portuguesa e na história democrática de Portugal. Nenhuma é igual àquele “dia inteiro, inicial e limpo” que foi o Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, aquele que merece ser sim assinalado com uma Sessão evocativa e nenhuma destas outras

datas, por muito importante que seja na consolidação da Democracia, se equipara ao dia em que a Democracia nasceu, ao dia Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----E tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), que também pediu.” -----

3.2.6. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Senhor Vice-Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----O Partido Socialista pede a palavra para recordar que o Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro permanece como a data maior da história contemporânea portuguesa. Foi o dia da rutura definitiva com a ditadura, o momento em que o país abriu as portas à liberdade, aos direitos fundamentais e ao início de um novo ciclo de maturidade política. Com a queda do Estado Novo, Portugal libertou-se de quase meio século de censura, repressão e ausência de pluralismo, e entrou numa era de construção democrática que transformaria de forma profunda a sociedade. -----

-----Tudo o que se seguiu, as conquistas sociais, a implementação do sistema partidário, as eleições livres e a construção da Constituição da República Democrática Portuguesa nasceu da matriz essencial do Vinte e Cinco de Abril. Por isso, o Vinte e Cinco de Abril não é apenas um marco histórico, é o fundamento sobre o qual assenta a vida política portuguesa.-----

-----Entre Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro e as primeiras eleições autárquicas de setenta e seis o país percorreu um caminho intenso, marcado por avanços, tensões, decisões estruturantes que permitiram consolidar o regime democrático. Neste período realizaram-se eleições para a Assembleia Constituinte, avançou-se para a elaboração da Constituição e instituíram-se novos equilíbrios entre o poder militar e o poder civil. Foram meses de grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dinamismo político, mas também de incertezas e confrontos ideológicos que exigiam prudência, diálogo e coragem. Cada um desses momentos contribuiu para que consolidar a nova ordem democrática e preparar Portugal para uma vida institucional estável, pluralista e baseada na soberania popular.-----

----- É neste contexto que se inscreve o Vinte e Cinco de Novembro de setenta e cinco. Não como oposição ao Vinte e Cinco de Abril, mas como mais um marco essencial na consolidação da Democracia. A intervenção militar de novembro pôs termo a um período de elevada tensão e clarificou o rumo político do país, afastando o risco de uma deriva autoritária e permitindo estabilizar o processo revolucionário.-----

----- Longe de constituir uma negação de Abril, esta foi uma consequência da reação à intentona do Onze de Março, essa tentativa também de golpe de estado militar, liderada por fações conservadoras. Foi aqui que emergiu Mário Soares como pai fundador da Democracia, que serviu para proteger a liberdade conquistada e permitiu que as instituições democráticas se afirmassem sem ameaças ou condicionamentos. Mário Soares destacou-se neste período como figura central no diálogo político e na defesa intransigente da Democracia pluralista. A sua capacidade para mobilizar setores moderados, promover entendimentos e reafirmar os valores essenciais de Abril foi decisiva para que o país ultrapassasse as tensões do PREC (Processo Revolucionário em Curso) e prosseguisse o seu caminho constitucional. Foi a sua ação firme política que fez com que Portugal se orientasse para a liberdade e pelo respeito das diferenças. -----

----- Celebrar o Vinte e Cinco de Novembro é claro, celebrar o legado de Mário Soares. Viva a Democracia. Viva Oeiras. Viva Portugal.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Tem agora a palavra o Senhor Deputado João Viegas (INOV25).”-----

3.2.7. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Desde já a cumprimento a si, ao Doutor Miller, Doutor Custódio, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e a quem nos ouve.-----

-----Eu vou usar aqui um exercício de maiêutica, porque fiquei perplexo e preocupado. Se o André Ventura lê esta moção, vocês são capazes de ser “corridos” do Chega, porque reparem.... Bem, primeiro, há que esclarecer aqui um ponto: o Vinte e Cinco de Abril não trouxe promessas de liberdade, trouxe liberdade, ponto. No dia a seguir. O Vinte e Cinco de Abril não trouxe Democracia, nem desenvolvimento, mas trouxe a liberdade, a libertação dos presos, o fim da censura. Portanto, isso é um facto. -----

-----Agora, o que me preocupa é que os senhores querem três Salazares em cada esquina, não é? Portanto, querem voltar ao vinte e quatro de abril. Mas depois neste texto, se o André Ventura lesse isto..., diz assim: “Após esta data, Portugal teve, de facto, grandes progressos sociais, económicos e políticos”. O homem ainda hoje esteve no Parlamento a dizer que somos uma cambada de corruptos e que todos temos que ser presos, e os senhores vêm aqui contrariar o vosso líder. Vêm dizer que houve “grandes progressos sociais, políticos...” Estão a evoluir, estão a evoluir. Estão a aprender. Mas é uma contradição. -----

-----E queria dizer ao..., para terminar aliás, a intervenção da Alexandra Tavares de Moura (PS) diz tudo porque, de facto, o Senhor Deputado José Shirley (CH) era muito jovem, mas quem liderou politicamente o Vinte e Cinco de Novembro foi o Partido Socialista. Foi a esquerda. Aliás, o CDS, se você for ver, na altura também tinha a palavra “socialismo”, que era o partido mais à direita. Nessa altura, toda a gente era socialista. Portanto, Senhor Deputado, está aqui escrito: “Se não tivesse existido o Vinte e Cinco de Novembro...”, bom, é preciso o Senhor Deputado lembrar-se que não haveria Vinte e Cinco de Novembro se não tivesse existido o Vinte e Cinco de Abril. Pronto, este é o primeiro ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, por último, para terminar, para lhe dizer que o Senhor não tem nada para libertar em Oeiras, porque também não deve saber, é que em Oeiras chegam sempre tarde. Nós estamos sempre mais à frente. Existe uma rua em Miraflores chamada “Rua Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco”, e que este Município a consagrou provavelmente antes de Vossa Excelência ter nascido. Portanto, aqui, já se comemora o Vinte e Cinco de Novembro, como uma apologia ao Partido Socialista, ao Mário Soares, ao Sá Carneiro, ao Partido Social Democrata, ao Freitas do Amaral, e verdade se diga também, a Álvaro Cunhal. Sabe porquê? Porque impediu uma guerra civil. Você não se lembra, mas eu lembro-me porque o meu pai andava com armas no carro. O meu pai era comunista. E se não tivesse havido o Vinte e Cinco de Novembro, e se não tivesse havido moderação entre Álvaro Cunhal e Mário Soares, o que provavelmente teria havido era uma guerra norte/sul. -----

----- Portanto, eu só posso votar contra (e estou a falar por mim, não pela minha bancada, como é óbvio), por este texto. E de salientar aqui que finalmente os senhores reconhecem, e este é que é o ponto para mim importante, que não foram cinquenta anos de gamanço, que não foram cinquenta anos de corrupção. Foram cinquenta anos onde, de facto, está aqui, de facto, houve grandes progressos sociais, económicos e políticos. -----

----- Senhor Deputado, parabéns por esta frase, agora vai ter que explicá-la ao seu líder André Ventura, porque “a bota não bate com a perdigota”. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado António Vicente (INOV25), tem Vossa Excelência a palavra.” -----

3.2.8. O Senhor Deputado António Vicente (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-

Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, colaboradores da Assembleia, munícipes que nos acompanham. -----

-----A história foi, desde sempre, utilizada como arma de arremesso por todos os regimes políticos, quer preferindo umas datas em relação a outras, quer utilizando-a por vezes descaradamente para se autojustificar. Todos sabemos, por exemplo, como o Estado Novo utilizou a história para se autopromover, mas há muito, há muito tempo que não se assistia a uma tão profunda e descarada tentativa de reescrita da história. -----

-----O Senhor Deputado que se afirmou como conhecedor da história manifestou que, de história, não sabe rigorosamente nada. E falo não como deputado, mas como historiador. Como historiador. O Senhor, pelas alarvidades históricas, as alarvidades históricas que hoje teve a coragem de proferir nesta Assembleia manifesta que, de história, não sabe rigorosamente nada. Ponto. -----

-----No Vinte e Cinco de Abril não foi a direita que saiu vitoriosa, Senhor Deputado. No Vinte e Cinco de Abril quem ganhou foi a esquerda, foi a esquerda que saiu vitoriosa. Foram os militares moderados a começar pelo Presidente Costa Gomes de quem hoje ninguém parece querer falar. Mas também foi o Melo Antunes, o Vasco Lourenço, o Pezarat Correia, o Franco Charais, o Bernardo Canto e Castro, o Costa Neves, o Rodrigo Sousa e Castro, o Vítor Alves e o Vítor Crespo. Nenhum destes, Senhor Deputado, nenhum destes era de direita. E muito menos nenhum destes era de extrema-direita. Tenham vergonha, tenham vergonha ao querer rescrever a história de uma forma tão horrorosa. E estou a falar de história, não estou a falar de historietas. -----

-----Quem ganhou no Vinte e Cinco de Novembro foi toda esta gente, mas foi também o PS. Não me lembro de ver no Vinte e Cinco de Abril nenhum, nenhum dos terroristas do ELP (Exército de Libertação Portuguesa) ou do MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal), alguns dos quais na sua bancada, Senhor Deputado, na Assembleia da República. Não me lembro de ter visto nenhum desses artistas no Vinte e Cinco de Novembro. Vi-os sim, num



gr

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acampamento militar perto de Salamanca onde o MDLP tinha uma das suas bases. E não me venham dizer que era por patriotismo. -----

----- “O dia inicial, inteiro e limpo / quando emergimos da noite e do silêncio” que rompeu a ditadura sangrenta, como nos lembrou a poetisa, não se compara, Senhor Deputado, com o Vinte e Cinco de Novembro. O Vinte e Cinco de Novembro não foi uma revolução. O Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro esse sim, rompeu totalmente com uma das ditaduras mais sangrentas da Europa do século XX. O Vinte e Cinco de Novembro não rompeu rigorosamente com nada. No dia seguinte, no dia vinte e seis, o Governo era exatamente o mesmo. A Assembleia Constituinte era exatamente a mesma. Não houve qualquer alteração, apenas foi reposto o equilíbrio entre - peço perdão pela expressão pouco erudita que vou utilizar - algumas “rapaziadas” militares que usavam fardas, algumas das quais, inclusivamente, tinham sim, distribuído armas por toda a gente. Havia armas em todo o lado, e foi o bom-senso desses militares, e volto a referir, fundamentalmente aqueles que eu nomeei, e peço desculpa àqueles que têm idêntica responsabilidade, ou tiveram idêntica responsabilidade e eu não incluí no grupo, mas foram esses militares que contribuíram e que determinaram que hoje tenhamos, de facto, uma Democracia liberal. Democracia liberal que o partido de Sua Excelência, Senhor Deputado, permanentemente põe em causa. Aliás, ele não se refere sequer à Democracia liberal como tal, a não ser hoje. Refere-a sempre como “o sistema”. Mas o Senhor Deputado que pertence a um partido que todos os dias, todos os dias está contra aquilo que designa como “o sistema” tem a coragem e a pouca-vergonha de hoje vir alegadamente defender o dia em que “o sistema” foi montado? Senhor Deputado, a sua intervenção nem sequer tem a categoria de se lhe poder chamar trágica. É uma piada de mau gosto.

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.”-----

3.2.9. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, começo desde por felicitar a sua pessoa, também o Executivo Camarário e aqui também todos os presentes e que nos assistem.-----

-----Não vou falar tão alto como o Senhor Deputado Balcão Vicente (INOV25), uma vez que penso que, com calma, podemos clarificar melhor esta questão. -----

-----Como dizem as pessoas sensatas, como dizem as pessoas sensatas e educadas, o Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro marca o Dia da Liberdade, da mesma forma que o Vinte e Cinco de Novembro de setenta e cinco marca na nossa história o dia da Democracia, segundo o bom-senso. E para quem fala aqui em consensos, para quem fala aqui que devemos ter uma índole de justiça e também de diálogo, eu penso que é fundamental termos presente que as duas datas são relevantes na nossa história, tendo até presente o Professor Doutor Gomes Espinosa.-----

-----A Constituição de mil novecentos e setenta e seis, base e génese dos direitos, liberdades e garantias deu fruto no Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, situação que os comunistas não gostam de abordar. Nós só abordamos os direitos, liberdades e garantias graças ao Vinte e Cinco de Novembro. E esta é uma realidade que não se pode apagar da história.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, que seja sucinto, porque já ultrapassou o seu tempo...”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“É verdade... Vou ser muito sucinto, só para terminar, Senhora Presidente. -----

-----É verdade que o meu colega não viveu o Vinte e Cinco de Abril, mas eu vivi. E, se calhar, sou a pessoas aqui que mais viveu próxima do Vinte e Cinco de Abril, porque o meu pai era adjunto do General Spínola. O meu pai fez o Onze de Março e eu, logicamente, lidei de perto com muitos militares que, sem dúvida nenhuma, iriam subscrever na íntegra aquilo que foi aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dito. E a verdade seja dita: quem não honrar o Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e seis **39.28 (creio que corrige para setenta e cinco)** não é digno da história de Portugal.

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

3.2.10. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- A extrema-direita está mesmo “aos papéis” e numa reescrita completa da história. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) já apontou, e bem, que já se puseram a dizer que, afinal, não foram cinquenta anos de gamanço e corrupção, afinal houve progresso e desenvolvimento social. Eu agora até tive de esfregar os olhos e os ouvidos para ver se estava a ver e a ouvir bem, pareceu-me ver o Senhor Deputado do Chega a defender a Constituição. Pareceu-me ver o Senhor Deputado do Chega a defender a Constituição, quando estão permanentemente a bradar. Eu lembro-me bem do líder do partido de extrema-direita a dizer que esta era a última legislatura desta República. Em que é que ficamos? Eu acho que os Senhores Deputados deviam parar para pensar um bocadinho, voltar para casa, ler uns livros de história antes de escreverem os textos e fazerem as intervenções que vieram aqui fazer hoje, porque isto efetivamente “não bate a bota com a perdigota”.-----

----- Eu começo a concordar com o Senhor Deputado João Viegas (INOV25), o que é sempre perigoso quando acontece, porque se eu e o Senhor Deputado João Viegas (INOV25) concordamos, de certeza que é verdade, eu tenho muito medo se o André Ventura vir um vídeo destes - pelos Senhores Deputados tenho um bocado de medo por vocês - se o André Ventura vê um vídeo desta Assembleia Municipal, bem, eu nem quero imaginar.-----

----- Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Tem a palavra a Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25). Não, eu acho que me
estou a esquecer aqui da Senhora Deputada Anabela Brito (IL). Faz favor.”-----

3.2.11. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Saúdo-a e em si os demais presentes e quem nos
acompanha à distância.-----

-----Para dizer, recentrar aqui um bocadinho nesta proposta, e dizer que a Iniciativa Liberal
não se revê no conteúdo e nas palavras de alguns dos parágrafos que aqui estão escritos. De
qualquer forma, a Iniciativa Liberal ir-se-á abster, porque é uma defensora das comemorações do
Vinte e Cinco de Novembro. O Vinte e Cinco de Novembro não pode, deve mesmo ser
comemorado, deve ter um lugar especial no nosso calendário. -----

-----Contudo e, nesse sentido, a Iniciativa Liberal irá apresentar, até em termos de
Regimento da Assembleia Municipal, uma proposta para que, realmente, seja contemplada uma
cerimónia especial a nível da Assembleia Municipal neste dia. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25),
faz favor.”- -----

3.2.12. A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Vice-Presidente,
Senhores Deputados, caros colegas, caro público que nos assiste e online.-----

-----Eu irei fazer uma intervenção a nível pessoal. O Vinte Cinco de Novembro de setenta
e cinco marcou o fim de um dos períodos mais tensos do pós-Revolução de Abril, após meses de
instabilidade política, conflitos ideológicos e divisões dentro das Forças Armadas. O dia Vinte e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Cinco de Abril ficou associado à derrota de uma tentativa de insurreição militar ligada a setores da esquerda mais radicais e à afirmação de um caminho democrático pluralista. -----

----- Este acontecimento consolidou o processo iniciado em Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro abrindo caminho para a realização regular de eleições, para a aprovação da Constituição de mil novecentos e setenta e seis e para a estabilização das instituições democráticas. -----

----- A vitória da ala dos moderados que intervieram para travar a tentativa de golpe levaria ao fim do chamado Período Revolucionário em Curso - PREC e é um processo de estabilização da Democracia representativa em Portugal. -----

----- Termino com palavras do Nuno Melo: “o Vinte e Cinco de Novembro devolveu o Vinte e Cinco de Abril a seu propósito original”. O Vinte e Cinco de Abril permitiu a mudança do regime com intenção de entrega do poder ao povo, e o Vinte e Cinco de Novembro pôs cobro à deriva totalitária e confirmou o regime democrático”. Palavras de Nuno Melo. -----

----- Tenho dito.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora deputada. -----

----- Senhor Deputado Balcão Vicente (INOV25), faz favor.” -----

3.2.13. O Senhor Deputado António Vicente (INOV25) referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, apenas uma informação, porque talvez seja importante para se perceber o que está em causa. Como aqui foi levantada a questão da Constituição de mil novecentos e setenta e seis, gostava de lembrar que ela foi aprovada por todos os partidos representados na Assembleia, exceto um que por acaso era de direita, foi o CDS. O CDS foi o único partido que votou contra a Constituição de setenta e seis. Todos os outros votaram a favor.

----- Disse, Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Penso que mais ninguém quer falar sobre esta questão. Não? Senhor Presidente (deverá querer dizer “Senhor Vice-Presidente”), faz favor.”-----

3.2.14. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Duas ou três breves notas. A primeira para dizer aos senhores deputados que fazem parte dos partidos moderados para não se deixarem influenciar ou infetar de alguma doença que não é vossa. Quer o Vinte e Cinco de Abril, quer o Vinte e Cinco de Novembro, o primeiro como momento fundador e o outro momento importante do processo revolucionário, são sobretudo vitórias das forças moderadas sobre as forças radicais. Ponto. Tudo o resto, tudo o resto é para esquecer, e é para perceber bem que são vitórias das forças moderadas sobre as forças radicais.--

-----Naturalmente, ao longo deste tempo que vai passando, uma ou outra força mais radical tenta se apropriar de momentos que efetivamente não são seus, porque quem ganhou foram os moderados. Portanto, é ter sempre isto presente e perceber que são vitórias da moderação, da Democracia, da construção de um sistema como os outros países europeus tinham, democrático, livre, onde todos cabem. -----

-----Depois, dizer uma segunda nota, que já foi dito pelo Senhor Deputado João Viegas (INOV25), mas é importante ser dito, que o Município de Oeiras sempre reconheceu o papel do Vinte e Cinco de Novembro. Não como momento fundador, mas como um momento muito importante na construção da Democracia em Portugal. Portanto, era o que faltava que não democratas nos viessem ensinar a reconhecer os momentos da construção da nossa Democracia. Nunca esquecer isto.-----

-----Depois por fim e para terminar, quero voltar ao início para reafirmar: não é possível construir sociedades ou comunidades nacionais estáveis se nos deixarmos dividir em coisas que não são para nos deixar dividir. A construção de uma Democracia, ou a vivência num regime



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

democrático não está, ou não deve estar em causa e temos que perceber o que são as tentativas de dividir a comunidade, o que são as tentativas de nos fazer discutir o que não é para discutir, e conseguirmos, moderadamente e com bom senso olhar, dar um passo atrás e afastarmo-nos dessas tentativas. Não são mais do que tentativas de capturar momentos que não são de grupos. São momentos da vitória da maioria da população sobre os radicais. Foi isso que nós escolhemos ao longo destes anos e é isso que nós devemos, na opinião da maior desta Assembleia pelo menos, continuar a escolher. -----

----- É só, Senhora Presidente. Reconhecendo, naturalmente, e elogiando como este Movimento Inovar tem feito ao longo dos anos, porque já aprovámos moções nesse sentido, reconhecendo a importância histórica do dia, a importância histórica das pessoas que fizeram este dia e que ajudaram a construir a Democracia que tanto prezamos. -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- Então penso que estaremos prontos para votar.”-----

3.2.15. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e oito votos contra, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto

e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Rui Pedro Gersão Lapa Miller e Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e com três votos a favor do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho). --

-----Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 149/2025**-----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - PELA REALIZAÇÃO ANUAL DA
SESSÃO EVOCATIVA DO DIA 25 DE NOVEMBRO EM OEIRAS, APRESENTADA
PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e oito votos contra, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e duas do Partido Iniciativa Liberal e com três votos a favor do Partido Chega.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto foi rejeitada esta proposta de recomendação, com os votos que já dissemos.

----- Temos de seguida um voto de reconhecimento.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Para efeitos de declaração de voto, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Faz favor. Vai ser oralmente? Faz favor.” -----

3.2.15.1. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte Declaração de Voto: -- -----

----- “O Partido Socialista vota contra a proposta de recomendação apresentada pelo Chega para a Sessão evocativa do Vinte e Cinco de Novembro porque esta proposta demonstra a vontade de rescrever a história e, acima de tudo, de acertar contas com o Vinte e Cinco de Abril.-----

----- E enquanto estas intentonas andarem por aqui, a nossa resposta por parte do Partido Socialista será sempre a mesma: a Democracia ganha.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Vamos passar à leitura do voto de reconhecimento, subscrito pelo PS e todos os outros

grupos, à exceção do Chega. Ia pedir ao Senhor Primeiro Secretário, por favor, que fizesse a leitura deste voto de reconhecimento e reforço das políticas públicas no combate à violência.”-----

3.3. VOTO DE RECONHECIMENTO E REFORÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA - APRESENTADO PELO PS E SUBSCRITO PELO PAN, CEO, CDU, IL E INOV25 -----

-----O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário, leu o Voto de Reconhecimento mencionado em título, que a seguir se transcreve:-----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária a Vinte e Cinco de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, manifesta, através do presente voto, o seu reconhecimento pela importância das políticas públicas desenvolvidas no combate à violência doméstica, sublinhando simultaneamente a necessidade do seu reforço contínuo, aperfeiçoamento e aprofundamento. -----

-----Considerando que:-----

-----Um. A violência doméstica constitui uma grave violação dos direitos humanos, atentando contra a dignidade, a integridade física e psicológica e a liberdade das vítimas, afetando de forma desproporcionada mulheres, crianças e pessoas em situação de especial vulnerabilidade;

-----Dois. Apesar dos esforços institucionais e das respostas existentes, a violência doméstica permanece uma realidade persistente e alarmante, exigindo políticas públicas cada vez mais eficazes, estruturais e centradas nas vítimas;-----

-----Três. O Estado português, através da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e de outros organismos especializados, tem vindo a desenvolver estratégias, planos e programas de prevenção, proteção e acompanhamento das vítimas, bem como de responsabilização dos agressores; -----

-----Quatro. A Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica desempenha um papel fundamental na resposta imediata e especializada, sendo essencial garantir o seu reforço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em meios humanos, técnicos e financeiros; -----

----- Cinco. O Município de Oeiras tem vindo a desenvolver respostas locais relevantes, designadamente através da Rede Integrada de Oeiras e da colaboração com entidades como a APAV, assumindo um papel de proximidade importante junto das vítimas; -----

----- Seis. É fundamental que estas respostas sejam continuamente avaliadas, melhoradas e reforçadas, assegurando o acesso efetivo, célere e digno das vítimas a apoio psicológico, jurídico, social e habitacional, bem como a sua plena reintegração social.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras:-----

----- Reconhece a relevância das políticas públicas locais e nacionais no combate à violência doméstica, sublinhando a importância do trabalho desenvolvido pelas estruturas de apoio existentes no concelho.-----

----- Reafirma que este reconhecimento não pode significar conformismo, sendo imprescindível reforçar os meios, a prevenção, a formação técnica especializada e a transversalidade das políticas públicas nesta área. -----

----- Sublinha a necessidade de colocar sempre as vítimas no centro das respostas institucionais, garantindo escuta ativa, acompanhamento continuado e proteção efetiva. -----

----- Defende o aprofundamento das estratégias de prevenção, nomeadamente através da educação para a igualdade, campanhas permanentes de sensibilização e ações comunitárias de proximidade. -----

----- Reforça o compromisso da Assembleia Municipal em promover, apoiar e exigir políticas públicas mais eficazes, transparentes e humanizadas no combate à violência doméstica, contribuindo para um concelho mais seguro, mais justo e livre de violência. -----

----- Este voto, apresentado pelo Partido Socialista e subscrito pelos partidos: Partido Pessoas Animais e Natureza, Coligação Evoluir Oeiras, Coligação Democrática Unitária, Iniciativa Liberal, Grupo Político INOV - INOVAR Oeiras, representa o compromisso acrescido

dos órgãos autárquicos e deve ser publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como na revista Oeiras Atual e em pelo menos um jornal de dimensão nacional.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Alguém pretende falar sobre este ponto? Senhora Deputada Paula Neto (INOV25), faz favor.” -----

3.3.1. A Senhora Deputada Paula Neto (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, cumprimento a Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.-----

-----Não podíamos deixar de nos associar a esta proposta, até porque Oeiras tem um trabalho no combate à violência doméstica desde há décadas.-----

-----Assinalamos hoje o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher que não pode, nem deve ser apenas um dia de luto. É um dia de lamentar as vítimas. É um dia de lhes dar voz, mas também é obrigatório lembrar que é urgente tirar o agressor de cena. Em todos os contextos de agressão, de violência, é o agressor que é afastado, detido, submetido a medidas cautelares, mas, no contexto de violência doméstica, é a vítima quem tem de sair da sua casa e da sua vida, tantas vezes apenas e só para se manter viva. E o agressor ainda é um ator muitas vezes escondido. E atenção, todos nós sabemos que muitos dos agressores enquanto aplaudem os votos de lamento, escondem as mãos com que agridem as vítimas.-----

-----Importa dizer que estas mulheres não são vítimas de um qualquer acaso, nem de nenhum acidente. Perdem muitas vezes as vidas em atos bárbaros de violência. E a natureza da violência contra as mulheres nas suas diversas formas e manifestações é um assunto urgente e que tem de permanecer na agenda política. -----

-----Quando uma sociedade permite comportamentos ofensivos contra mulheres, tantas vezes dissimulados por costumes, culturas, hábitos, comportamentos, etc., estamos a diminuir a



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dimensão do flagelo. Quando permitimos enquanto sociedade comentários que colocam a violência doméstica denunciada por mulheres como uma farsa, e outras vezes como um instrumento judicial, estamos a desculpabilizar as agressões futuras.-----

----- A violência contra as mulheres é um problema estrutural. Não podemos cair no embuste de só contar as vítimas, mas sim de castigar os agressores. Não podemos continuar a debater estas políticas em níveis de abstração e em níveis de teoria.-----

----- Senhoras deputadas e senhores deputados, nos últimos dias voltámos a ser confrontados com números que nos envergonham e que envergonham qualquer discurso humanista. As mais de duas dezenas de mulheres assassinadas só este ano em Portugal, as largas dezenas de meninas e jovens mutiladas em nome de uma cultura são razões de sobra para decretar a efetiva e decisiva abjeção à violência. -----

----- É fundamental colocar a igualdade de género no centro da política. Perceber os mecanismos de exercício de poder na nossa sociedade com vista a proteger as mulheres de violência deve ter declarações firmes e claras, mas, acima de tudo, ações concretas. Não se trata de uma questão social ou cultural, é uma questão política e a mulher é um ator político. Assente na força política desta matéria torna-se essencial apostar em redes formais fortes, com instituições e organismos articulados que protejam as mulheres e as vítimas de violência doméstica.-----

----- Em Oeiras temos sempre vindo a saber fazê-lo e o INOV, em Oeiras, assume o compromisso político de abjetar a violência por completo em todas as suas formas e manifestações, de nunca aceitar desculpas ou justificações para a violência contra as mulheres. Continuaremos a fazê-lo de forma cada vez mais próxima e cada vez mais atenta, reforçando o nosso compromisso político e coletivo para mudar uma sociedade e numa sociedade aquilo que precisa de ser mudado.

----- Hoje, evocamos também um dia importante para a nossa liberdade: o Vinte e Cinco de Novembro que só foi possível graças ao Vinte e Cinco de Abril. Mas nenhuma sociedade poderá ser livre enquanto houver mulheres presas no medo. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora Deputada primeiro, depois é a Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) a seguir. Faz favor.” -----

3.3.2. A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada. -----

-----Nós associamo-nos à proposta apresentada pelo Partido Socialista e revemo-nos no investimento público que é necessário ser feito, continuar a ser feito, porque tem sido feito até agora, mas a realidade é que os dados que há uns dias conhecemos continuam-nos, como disse a Senhora Deputada do INOV a fazer-nos envergonhar porque, de facto, isto continua a ser um dos maiores flagelos da nossa sociedade. E não vai haver igualdade, nem emancipação, enquanto a violência fizer parte da vida das mulheres.-----

-----Para além daquilo apresentado na proposta, é necessário garantir a todas as mulheres as condições de vida e de trabalho que possibilitem, efetivamente, uma escolha, um projeto de vida livre, autónomo e digno. E este é um combate que tem de ser todos e que urge travar em nome dos valores da igualdade, dos direitos, da integridade, da segurança e da dignidade das mulheres. ----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputada. -----

-----Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), faz favor.” -----

3.3.3. A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente, novamente. -----

-----Estando de acordo com a minha colega de bancada, totalmente, desejo ainda afirmar sobre a violência doméstica e o trabalho desenvolvido pela C.M.O.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A violência doméstica é um fenómeno complexo de raízes históricas e socioculturais que atinge principalmente mulheres, mas também crianças, idosos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade. Ela pode se manifestar de diversas formas - física, psicológica, sexual, moral, patrimonial ou digital - e, por ocorrer em ambiente privado, muitas vezes permanece invisível e silenciosa. O seu impacto ultrapassa a esfera individual, repercutindo num contexto familiar, comunitário e institucional, exigindo respostas integradas e permanentes por parte do Estado e da sociedade. -----

----- Neste cenário, o trabalho realizado pela C.M.O. - Comissão Municipal Multidisciplinar Organizacional de Orientação, conforme a sigla utilizada em seu município ou instituição, assume um papel fundamental no enfrentamento e na prevenção da violência doméstica. A C.M.O. atua de forma articulada e estratégica, desenvolvendo ações que incluem:--

----- Um. Atendimento e acolhimento às vítimas. A Comissão oferece suporte inicial às vítimas, garantindo escuta qualificada, orientação e encaminhamento a serviços especializados, como centros de referência, “defensoria” pública, assistência social, saúde e segurança pública.--

----- Dois. Articulação intersectorial. A C.M.O. promove a integração entre diferentes setores: saúde, educação, assistência social, jurídico e segurança, fortalecendo a rede de proteção e assegurando que a vítima recebe acompanhamento contínuo e eficaz. -----

----- Três. Monitoramento de casos e construção de dados. Outro eixo de atuação é o monitoramento de ocorrências visando mapear padrões de violência, identificar situações recorrentes e produzir informações que auxiliem na criação de políticas públicas e na melhoria dos fluxos de atendimento. -----

----- Quatro. Ações educativas e preventivas. A Comissão também desenvolve campanhas, palestras e programas de consciencialização em escolas, comunidades e órgãos públicos com o objetivo de prevenir a violência e promover uma cultura de respeito, igualdade de género e direitos humanos. - -----

-----Cinco. Capacidades profissionais. A CMO investe na formação contínua de equipas técnicas e servidores que atuam diretamente com o tema, garantindo o atendimento humanizado, sensível ao trauma e alinhado às legislações vigentes, como a Lei Maria da Penha. -----

-----Concluindo. A violência doméstica é um desafio social que exige respostas integradas, políticas públicas contínuas e a participação comunitária. Neste contexto, a CMO exerce um papel estratégico ao articular a rede de proteção, fortalecer mecanismos de prevenção e assegurar que as vítimas recebem o acolhimento e encaminhamento adequados. O seu trabalho contribui não apenas para o enfrentamento imediato da violência, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, segura e igualitária.-----

-----Tenho dito.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

3.3.4. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:---

-----“Senhora Presidente, pretendo recentrar a discussão no voto de reconhecimento e reforço das políticas públicas no combate à violência que a maioria das forças políticas desta Assembleia Municipal apresentam e subscrevem na data de hoje. -----

-----O que pretendemos dizer é que, apesar de muito já ter sido feito no país e no Concelho, não podemos deixar de nos conformar com aquilo que ainda, com os números que têm vindo a ser conhecidos. Temos que aprofundar estratégias de prevenção, investir na formação especializada, garantir respostas mais rápidas e colocar sempre as vítimas no centro das decisões.-----

-----Estas medidas têm que ser acompanhadas, naturalmente, por aquilo a que chamamos de “educação para a igualdade” com campanhas permanentes, que reconhecemos que o Município tem utilizado na sua página nas redes sociais, para fazer. -----

-----Da nossa parte, e presumo que da parte de todos os que subscrevem, o compromisso é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o de renovar o compromisso político com estas estratégias, promovendo, apoiando e exigindo políticas públicas mais eficazes, mais transparentes, mais humanizadas, acima de tudo porque queremos contribuir para um Concelho mais seguro, mais justo e verdadeiramente livre de violência. - -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém quer usar da palavra sobre esta questão? Mais ninguém? Então poderemos passar à votação.”-----

3.3.5. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Reconhecimento, o qual foi aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes

Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com três abstenções do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho).-----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 150/2025**-----

-----**VOTO DE RECONHECIMENTO E REFORÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA - APRESENTADO PELO PS E SUBSCRITO PELO PAN, CEO, CDU, IL E INOV25**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com três abstenções do Partido Chega, aprovar um voto de reconhecimento e reforço das políticas públicas no combate à violência, manifestando,



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

através do mesmo, o seu reconhecimento pela importância das políticas públicas desenvolvidas no combate à violência doméstica, sublinhando simultaneamente a necessidade do seu reforço contínuo, aperfeiçoamento e aprofundamento. -----

----- Este voto representa o compromisso acrescido dos órgãos autárquicos e deve o mesmo ser publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como na revista Oeiras Atual e em pelo menos um jornal de dimensão nacional. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, está aprovada por maioria.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: --

----- “Senhora Presidente...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhora Deputada.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu queria lhe pedir que, no final de cada votação, se pudesse indicar quem é que vota a favor, quem é que vota abstenção e quem é que vota contra, para que isso fique registado em Ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, mas podemos fazê-lo agora relativamente a esta.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “Sim, se faz favor.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Só houve três abstenções nesta votação, do Partido Chega.-----

----- Temos agora no Período da Ordem do Dia... Não sei se alguém quer falar sobre alguma coisa mais, senão entrávamos na Ordem do Dia. Alguém pretende usar da palavra? Faz favor,

Senhora Deputada Anabela Brito (IL).” -----

3.4. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Comemorar o Vinte e Cinco de Novembro não é negar o Vinte e Cinco de Abril, é completar Abril. A liberdade conquistada em Abril só se consolidou porque Portugal teve a coragem de dizer “não” ao extremismo, e sim à Democracia liberal.-----

-----Com o Vinte e Cinco de Novembro, Portugal escolheu a moderação quando muitos queriam impor um único caminho. Portugal escolheu o pluralismo e a responsabilidade. Honramos os rostos que lideraram este movimento decisivo, mas também os milhares de portugueses que, de forma anónima, afirmaram a sua vontade de viver em Democracia, porque a Democracia escreve-se tanto nas decisões dos líderes, como na coragem silenciosa do povo.-----

-----Hoje, meio século depois, não enfrentamos as tensões revolucionárias do pós Vinte e Cinco de Abril, os desafios mudaram, mas não são menores. O ataque à Democracia já não vem dos quartéis, chega-nos de forma mais subtil pela desinformação e pela tecnologia que molda, sem pedir licença, opiniões, aquilo que vemos e aquilo que pensamos e condiciona escolhas. É uma pressão silenciosa, mas profunda, que enfraquece instituições, alimenta radicalismos, abre espaço ao populismo, reduz a liberdade individual e atinge a Democracia no seu ponto mais sensível: a confiança. - -----

-----Hoje, o risco é a ditadura que não prende pessoas, mas captura consciências. Não censura jornais, mas distorce a verdade e manipula a opinião pública. Hoje não se ocupam terras, mas tenta-se condicionar a nossa capacidade individual de pensar livremente. É neste terreno fértil que cresce o populismo prometendo soluções fáceis, explorando o medo, o ódio, alimentando a frustração social e incentivando o confronto com as instituições democráticas que exigem para nos proteger. --- -----

-----Por isso, o Vinte e Cinco de Novembro é mais do que uma data histórica. É o teste à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maturidade democrática. É o aviso permanente. A Democracia exige vigilância, limites ao poder e cidadãos capazes de distinguir a verdade da manipulação. -----

----- Como liberais, afirmamos que a liberdade individual só sobrevive com responsabilidade e espírito crítico. Em mil novecentos e setenta e cinco Portugal precisou de coragem política e militar para afirmar a liberdade conquistada. Foi este espírito que abriu caminho às primeiras eleições presidenciais livres em mil novecentos e setenta e seis, onde o povo consagrou António Ramalho Eanes como Presidente da República...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, terminou o seu tempo.” -----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Sim. ... símbolo de estabilidade e esperança. Vou já terminar, é só um minuto. Obrigada. - -----

----- Hoje, em vinte/vinte e cinco, Portugal precisa de lucidez, literacia digital e instituições fortes. Precisamos de cidadãos livres, informados, para quem a liberdade individual de pensar seja inegociável. Hoje, perante novas ameaças, devemos afirmar com clareza: a liberdade é nossa e não a entregamos a ninguém. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN), faz favor.”-----

3.5. O Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Começo com um tema que, ao contrário do que muitas vezes parece, não desaparece por falta de resposta: a revisão do Regulamento do Cuidador de Colónias de Gatos do Município

de Oeiras.-- -----

-----Foi anunciado que estaria em curso, mas não sabemos em que fase está, quem está a ser ouvido, qual o calendário definido, ou quando poderá ser trazido esta Assembleia. Para quem trabalha no terreno todos os dias (voluntários, cuidadores, associações) esta informação não é um detalhe, é a diferença entre conseguir ajudar e estar permanentemente a resolver falhas de sistema. Ficamos a aguardar com serenidade que o Executivo clarifique. -----

-----Depois, continuamos a receber vários relatos de munícipes que, ao encontrarem um animal errante, contactam a Polícia Municipal, e o protocolo nem sempre é seguido. Aliás, só após muita insistência, é que uma patrulha se desloca ao local, às vezes por uma coisa tão simples como verificar se tem chip. E, muitas vezes, com a informação que se o fizer, o animal passa a ser responsabilidade de quem ligou, algo que não faz sentido nenhum. Ora, sabemos que, porque ouvimos o senhor vereador e a senhora diretora da Polícia Municipal, que esse não é o procedimento oficial. E sabemos também que os animais errantes são legalmente da responsabilidade do Município. Portanto, há aqui um desfasamento: ou a teoria não está a chegar à prática, ou alguns serviços ainda não receberam a comunicação interna. Seja qual for o caso, seria útil alinhar a aplicação do protocolo com aquilo que o Executivo afirma seguir. -----

-----Por fim, uma nota sobre a CERCÍ Oeiras, uma instituição social absolutamente vital para dezenas de famílias deste Concelho. Recebemos um relato muito claro: desde dois mil e vinte e dois tem pedido de audiência com o Senhor Presidente, duas reuniões foram marcadas e duas canceladas. A última remarcada para janeiro de dois mil e vinte e seis, quatro anos de espera. Estou mesmo a terminar, Senhora Presidente, peço alguma latitude como os outros colegas. O Senhor Presidente costuma dizer (e bem) que quem pede audiência. é recebido. A CERCÍ Oeiras pediu, está à espera desde dois mil e vinte e dois. Parece que, dadas as circunstâncias dramáticas vividas por estas famílias, talvez mereça subir um bocadinho na lista de prioridades. -----

-----Termino pedindo ao Executivo que dê atenção a estas três questões todas elas simples,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todas elas urgentes, todas elas humanas. Oeiras só ganha quando resolve problemas, em vez de os adiar. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25), faz favor.” -----

3.6. O Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Vice-Presidente, caros Deputados, colaboradores da Assembleia Municipal e estimado público que nos assiste pelos diversos meios. -----

----- Hoje que celebramos o quinquagésimo aniversário do Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, é também uma ocasião para celebrarmos a Democracia. E a Democracia é como fino cravo, que precisa ser semeada em boa terra de valores morais, adubada com a razão e cuidada todos os dias com a sede do conhecimento. Caso contrário, ela pode ser atacada por pulgões sempre dispostos a sugar a sua seiva de natureza pura e livre. E, se nada for feito, murchará e acabar-se-á por transformar em pó. -----

----- Mas nós não queremos isto, queremos que cada um cultive o seu cravo, que prepare a sua melhor terra de bons valores morais, que tenha o cuidado de o adubar com a razão e regar todos os dias com a sede do conhecimento. E, desta forma, é muito mais difícil os pulgões ataquem o cravo de cada um. E aqui em Oeiras, desejamos e fazemos para que o nosso cravo seja o mais belo do jardim português. -----

----- Por isso, são vários os projetos de cidadania neste nosso Município. E hoje venho-vos falar acerca do Dia da Democracia. Decorrem neste momento as inscrições para a terceira edição do Dia Democracia especialmente dedicada às eleições presidenciais de dois mil e vinte e seis e com formato único. Este evento, destinado aos jovens do ensino secundário das escolas de Oeiras,

vai reunir os candidatos às eleições presidenciais no próximo dia onze de dezembro, no Taguspark. Para além das apresentações formais, estão previstas bancas onde os jovens podem interagir com os candidatos e com os seus simpatizantes. Adicionalmente, o Município também se vai fazer representar com uma banca de informações. -----

-----Mas que iniciativa é esta, o Dia da Democracia, que já vai na sua terceira edição? Foi um projeto que surgiu em setembro de vinte e três, em Oeiras, uma parceria da Junta de Oeiras, da Juventude Social-Democrata de Oeiras e da Juventude Socialista de Oeiras, executada pelo Município e com o apoio da SEDES, e que contou com o apoio do Presidente da República no seu lançamento. Nas suas edições anteriores era composta por uma ala da Democracia lecionada pelo Doutor Nuno Carrapatoso da SEDES e, de seguida, contávamos com um convidado da política nacional, por exemplo o Doutor Paulo Portas, o Doutor Pedro Passos Coelho, o Doutor Sérgio Sousa Pinto, o Professor António José Seguro, a Professora Maria de Belém, entre muitos outros destacados. Depois disso, existia então um debate entre os líderes das juventudes do Concelho de Oeiras, diversas bancas informativas e vários prémios. -----

-----E, por incrível, esta iniciativa, que estamos agora para a terceira edição, já conseguiu abranger cerca de sete ml jovens. Não há dúvida que somos por isso um município pioneiro, não há dúvida que somos um exemplo da participação democrática juvenil, e não há dúvida que queremos e sabemos o que queremos para Portugal: liberdade, Democracia e respeito pelas instituições. -----

-----Vamos à terceira edição neste novo formato único e contamos com uma participação em peso. Agora dedicado aos jovens do ensino secundário, que se inscrevam, que se façam valer, e estejam lá presentes naquele mesmo dia, que vai ser um dia de festa, um Dia da Democracia. --

-----Em Oeiras, não só desejamos, não só sonhamos e nem tudo é poesia. Aqui fazemos para que o nosso cravo seja mais o mais belo do jardim português. -----

-----Muito obrigado.” -----



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado André Cotrim (INOV25), por favor.”-----

3.7. O Senhor Deputado André Cotrim (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cara Presidente da Assembleia Municipal, caros Deputados Municipais, Vice-Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Para mim, é uma honra intervir pela primeira vez nesta Assembleia Municipal, lugar da Democracia por excelência e que tanto hoje já discutimos aqui o seu valor. Espero que neste mandato possamos discutir aqui propostas que tragam uma melhoria da qualidade de vida real para os oeirenses e que também lutem para termos uma Oeiras melhor. Além disto, também desejo que o debate político seja sempre pautado pelo respeito e por uma elevação que é digna destes cargos que cada um de nós tem. -----

----- Hoje venho falar-vos aqui de mais um projeto que envolve a juventude e mostra em como Oeiras coloca a juventude no centro das suas políticas. Falo do Parlamento Jovem da Educação. Provavelmente, ao andarem pelo Concelho nestes dias e durante o mês passado, conseguiram ver outdoors a anunciarem este projeto. E o que se pretende é fazer uma simulação de um Parlamento que reúne regularmente durante o ano dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis, onde os jovens podem discutir propostas relacionadas com a educação. Depois, estas propostas, que aqui irão ser discutidas, irão ser entregues aos órgãos autárquicos competentes podendo influenciar futuras políticas do Município e, quem sabe, a nível nacional também. -----

----- E precisamente na semana passada acabaram por ir a eleições dezanove listas. Temos de ter em conta que cada lista tem dez elementos, ou seja, no total, estavam incluídos nas listas cento e noventa jovens mostrando, mais uma vez, que os jovens em Oeiras são interessados pelo meio que os rodeia e querem aproveitar ao máximo a oportunidade que lhes é dada de poderem dar a sua voz. -----

-----Desta forma, para quem diz que em Oeiras a juventude é esquecida, é porque anda muito desatento e pouco sabe do que se faz no Município. Tal como este projeto, há muitas mais iniciativas em Oeiras que envolveu os jovens, tal como o Dia Democracia, que o Deputado Tomás Barra (INOV25) acabou agora aqui de falar. Pois em Oeiras a sede de participar dos jovens é enorme e a sede de darem a sua voz é também enorme. -----

-----Sendo assim, não há dúvidas que em Oeiras os jovens contam, e muito. -----

-----Disse.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhora Deputada Senhora Mendonça (INOV25), faz favor.” -----

3.8. A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Boa tarde, novamente. -----

-----O Município investe na promoção da atividade física e no desenvolvimento desportivo, na formação desportiva de jovens apoiando clubes históricos e modalidades diversas, desde o atletismo ao futebol, passando pelo rugby, ténis, etc. -----

-----E a prova desta cultura desportiva viva, acessível e diversificada até à vista, com mais uma campeã do mundo. A atleta Inês Rocha, representando o Sport Algés e Dafundo consagrou-se campeã do mundo de ju-jitsu em Bangkok, Tailândia. Muito nos honra mais uma medalha de ouro em Oeiras. Parabéns, Inês Rocha pela sua garra e determinação, treinos intensos e absoluta paixão por esta modalidade. -----

-----Tenho dito.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Catarina Antunes (CDU).” -----

3.9. A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU) fez a seguinte intervenção: -----



03

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Boa tarde, novamente. Já não tenho muito tempo, tinha aqui algumas questões para levantar, mas focando-me só numa que o tempo permite e aproveitando aqui também a intervenção da anterior, parabenizar o Linda-a-Pastora Sporting Clube pela conquista de quatro troféus nacionais na modalidade de BMX, e realçar aqui o feito que isto é, tendo em conta as dificuldades de treino que esta equipa e esta modalidade têm aqui no Concelho de Oeiras. Não existe uma pista de BMX no Concelho de Oeiras. Os treinos são no Concelho de Lisboa e havia aqui a necessidade de a Câmara poder, eventualmente, apoiar aqui na influência junto..., porque o local ideal seria eventualmente o Jamor, ali perto do clube. Ali perto do clube seria o local ideal, influenciar aqui o IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) para ver se há essa possibilidade, ou então tentar ver aqui outras possibilidades dentro do Concelho que possam dar resposta a esta necessidade deste clube que é marcado pelos troféus nacionais em várias modalidades, e que também nos últimos anos, tem tido na modalidade de BMX. -----

----- Sabemos que a Câmara, através do assessor do Vereador Pedro Patacho...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada peço desculpa...”-----

----- A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... está consciente desse problema, queríamos aqui também realçar isso, mas queríamos não deixar de parabenizar...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada já ultrapassou o seu tempo...”-----

----- A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Só terminar. Não deixar de parabenizar o clube e apelar a que a Câmara possa dar aqui algum tipo de apoio para resolver este problema. -----

-----Obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”-----

3.10. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Isto parece-me que está aqui a fazer alguma interferência...-----

-----A primeira questão é a questão pertinente e preocupante do espólio da Biblioteca do INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária), e gostaria de perguntar ao Município já tem conhecimento da situação e se pode apoiar a instituição de alguma forma para a preservação da biblioteca histórica que lá existe, e que está em risco por causa das obras financiadas pelo PRR.-----

-----A segunda questão. Chegou-nos ao conhecimento da questão de um sem-abrigo em Linda-a-Velha de nome Mustafa que, eventualmente, já estará referenciado pelo Município. Gostaria de saber se já tem alguma resposta para retirar esta pessoa da rua, o que é que está a ser feito. Depois, e compreende-se se a questão foi respondida por escrito mais tarde.-----

-----E, por último, a situação da CROAMO (Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Oeiras) que continua a não ter espaço suficiente para os animais que são encontrados na via pública e como a questão é mais alargada, eu colocarei por requerimento.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Mais ninguém pretende usar da palavra neste momento? Senhor Vice-Presidente... Quer usar da palavra?”-----

3.11. A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) disse o seguinte:-----

-----“Só uma questão rápida, uma Interpelação à Mesa, relativa...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----



jm

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Peço desculpa, eu penso que ultrapassaram o vosso tempo...” -----

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** observou o seguinte: -----

----- “Sim, sim, mas é só para indicar que vamos entregar uma declaração de voto relativa ao voto contra do PS do Vinte e Cinco de Novembro.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Vão entregar uma declaração de voto por escrito?” -----

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** respondeu o seguinte.” -----

----- “Por escrito, sim. Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Neste momento? Peço silêncio, a Mesa está aqui a reunir sobre esta questão. Nós vamos decidir esta questão mais daqui a bocado. Afinal.... Só um momento, vamos já decidir essa questão. Só não queríamos estar aqui a interromper os trabalhos. Vamos continuar os trabalhos.”

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** informou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, é o artigo cinquenta e sete.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Já vamos, já vamos ver isso.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, peço desculpas, dá-me a palavra?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, neste momento estamos aqui a conferenciar.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Com certeza.” -----

3.12. A Senhora Presidente da A.M. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Portanto, a Mesa já decidiu quanto a esta matéria. Nos termos do artigo... peço desculpa... A Mesa já decidiu quanto a esta matéria. Nos termos do artigo cinquenta e sete do nosso

Regimento, número um “Cada grupo político municipal, ou cada deputado municipal, a título individual, tem o direito de produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação, exceto em caso de voto secreto”. Ora, finda a votação, os senhores deputados não disseram que queriam fazer uma declaração de voto, fosse essa declaração de voto escrita ou oral. E como não o fizeram, perderam a oportunidade, portanto, é extemporânea neste momento a apresentação de declaração de voto ainda que escrita. E, portanto, a Mesa rejeita essa declaração. -----

-----Vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente para se pronunciar, visto que foram aqui levantadas algumas questões. Peço silêncio, vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente.”-----

3.13. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, novamente boa tarde. -----

-----Sobre a questão do regulamento dos animais errantes está inscrito no nosso programa eleitoral, portanto, fará o seu caminho. Na questão do tratamento dado pela Polícia Municipal, se Vossa Excelência me trouxer algum caso concreto, consigo responder. “Diz que disse” não conheço, portanto, “alguém disse” não consigo responder. -----

-----Quanto à questão da CERCI, também aconselho a que melhore as fontes, porque inicialmente tinha sido agendada para janeiro em função da agenda do Presidente, todavia já foi alterada, estava a olhar para a agenda, para dia quinze de dezembro. E, no entanto, sobre a questão da CERCI não ser recebida, eu aqui perguntei à Senhora Vereadora com o pelouro da ação social, se a vereadora não recebeu nos últimos anos a CERCI, e recebe pelo menos uma vez por ano ou mais aquela instituição. Portanto, não é obrigatório que seja o Presidente a receber. Se o Presidente receber todas as instituições com sede no Concelho, naturalmente, não tem tempo para fazer mais nada. Os vereadores dos pelouros têm que fazer a sua função e informar o Senhor Presidente. Sobre isto dizer também que o projeto do novo edifício da CERCI seguiu o seu caminho, portanto, o Município de Oeiras, ou o Executivo Municipal não deixou de fazer o seu trabalho. Portanto, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara está a fazer o trabalho, nem sequer percebo como é que essa questão é trazida para a Assembleia Municipal de Oeiras. Mas tudo bem. -----

----- Sobre a pista de BMX, dizer à Senhora Deputada que há seis pistas destas no país e só há um clube no Concelho que tem esta modalidade que é exatamente o Linda-a-Pastora. Não obstante, o Município de Oeiras está no âmbito da requalificação do Complexo Desportivo do Jamor a colocar a possibilidade da construção dessa mesma pista, portanto, não deixamos de olhar para o assunto. Será devidamente enquadrado com o IPDJ nos próximos tempos. -----

----- Quanto ao espólio da Biblioteca do INIAV. Nós, da nossa parte, a nossa relação com o INIAV é sempre o mais profícua possível. Era bom que o INIAV tivesse a mesma abertura para trabalhar com o Município de Oeiras, que o Município de Oeiras tem para trabalhar com o INIAV. Talvez assim os frescos da Casa da Pesca ainda existissem e não tivessem caído pela incúria do INIAV ao longo dos anos na manutenção daquele património. Não obstante, o Senhor Vereador está a acompanhar o assunto e vai fazer uma visita lá nos próximos dias de acordo...” -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** informou o seguinte: -----

----- “Na sexta-feira.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “... na sexta-feira, de acordo com o que me transmitiu. -----

----- E é só, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Esqueci-me de referir apenas um assunto, a questão do cidadão sem-abrigo, de Linda-a-Velha. É uma questão do foro da privacidade do senhor, é acompanhado e vai ser visitado, mais uma vez, nos próximos dias.” -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** observou o seguinte: -----

-----“Respondo por escrito.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Responde por escrito, tudo bem.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito bem. Mais alguém pretende usar da palavra? Não? Então poderemos passar para o Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Proposta 001/2025 da Senhora Presidente da A.M. relativa à Constituição do Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras para o Mandato 2025-2029 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Esta proposta surgiu na sequência de uma reunião que tivemos, conferência de líderes dos vários grupos, que fizemos a semana passada e, portanto, esta proposta diz o seguinte:-----

-----“Considerandos:-----

-----Um. Nos termos da lei e do Regimento, aquando da instalação de uma nova assembleia enquanto não for aprovado o regimento, continuará em vigor o anteriormente aprovado;-----

-----Dois. A instalação da Assembleia Municipal ora em funções ocorreu no dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e cinco;-----

-----Três. Na reunião da Conferência de Representantes realizada dia dezoito de novembro, foi consensualizado de forma unânime propor a criação de um grupo de trabalho para elaborar o projeto de regimento;-----

-----Quatro. Compete à Mesa da Assembleia Municipal propor a constituição do referido grupo de trabalho, nos termos do disposto na alínea a) do nº um, do artigo vinte e nove do RJAL e do nº um, alínea a) do artigo vinte e quatro do Regimento em vigor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Assim ao abrigo das disposições legais e regimentais supra indicadas, a Mesa propõe à Assembleia Municipal que delibere aprovar: -----

----- a) A constituição de um grupo de trabalho — Comissão Eventual de Revisão do atual Regimento - e elaboração do projeto final de Regimento para o mandato dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e nove, presidido pela Presidente da Assembleia e com a seguinte composição:-----

----- Membros da Mesa, um deputado municipal indicado por cada Grupo políticos e respetivo suplente (que está aqui na proposta).” -----

----- b) A fixação no prazo de trinta dias, revogável por igual tempo, se necessário, para conclusão dos trabalhos do referido grupo.” -----

----- Mas depois, o que ficou... Isto aqui “e respetivo suplente” está, enfim, a mais, porque ficou aqui anexada a composição desse grupo de trabalho. E o que eu queria dizer quanto a isto é que, de tudo o que vi na lei e no Regimento, não existe nenhuma norma quanto à existência de suplentes na constituição deste grupo de trabalho. Portanto, não existe uma exigência legal específica que obrigue a ter membros suplentes em grupos de trabalho para a revisão do Regimento de uma Assembleia Municipal. -----

----- Tive o cuidado de ver como foram constituídos os grupos de trabalho para esse efeito em várias assembleias municipais, e não vi nenhum grupo de trabalho que tivesse suplentes. Nós aqui não vamos votar, enfim, nomes. Portanto, designadamente consultei a Assembleia Municipal de Lisboa na revisão do seu último Regimento e existia um grupo de trabalho, e nesse grupo de trabalho não estavam suplentes. O nosso Regimento é omissivo quanto a este aspeto e se, eventualmente, for considerado pelo grupo de trabalho que vai rever o Regimento que deve haver uma norma que especificamente contemple a constituição de um grupo de trabalho com membros efetivos e suplentes, pois será uma oportunidade para, num novo Regimento, isso ficar consignado, como outros aspetos que poderão ser revistos. E, portanto, esta propostas diz ainda que se propõe

“A fixação de um prazo de trinta dias renovável por igual tempo, se necessário para conclusão dos trabalhos do referido grupo”.-----

-----E os nomes que estão indicados.... Peço desculpa, que eu ainda não acabei..., os nomes indicados para constituir a comissão eventual de revisão do Regimento, por cada grupo: Doutora Elisabete Oliveira (INOV25), Doutora Alexandra Tavares de Moura (PS), Doutor José Shirley (CH), Doutora Mónica Albuquerque (CEO), Doutora Anabela Brito (IL), Doutor João Rafael Santos (CDU) e a Doutora Sílvia Marques (PAN). Portanto, é esta a proposta um/vinte e cinco. -

-----Alguém pretende usar da palavra quanto a esta proposta? Quem é que se... Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção: ----**

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Na sua intervenção, algumas vezes referiu “grupo de trabalho”, outra vez repetiu “comissão eventual”. O que ficou acordado na reunião de líderes é aquilo que o Regimento prevê, a criação de uma comissão eventual. E, portanto, primeiro: o Regimento não prevê a criação de grupos de trabalho. Segundo: prevê a criação de comissões, sejam permanentes ou eventuais. No caso desta revisão do Regimento é uma comissão eventual, significa que tem uma duração limitada. E, depois, diz o artigo sessenta e quatro que: “Todos os grupos políticos podem indicar um membro para cada comissão permanente” e “A indicação dos deputados municipais, efetivos e suplentes, para as comissões, compete aos respetivos grupos políticos municipais e deve ser efetuada no prazo fixado pela Assembleia ou pelo seu presidente”. Também diz ainda no número cinco que: “Os grupos políticos municipais podem, quando o julgarem conveniente, proceder à substituição dos deputados que indicarem, dando disso conhecimento à mesa”. -----

-----Ou seja, eu sei que nós estamos a votar aqui simplesmente a criação da comissão eventual e não a eleição de pessoas, nem a criação de um grupo de trabalho. E, portanto, o que eu peço à Senhora Presidente é que considere já indicar os efetivos e suplentes, tal como os grupos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

políticos devem ter feito chegar. Pelo menos no nosso caso fizemos, somos dois deputados, um efetivo, um suplente.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, o que ficou foi a constituição de um grupo de trabalho. Se lhe quiserem chamar comissão, pois, com certeza, podem lhe dar o nome que quiserem, mas não é no sentido técnico das comissões que aqui constam do nosso Regimento. Não é a mesma coisa.” ----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “É um grupo de trabalho. Se forem verificar, por exemplo, à Câmara Municipal de Lisboa, verificam...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----

----- “Mas nós não estamos em Lisboa...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu sei que não estão, mas é só para verem como se faz, como se pratica. Nas lacunas do nosso Regimento, no nosso Regimento não fala que a constituição do grupo de trabalho para a revisão do Regimento tem que ter efetivos e suplentes. Nem fala em votação por voto secreto. Portanto, isto foi, nós consensualizamos que se iria criar um grupo para revisão do Regimento, não sei onde é que estão a ver o problema. Eu não vejo nenhum problema.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, posso-lhe perguntar ao abrigo de que artigo do Regimento é que cria um grupo de trabalho? Porque não...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “É o artigo que refere que - quando na decorrência de eleições autárquicas, se tem de

rever o Regimento anterior, que se mantem em vigor até à aprovação do novo - a Mesa pode propor a criação de um grupo de trabalho, como qualquer deputado municipal pode propor a criação de um grupo de trabalho para revisão do Regimento, e é o que está escrito no nosso Regimento.” ---

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte:-----

-----“Muito bem. Historicamente nesta Assembleia sempre foi criada uma comissão eventual...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“É assim, mas cada pessoa...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Deixe-me só terminar, Senhora Presidente..., e na reunião de líderes, quando saímos de lá, aquilo que foi falado na reunião de líderes foi uma comissão eventual. Lembro-me inclusive de ter sido escrito o que é que os deputados estavam a dizer. Posto isso, nada mais tenho a dizer.

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende falar sobre esta questão? Faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, tal como eu já lhe disse no princípio desta Sessão, o acordo estabelecido foi para criação de uma comissão eventual, não foi para criação de um grupo de trabalho. --- -----

-----De facto, também estranhei que tivesse colocado na Ordem de Trabalhos essa designação que não corresponde àquilo que foi o acordo da conferência de representantes e, depois, quero dizer que o Regimento é muito claro quanto à constituição e à indicação dos nomes que não têm que ser votados. Portanto, não faz sentido nenhum sequer estarem em anexo à proposta, a não



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ser por carácter informativo. Aquilo que nós temos que fazer é votar a constituição de uma comissão eventual que tem como objetivo rever o Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras e dar conhecimento, nessa sequência, da composição que foi dada a conhecer pelos diferentes grupos políticos dessa constituição em efetivos e suplentes. -----

----- Dizer-lhe também, Senhora Presidente, que a única assembleia municipal que existe não é Lisboa. Há mais assembleias municipais e nas outras, o exemplo que a Senhora Presidente está a dar não cabe nas outras assembleias municipais e pode verificá-lo. Portanto, o facto de em Lisboa ser feito assim, não significa que nós tenhamos que copiar o modelo, e o nosso modelo é um modelo correto face ao nosso Regimento e face à legislação, razão pela qual nós gostaríamos de ver aprovada a comissão eventual e não um grupo de trabalho. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Quem pretende mais usar da palavra? Parece-me que primeiro ali o Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN). Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN)** referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Só dar aqui uma nota que o artigo setenta e três do Regimento, número dois, usa expressamente a palavra “comissão”, que diz: “Admitida qualquer proposta de alteração, a sua apreciação é feita por uma comissão expressamente criada para o efeito”. Ou seja, não há aqui a questão do grupo de trabalho e sim de uma comissão. Estando este Regimento em vigor, deve ser criada uma comissão eventual e não um grupo de trabalho. -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa, Senhor Deputado. Referiu o artigo setenta e três?” -----

-----O Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN) disse o seguinte: -----

-----“Artigo setenta e três, número dois.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, quando aqui o artigo setenta e três número dois diz: “Admitida qualquer proposta de alteração, a sua apreciação é feita por uma comissão expressamente criada para o efeito”, aqui a palavra “comissão” não é no sentido que o Senhor Deputado está a entender. Porque o artigo vinte e quatro diz expressamente que compete à Mesa da Assembleia: “Elaborar o projeto de regimento da assembleia municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito”.-----

-----Portanto, aqui parece haver uma contradição. O que diz o artigo vinte e quatro quanto à competência da Mesa é “propor a constituição de um grupo de trabalho”. E foi isso que a Mesa fez através da minha pessoa. Portanto, foi a proposta de constituição de um grupo de trabalho. Se estiverem em desacordo, pois com certeza eu ponho à consideração da Assembleia a votação desta questão. Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- A questão aqui, enfim, não estamos a falar de coisas distintas, estamos a falar praticamente da mesma coisa. Estamos a falar da criação de uma comissão, chame-se-lhe como quiser, para um efeito concreto. Eu não ponho em causa a interpretação que a Senhora Presidente faz, aliás, a sugestão que deu parece-me correta, que é no âmbito da comissão de revisão do Regimento tornar esta questão mais clara, que assim, de uma próxima vez, já não estaremos aqui a discutir. -- -----

-----Agora, também me compete dar conta de que a prática que tem sido seguida ao longo de todos estes anos tem sido esta que foi aqui exposta pelas várias forças políticas. E, portanto, julgo que não há nenhuma questão em concreto de dúvida sobre a intenção que a Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente tem da criação de um grupo/comissão para a revisão do Regimento. É isso que está aqui em discussão e, portanto, julgo que deveríamos guardar as questões de apreciação mais fina deste tipo de problema que nos é posto para a reunião da referida comissão. E, portanto, por nós o problema fica visto, e estamos absolutamente em condições de votar a proposta apresentada pela Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra quanto a esta matéria? Faz favor, Senhor Deputado.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu tenho só uma dificuldade, nem é tanto com a questão da comissão/ grupo de trabalho, mas que é uma pergunta genuína de qual é que é o problema dos grupos políticos indicarem suplentes. Porque eu parece-me que os grupos políticos poderem indicar suplentes acrescenta qualidade e valor ao trabalho seja do grupo de trabalho, seja de uma comissão. Porque permite - isto é uma questão muito simples, na minha opinião - no dia em que um dos deputados dos grupos políticos não possa por algum motivo pessoal, profissional, familiar, o que for, permite pura e simplesmente a substituição desse deputado por um colega de bancada que possa assegurar a presença na reunião. -----

----- Eu creio que as reuniões terão mais valor quanto mais participadas forem no caso do Regimento. Portanto, independentemente da questão de ser um grupo de trabalho ou uma comissão, eu acho que aqui o que era importante era garantir que os grupos políticos podem assegurar a substituição dos seus representantes quando algum deles tiver um motivo que o impeça de estar numa reunião. Parece-me que é uma questão bastante..., de elementar razoabilidade se me permite a expressão, Senhora Presidente. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito bem. Da minha parte, já conferenciei aqui também com a Mesa, não vemos problema em que possam acrescentar os suplentes a essa lista que está aqui. Portanto, vou pedir aos serviços que façam essa substituição desta lista que está aqui com os suplentes que indicarem. E depois passamos a..., mas pronto, vamos aceitar que serão indicados suplentes por cada grupo, e vamos submeter à votação. -----

-----Alguém mais quer usar da palavra? Faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Era para dizer exatamente isso. Que o que foi falado foi efetivamente em comissão, mas independentemente de comissão ou grupo de trabalho, parece-nos que o problema aqui é dos suplentes e nós concordamos que sejam integrados os suplentes. -

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito bem, muito bem. Quer usar da palavra? Faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)** perguntou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, não se importa de ler os nomes efetivos e os suplentes?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“Os suplentes não tenho aqui, mas os nomes efetivos... Isso também não interessa, porque os nomes foi o que se chegou a consenso naquela reunião, a Senhora Deputada não esteve presente, mas não vai votar em pessoas. Daquela reunião surgiu a constituição deste grupo de trabalho. Eu já li há bocado: Doutora Elisabete Oliveira (INOV25), Doutora Alexandra Tavares de Moura (PS), Doutor José Shirley (CH), Doutora Mónica Albuquerque (CEO), Doutora Anabela Brito (IL), Doutor João Rafael Santos (CDU) e Doutora Sílvia Marques (PAN). -----

-----E agora relativamente aos suplentes..., sim, mas terão de indicar novamente para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fique, para que não..." -----

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:---

----- "Sim, pode ser feita já. O Senhor Presidente quer pedir a palavra? Faz favor."-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

----- "Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu peço a palavra só para não haver depois confusões a seguir, que há um assunto que deve ser discutido pelo dito grupo de trabalho ou comissão eventual, chamem-lhe o que quiserem, é rigorosamente a mesma coisa. A única diferença é que a comissão eventual dá senhas e o grupo de trabalho não. É a única diferença entre uma coisa e outra. -----

----- Agora, é fundamental, julgo eu, que fique clarificado quem são os suplentes, porque partidos políticos que têm apenas um deputado não podem, só pelo facto de terem um deputado apresentarem um suplente que não é deputado, ou seja, o que está a seguir na lista. Quer dizer, uma coisa é vir à reunião logo a seguir, tudo bem, podem ser substituídos. Mas não é ter dois deputados em funcionamento, um que vem à Assembleia, e outro que vai à comissão eventual de revisão do Regimento. Portanto, gostaria de chamar a atenção para isso, que é para depois não haver surpresas a seguir."-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- "Vão ser acrescentados então os suplentes nesta lista e, sendo assim, se ninguém quer mais usar da palavra sobre este ponto, passaríamos então à votação."-----

4.1.1. VOTAÇÃO -----

----- "A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro

Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

-----Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas e Diogo Mota Rodrigues, de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 151/2025**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- PROPOSTA 001-2025 DA SENHORA PRESIDENTE DA A.M. RELATIVA À CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA O MANDATO 2025-2029 -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta suprarreferida e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar:-----

----- a) A constituição de um grupo de trabalho – Comissão Eventual de Revisão do atual Regimento - e elaboração do projeto final de Regimento para o mandato dois mil e vinte e cinco/ dois mil e vinte e nove, presidido pela Presidente da Assembleia e com a seguinte composição: --

----- Membros da Mesa, um deputado municipal indicado por cada Grupo Político e respetivo suplente; -----

----- b) A fixação do prazo de trinta dias, renovável, por igual tempo, se necessário, para conclusão dos trabalhos do referido grupo. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Portanto, parece que está aprovada por unanimidade esta proposta da criação de um grupo de trabalho, eu continuo a chamar-lhe “grupo de trabalho”, enfim. -----

----- Vamos então passar ao ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente...”-----

-----Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Nós já votámos...já votámos.”-----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, mas já votámos isto... A lei diz “grupo de trabalho”. Se na revisão do Regimento quiserem chamar-lhe “comissão”, se quiserem regular mais pormenorizadamente toda esta matéria, têm todo o tempo para poder fazê-lo. Portanto, vamos começar a trabalhar na revisão do Regimento, então aí vamos incluir normas para evitar confusões, como por exemplo o tal artigo que referiu que fala em “comissão”, e ali para mim, “comissão” não é no sentido das comissões, não tem nada a ver. Portanto, ficou ali “comissão”, não é nada. E, portanto, tudo isso tem de ser revisto, para que fique com clareza O Regimento é uma coisa relativamente simples, não é uma coisa demasiado complexa, não é? E, portanto, deve ser, de facto, feito de modo que não nos suscite grandes dúvidas de interpretação. É isso que eu acho. Vamos trabalhar nesse sentido, para que o Regimento contemple tudo o que seja necessário para evitarmos estas discussões na Assembleia, é isto, é aquilo, é a comissão, é o grupo de trabalho. Portanto, a redação do Regimento tem de ser extremamente clara, para evitar estes problemas. Pronto, é isso.-----

-----Então vamos passar... faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) perguntou o seguinte: ---

-----“Senhora Presidente, eu queria só que clarificasse, afinal, o que é que nós votámos?”

-----A Senhora Presidente da A.M. esclareceu o seguinte:-----

-----“Votaram a constituição de um grupo de trabalho para revisão do atual Regimento.”-

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “E não é só em Lisboa que se faz, em imensas assembleias que eu vi, tive o cuidado de ir ver. -- -----

----- Portanto, passamos agora ao ponto dois da nossa.... Faz favor. Faz favor, Senhora Deputada.” -----

----- A **Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25)** observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu gostaria que ficasse bem esclarecido, porque para não estarmos depois em discussão naquilo que será uma comissão, ou um grupo de trabalho, daquilo que eu depreendo do Regimento é uma comissão. Evidentemente que a comissão é um grupo de trabalho, mas a criação e aquilo que é criado na Assembleia Municipal, é uma comissão.” -----

----- **Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu peço desculpa, peço desculpa. Nós já votámos..., e, portanto, nós já votámos. Eu penso, eu penso que...” -----

----- A **Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25)** observou o seguinte: -----

----- “Mas o que nós votámos, e isto para evitar mal-entendidos, diz: “A constituição de um grupo de trabalho/comissão eventual de revisão do atual Regimento”. Porquê isto assim e não ao contrário? A criação de uma comissão eventual/grupo de trabalho.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** observou o seguinte:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente. O Ponto de Ordem é de que forma, ou com base em que regras do Regulamento é que se vai reger o grupo de trabalho. Como se organiza, quem é que

faz as atas, como é que são feitos os tempos de discussão, como é que é feito o peso da votação...”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, quando marcarmos a primeira reunião, vamos fazer isso tudo...” -

-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Não, não. Essa é a diferença entre um grupo de trabalho e uma comissão. É que uma tem regras e a outra não. De qualquer das formas, já agora, Senhora Presidente, só para mais um ponto. Será sempre necessária uma comissão eventual, independentemente de haver o grupo de trabalho. --- -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhores Deputados, vamos passar ao ponto dois do Período da Ordem do Dia.”-----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 982/2025 – DMAG/DFP – relativa à Delegação de competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão). -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Relativamente a este ponto quem se quer inscrever para usar da palavra? Ponto dois? Apreciação e votação da proposta novecentos e oitenta e dois/dois mil e vinte e cinco. Ninguém pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Não há qualquer questão legal nem jurídica com esta proposta, só que nós começamos a ver aqui um padrão que nos começa a preocupar um bocadinho, que é uma certa vontade do Executivo, que tem sido transmitida em algumas reuniões, de transformar a Assembleia Municipal



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

num “departamento de carimbos” das decisões que vêm da Câmara.-----

----- E nós vemos a Assembleia Municipal como um órgão bastante mais importante do que isso. Onde é importante discutir as questões que importam ao Município, algumas das quais nesta proposta são delegadas automaticamente no Presidente da Câmara, e deixam de ter de vir à Assembleia Municipal. Como nós vemos que isso é um caminho preocupante que está a começar a ser trilhado, em nome de uma simplificação administrativa, burocrática, que nós concordamos, que obviamente os processos devem ser simplificados, devemos reduzir a burocracia, somos a favor disso, não somos é a favor de que se use esse argumento como “cavalo de Troia” para retirar poderes à Assembleia Municipal. E nós vemos com bastante preocupação um certo encadear de propostas, um certo encadear de declarações políticas feitas nesta Casa que vão nesse sentido. ---

----- E como não concordamos com esse caminho para esta Assembleia Municipal, porque esta Assembleia Municipal é a Casa da Democracia de Oeiras, e é aqui que se devem falar dos assuntos que são relevantes para o Município e não ficarem exclusivamente nas mãos do Presidente da Câmara e lá no gabinete do Presidente da Câmara - nós queremos que eles sejam falados aqui - não vamos acompanhar esta proposta por causa deste ponto político mais largo, e pelo caminho que nós vemos com preocupação que está a ser trilhado e que está a ser proclamado cada vez com mais orgulho, na sequência da vitória eleitoral que teve, pelo Senhor Presidente da Câmara e pela maioria do INOV.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto dois da Ordem de Trabalhos? Senhor Presidente, pretende dizer alguma coisa? Nada? Então podemos passar à votação. Quem vota contra? -----

----- Pretendem usar da palavra? Não ouvi... Não sei quem é que... Eu perguntei...” -----

----- O **Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Segundo Secretário**, disse o

seguinte: --- -----

-----“Não pediram, não pediram. Pediram depois, levantou o braço depois.” -----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Peço desculpa, eu pus à votação.... Eu peço desculpa, se não estiveram atentos... Eu peço desculpa, mas pronto, mas é assim, eu perguntei, eu perguntei e ninguém disse nada.” -----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Peço desculpa, peço desculpa, não vi. Eu olhei e não vi. Eu não vi. E, portanto, peço desculpa. Portanto, vamos proceder à votação do ponto dois.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

-----“A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), um do Partido Pessoas-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com sete votos contra, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e com uma abstenção da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes).-----

----- O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 152/2025**-----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º. 982/25 - DFP - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e dois barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número dezanove da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro de dois mil e vinte e cinco e deliberou por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político

Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com sete votos contra, sendo três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e dois do Partido Iniciativa Liberal e com uma abstenção da Coligação Democrática Unitária, aprovar a delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal, de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação, para o mandato que agora se inicia, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, temos dois votos contra do Evoluir Oeiras, mais da Iniciativa Liberal e do Chega. Portanto, Iniciativa Liberal, Chega e Evoluir Oeiras votam contra. É isso? Quem se abstém? CDU, mais ninguém. E, portanto, está votada por maioria. Maioria de vinte e oito votos a favor.-----

-----Ora, portanto, quem levantou primeiro o braço? Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor. Peço silêncio. Peço silêncio.” -----

4.2.1.1. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Senhora Presidente, é só aqui uma declaração de voto à Mesa. -----

-----É o seguinte, eu vou exercer por escrito uma espécie de um direito de protesto, porque a realidade é esta; das duas uma, ou eu sou inconveniente e tenho que gritar para alguém me ver, ou então estou assim (de braços no ar) ... e eu acho que é uma questão de falta de educação. Agora, não queria chegar a este ponto, Senhora Presidente, mas desculpe-me, mas estive mal porque eu queria, logicamente, a palavra. Eu queria ter fundamentado e, realmente, isto assim é complicado. Mas da próxima vez, da próxima vez eu vou ter que praticamente gritar para alguém me ver.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhora Deputada.”-----

4.2.1.2. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. É para fazer uma declaração de voto, obviamente, e passo a dizer:-----

----- Embora o liberalismo defenda a eficiência e a responsabilização dos agentes políticos, a Iniciativa liberal votou contra esta proposta, porque ela representa exatamente o contrário. Concentra poder, reduz o escrutínio democrático e afasta os cidadãos das decisões que envolvem o dinheiro de todos. A eficiência nunca pode ser alcançada à custa da transparência. -----

----- Ao entregar ao Presidente da Câmara a capacidade de autorizar compromissos financeiros significativos, a Assembleia Municipal perde a capacidade de controlo direto sobre decisões com impacto duradouro, o que diminui o papel fiscalizador e reduz o debate sobre opções do Município. -----

----- O novo limite cinco vezes superior ao atualmente permitido, pode concentrar demasiado poder numa única pessoa, abre a porta a arbitrariedades, favoritismos e decisões não escrutinadas. Não podemos deixar de notar o risco real de compromissos excessivos assumidos hoje que condicionem orçamentos futuros, limitando a ação de executivos seguintes por decisões não escrutinadas. -----

----- Para a Iniciativa Liberal, quem decide tem de ser escrutinado e a gestão do dinheiro público tem de estar sempre sujeita à máxima transparência. A Assembleia Municipal não deve abdicar do seu papel fiscalizador.-----

----- Obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Aqui o Senhor Primeiro Secretário pretende usar

da palavra.” -----

-----O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário, observou o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Em resposta aqui ao Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) e uma vez que toca à Mesa, a minha parte, pelo menos, devo dizer que não levantou a mão a tempo, levantou apenas quando foi feita a votação. Portanto...”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

-----O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário, concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Podemos ver as imagens, sim senhor, e já consultei o meu colega também, e ele confirma que apenas pediu a palavra já quando foi posta à votação a proposta. -----

-----É só isso que eu queria esclarecer. Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Poderemos passar agora ao ponto três da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 985/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 5ª Alteração Orçamental Modificativa (5ª Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento a Senhora Presidente da Mesa, toda a Mesa e também em seu nome cumprimento todos os eleitos, os funcionários municipais e também os munícipes. -----

----- Começo por esclarecer que o sentido de voto da Iniciativa Liberal a esta quinta alteração orçamental será o da abstenção. No entanto, queremos deixar claro que caso esta alteração se resumisse a um ponto único, aquele que, aliás está relativamente diluído no conjunto destas alterações, mereceria o nosso voto contra. -----

----- E esse ponto é que aquele que, pela sua natureza e dimensão, nos parece de particular atenção. O reforço de dois milhões de euros em dois mil e vinte e sete para a rubrica novo edifício administrativo municipal – mobiliário, depois do procedimento anterior ter ficado deserto. Gostaríamos de perceber com detalhe o que é que exatamente justifica este valor. Estamos a falar de mobiliário, não de equipamento tecnológico crítico, como é óbvio, mas de mesas, cadeiras armários, zonas de espera e outros elementos semelhantes. Assim, colocamos três questões muito concretas:- -----

----- Existe já um levantamento técnico exaustivo das necessidades reais de mobiliário para este edifício? -----

----- Estamos a falar de mobiliário standard, ou de soluções de design, específico e personalizado que, naturalmente, encarecem toda esta operação? -----

----- Se foi equacionada a possibilidade de reutilização, reaproveitamento ou aquisição faseada, em vez de dotação única desta dimensão? -----

----- Num Município com necessidades tão evidentes na habitação, na mobilidade, nos transportes e no apoio social, dois milhões de euros em mobiliário não se torna um valor neutro, representa escolhas políticas. A Iniciativa Liberal não é contra o investimento público, mas é exigente na justificação, na racionalidade económica e na proporcionalidade. -----

----- Importa ainda recordar que no dia um de agosto de dois mil e vinte e cinco nós

apresentámos um requerimento a solicitar informações sobre todo o edifício municipal, onde se incluía este mobiliário e, na visita que fizemos aos serviços técnicos para consultar alguns elementos, não nos foi dado a analisar qualquer documento relativo a mobiliário. E depois de recolocarmos novamente a questão, não nos foi dado até ao momento qualquer resposta sobre o mesmo. -----

-----Aquilo que aqui pedimos é transparência, detalhe e fundamentação técnica para que tornem este valor compreensível e defensável por todos nós, porque cada euro gasto pela Câmara é um euro que não está no bolso das famílias, nem ao serviço das necessidades verdadeiramente prioritárias. Ficamos, por isso, a aguardar o devido esclarecimento por parte do Executivo. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

-----“Senhora Presidente. -----

-----No que concerne à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Oeiras, nove oito cinco/dois mil e vinte e cinco, tendo presente a unanimidade de todos os senhores vereadores, mediante proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, que aprovaram a quinta alteração orçamental modificativa dois mil e vinte e cinco, o que respeitamos e subscrevemos enquanto Grupo Municipal do Partido Chega. -----

-----Contudo, e como membro de um órgão de fiscalização que se deve pautar esta Assembleia Municipal, tendo o dever de escrutinar e questionar de forma rigorosa a coerência, a legalidade e a racionalidade económica das revisões e execuções orçamentais apresentadas pelo Executivo, tenho aqui algumas dúvidas relativamente a esta apreciação no que concerne, em primeira instância, ao mapa de reforços por unidades orgânicas quanto ao novo edifício



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

administrativo municipal e no que concerne também ao seu mobiliário, como ainda o programa de habitação jovem e alojamento temporário, que suscitam legítimas dúvidas ao Grupo Municipal do Partido Chega tanto do ponto de vista jurídico, como ainda do ponto de vista da boa gestão financeira. -----

----- No que concerne ao novo edifício administrativo municipal, no âmbito do mobiliário, referenciado na rubrica para memória futura zero um zero quatro/dois mil e vinte e dois, constata o Grupo Municipal do Chega que o orçamento previsto para dois mil e vinte e cinco era de trezentos e um mil quatrocentos e dez euros. Após a quinta revisão orçamental inscrita para dois mil e vinte e seis surge um montante de quatro milhões, imputável ao primeiro procedimento concursal ter ficado deserto, imperando, como é lógico, a sua execução da obra inicialmente projetada para dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis para dois mil e vinte e sete, ou mais. Perante estes factos, tornam-se obrigatórias algumas questões de natureza jurídico-administrativa e de controlo financeiro. Queremos mais uma vez proceder por escrito ao Executivo Camarário, uma vez que quer o Senhor Presidente, quer o Senhor Vice-Presidente nunca respondem a nada, de todas as questões aqui colocadas pelo Chega, mas, todavia, serão relevantes para o Tribunal de Contas. ---- -----

----- Primeira questão. Qual a justificação técnico-financeira para a variação tão significativa do valor, de um aumento estimado em mil e trezentos por cento, impondo legítimo esclarecimento. Estamos perante uma redefinição de programa funcional, erros iniciais ou mero ajustamento oportunista (com o devido respeito), decorrente de uma ausência de concorrentes no primeiro procedimento? -----

----- Pergunto ainda, qual será esse desvio temporal para dois mil e vinte e sete no cumprimento dos objetivos programáticos e no equilíbrio orçamental plurianual? -----

----- Relativamente às obras, é manifesto que a manutenção e reparação da habitação jovem no Concelho de Oeiras, todavia, coloca-se também, enquanto deputado municipal, algumas

questões de cariz jurídico-administrativas. O facto de vários procedimentos ficarem constantemente desertos em Oeiras. O exercício deve esclarecer se os preços base estão desajustados da realidade, se houve erros ou identificações nos projetos técnicos, se existe falta de planeamento estratégico das obras públicas.-----

-----Contudo, iremos votar a favor, tendo presente as legítimas ressalvas aqui apresentadas que serão tidas em consideração pelo bom senso. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU), que se inscreveu primeiro. Faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada. -----

-----Na introdução da proposta apenas fala das alterações aos projetos de habitação, com as quais nós não temos desacordo. No entanto, lendo a proposta, entre outras coisas, a Câmara apresenta também a reprogramação do investimento em mobiliário do novo edifício para dois mil e vinte e sete. -----

-----A nossa posição sobre o novo edifício da Câmara é conhecida, nós defendíamos uma solução diferente em menor escala, entrosada no meio urbano de Oeiras, e que fosse uma alavanca da atividade económica do centro histórico. -----

-----Mas queríamos deixar aqui uma questão: com todas as reprogramações que já foram feitas relativamente ao novo edifício da Câmara, em quanto é que já vai o edifício da Câmara? --

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu, infelizmente, não posso analisar esta proposta só pela proposta em si. Vou ter de analisá-la à luz de factos que já aconteceram aqui nesta Assembleia Municipal. -----

----- Há bocadinho, quando falávamos na comissão/grupo de trabalho do Regimento, o Senhor Presidente disse ali uma coisa “en passant”, mas que não me passou despercebida, que é que um grupo de trabalho não dá direito a senhas, mas uma comissão eventual dá. E eu estranho muito, e tenho uma suspeita que não sei se é verdade ou não - a Senhora Presidente, a Mesa, os senhores deputados poderão desmenti-la - mas eu tenho uma suspeita de porque é que houve tanto finca-pé, da parte da Mesa e em certa medida do INOV, para que tivéssemos perante um grupo de trabalho de revisão do Regimento e não perante uma comissão eventual do Regimento, que foi aquilo que o Senhor Presidente disse. O grupo de trabalho não dá direito a senhas de presença aos deputados municipais, a comissão eventual dá. -----

----- Eu não ouvi nenhum argumento noutro sentido, não ouvi nenhum outro argumento que justificasse o finca-pé na questão do grupo de trabalho ao invés de uma comissão eventual.”

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, peço desculpa... Senhor Deputado, peço desculpa, é que está a falar de uma coisa que já passou.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Eu sei, mas eu vou chegar ao ponto desta proposta, se me deixar concluir o raciocínio. Eu vou chegar ao ponto desta proposta se me deixar concluir o raciocínio. -----

----- Eu não alinho e nós não alinhamos nos populismos de que os políticos não merecem ser pagos pelo seu trabalho, e é lamentável - ali há uma certa extrema-direita, é só conversa, mas

que propaga esse populismo – ver o INOV a aderir também a esse populismo. -----

-----E, depois, somos confrontados então sim com o que aqui está nesta proposta de alteração orçamental, que aumenta dois milhões de euros para mobiliário no fórum municipal, num valor total de sete milhões de euros. E eu, perante estes dois factos que são de propostas diferentes, mas que acontecem no mesmo dia e em sequência, não posso caucionar uma alteração orçamental que dá mais dois milhões de euros para mobiliário no fórum municipal no mesmo dia em que, até ser desmentido, até que me provem o contrário, é tomada uma decisão aqui nesta Assembleia Municipal com o intuito de não pagar senhas de presença aos deputados, num valor vastamente inferior a dois milhões de euros.-----

-----E, portanto, Senhora Presidente, eu lamento muito, acho que esta proposta de alteração orçamental tem alterações orçamentais que são meritórios, ao contrário desta do fórum. Acho que esta proposta de acrescentar dois milhões de euros em mobiliário para o fórum municipal já era bastante inexplicável, à luz dos factos que aconteceram aqui hoje é uma afronta. É uma afronta. É uma afronta, é populista e é lesivo da Democracia no Município de Oeiras. E toda a gente que está aqui nesta sala sabe que o que eu estou a dizer é verdade. Sabe que o que eu estou a dizer é verdade, e é lamentável que as opções da Câmara Municipal estejam a ser regidas - da Câmara Municipal e, no caso, da Mesa da Assembleia Municipal - por estes critérios.-----

-----E, portanto, Senhora Presidente, nós à luz destes factos, não podemos acompanhar esta alteração orçamental de maneira nenhuma. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém quer usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----



17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Esta proposta tem tudo de técnico e quase nada de político. As questões aqui - e este quadro é absolutamente transparente -, é-nos dada a conhecer a realidade da proposta da Câmara Municipal, e que resulta tão só da impossibilidade de cumprimento de alguns prazos e da execução de alguns projetos no tempo em que inicialmente foram pensados. -----

----- E, portanto, estar a querer extrair daqui consequências políticas para coisas que estão já pensadas, em execução, em obra há muito tempo, com orçamentos próprios, com condicionalismos próprios que resultam, como aqui também se refere, da impossibilidade muitas vezes de prosseguir concursos que a seu tempo aconteceram e que, por razões que têm a ver com o preço - não têm a ver só com o Município de Oeiras, infelizmente isto acontece um pouco por todo o país -, não há quem manifeste nenhum interesse. Aliás, é pelo contrário, a Câmara de Oeiras é pelo preço baixo que tem nos seus procedimentos concursais que faz com que as empresas interessadas em participar, ou em fazer um fornecimento para a Câmara, não o fazem. -----

----- E, portanto, tudo aquilo que aí está tem um carácter, como digo, eminentemente técnico. É isso que estamos aqui a apreciar, é a reprogramação em termos do plano plurianual de despesas da Câmara destes projetos todos que aqui estão e, portanto, volto a dizer, eu não retiro de daqui nenhuma ilação política, não extraio daqui nenhuma consequência de uma alteração de paradigma que a Câmara Municipal tenha tido a este propósito, nem em respeito a nenhum destes projetos.-----

----- E, portanto, acho que as considerações que aqui foram feitas relativamente quer ao fórum municipal, quer a outro tipo de projetos, são absolutamente fora de contexto e obviamente que não acompanhamos. Como digo, é reprogramação técnica de algo que está em curso já há muito tempo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais ninguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Então podemos... Esqueci-me de... Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para dizer ao Senhor Deputado António Moita (INOV25) que não é uma reprogramação técnica, é económica mesmo. É um aumento de dois milhões em mobiliário. Essa é que é essa. Mas também deixe-me lhe dizer: também para sermos mais transparentes e mais claros, e toda a gente votaria a favor, era dizer que tipo de mobiliário é que vão pôr, que qualidade, quantos... Portanto, se nos fizessem uma demonstração de qual é o mobiliário, talvez esta discussão não fizesse sentido, porque ela era justificada. Agora, como eu já fiz um requerimento em agosto e ainda não me chegou à mão, eu tenho dificuldade em perceber qual é a alteração que aqui existe de dois milhões. -----

-----É só isso. Obrigada.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Mais alguém pretende intervir neste ponto? Senhor Presidente da Câmara, pretende usar da palavra quanto a esta...?” -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Pretendo, Senhora Presidente, para dizer algumas generalidades, à semelhança daquilo que tenho aqui ouvido, senhoras e senhores deputados.-----

-----E começaria justamente pela questão, porque tem a ver realmente com esta proposta também, com a lei dos compromissos. Deu azo a que o Senhor Deputado Tomás Perestrelo (CEO) fizesse aqui uma declaração de que a Câmara Municipal de Oeiras, isto era uma ditadura.” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** observou o seguinte: -----



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não disse nada disso.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --

----- “As palavras que disse visavam nesse sentido. É interessante porque esta é uma deliberação que é feita no início do mandato em todas as câmaras municipais deste país. Em todas. Porque na realidade, visa, naturalmente, desburocratizar e retirar, e aumenta a possibilidade de um problema qualquer, em vez de estar dois meses à espera, poder ser resolvido em oito dias. E a Assembleia Municipal não perde essa possibilidade de controlo e fiscalização, porque acompanha as contas da Câmara e, portanto, aí pode ver como é que as coisas evoluem. -----

----- Depois, eu não posso deixar de manifestar aqui alguma surpresa com este tipo de intervenções que aqui são feitas a propósito de Democracia. Uns dizem: “Se fôssemos nós, o edifício da Câmara não se fazia onde está, seria noutro lado qualquer”. Pois, está bem, seria, mas não é noutro lado qualquer, é ali. “Se fôssemos nós, o edifício não teria altura, teria baixura”. Bom, está bem..., a coisa já está assim. O mobiliário, mas que tipo de mobiliário? Pois, o mobiliário, realmente, poderia ser mobiliário em fórmica, ou pode ser mobiliário em madeira, ou construído. Ora, o que acontece é que os senhores deputados e as senhoras deputadas, alguns dos senhores parece que se esqueceram, realmente, que houve eleições há pouco mais de um mês. Eu ainda não acabei, e já vem a contestação... Mas eu não posso deixar de terminar aquilo que ia dizer. Ora, o que é que acontece? O eleitorado pronunciou-se e, ao que me parece, não votou nem no Partido Comunista, nem na Coligação Evoluir Oeiras. O eleitorado sufragou o programa eleitoral que lhe foi apresentado pelo Grupo Inovar Oeiras 25. E essa é a razão por que o Partido Comunista já perdeu um vereador há quatro anos, e agora o Bloco de Esquerda perdeu outro vereador também. A Coligação Evoluir perdeu o vereador que tinha. -----

----- Portanto, significa que o programa sufragado foi o programa que eu protagonizo. Vamos lá ver se entendem. Reconheçam, tenham humildade e reconheçam a legitimidade de quem ganha eleições. Nós estamos aqui democraticamente disponíveis para os ouvir, acolher

inclusivamente algumas das vossas propostas, mas foram derrotados. O vosso programa foi rejeitado pelos oeirenses. Os oeirenses querem o edificio ali naquele sítio, foi isso que eles sufragaram. Portanto, os oeirenses aprovaram um determinado programa eleitoral. Não vamos agora cumprir o programa da extrema-esquerda, seja do Partido Comunista que já não sei se é da extrema-esquerda, se da extrema-direita também, enfim, há aqui uma confusão ideológica no Partido Comunista, mas seja como for, seja o Partido Comunista, seja a Coligação Evoluir Oeiras, nos seus três partidos (Livre, Volt e Bloco de Esquerda), o vosso programa foi liminarmente rejeitado. Em Oeiras, a extrema-esquerda não passa, como a extrema-direita também não, diga-se de passagem, embora esteja a crescer. Vocês deviam tirar como lição o facto de o Chega estar a crescer, a Iniciativa estar a crescer e vocês estarem a diminuir. Portanto, cada vez estão mais enfezados. E fazem um discurso aqui nesta Assembleia com uma arrogância que eu, que represento uma maioria absoluta, seria incapaz de ter. Eu procuro com humildade, com simplicidade, ouvi-los a todos. Até procuro ser cada vez... Reparem, a Democracia exige um esforço individual brutal e eu justamente, quanto maior é a maioria que me dão, mais humildade eu tenho. Mais sinto a necessidade de ouvir as pessoas. Mas vocês vêm com aquela arrogância, que realmente mete dó. Porque os senhores falam como se a maioria tivesse que cumprir o vosso programa. De uma vez por todas, de uma vez por todas, tenham entendimento que quem ganhou as eleições tem legitimidade. E, portanto, quem as perdeu, naturalmente tem capacidade para fiscalizar, para propor, para fazer isso tudo. Agora, não queiram que nós cumpramos o seu programa. Nós não estamos aqui para cumprir o programa dos outros. Ora bem.... Aliás, porque estamos a cumprir o nosso programa é que vocês perdem votos. Porque estamos a cumprir o nosso programa é que o Partido Comunista deixou de estar representado na Câmara, e porque estamos a cumprir o nosso programa é que a Coligação Evoluir Oeiras perdeu o seu vereador. E perdeu porquê? Porque durante quatro anos fez uma política de terra queimada. Durante quatro anos, foi uma política de terra queimada na Câmara Municipal e, portanto, tiveram o prémio. Tiveram o prémio. Portanto,



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o mediatismo que pretendiam ter, a revolução que queriam fazer, não é? A revolução que queriam fazer, o programa eleitoral, uma legitimidade, uma autoridade moral que não reconheciam a quem ganhou as eleições... De uma vez por todas, admitam isso, porque enquanto não admitirem, não são democratas. Enquanto não admitirem não são democratas. E não são sorrisos cínicos ou apartes que me incomodam. Não me incomodam nada. Eu devo dizer que fiquei encantado com a derrota que o Bloco de Esquerda teve. Eu fiquei encantado e pensei cá para mim: indiscutivelmente, o Município de Oeiras é um Município instruído, é um Município educado, é um Município com cidadãos clarividentes que põe a extrema-esquerda no devido sítio. E, portanto, qual é o papel da extrema-esquerda e onde é que deve estar? E por esse andar desaparecerá no próximo mandato. Se continuarem assim, vão desaparecer, e lá se vão as aspirações do Senhor Deputado Tomás Perestrelo (CEO), que eu acho que tem futuro, atenção. Indiscutivelmente, eu discordo de quase tudo o que diz, mas admiro a forma como o diz.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -

----- “Portanto, digamos, podia dar umas lições a alguns dos candidatos à Presidência da República, porque tem uma retórica muito interessante. Ora, quanto a este ponto, julgo que está respondido. A questão.... Estamos aqui a falar de propostas que são propostas meramente técnicas. E, portanto, a questão do mobiliário, os sete milhões trezentos e cinquenta mil euros já data de uma proposta de liberação de julho. E, portanto, às vezes há aí alguma confusão nos números. Falam em trezentos mil, depois falam em sete milhões... Se calhar, os trezentos mil era o que estava previsto há dois anos utilizar num dos anos, e depois o resto era no ano seguinte. Portanto, isso são verbas plurianuais, não é? São verbas plurianuais. Por outro lado, cria-se um certo, ou procura-se criar um certo alarmismo, chamando a atenção para uma verba de um equipamento, ou de uma empreitada que custa, ou está previsto que custe, do ponto de vista previsional, dois milhões e

depois afinal aparece com quatro, como se houvesse aqui uma espécie de derrapagem, ou uma má gestão, etc. Eu dou-lhes o exemplo da passagem pedonal no Dafundo, que muito em breve será instalada, uma passagem lindíssima. Eu era para a ir ver a Braga, que é onde está a ser construída, mas já não posso, porque já foi construída e já está desmontada para poder ir. Tencionava ir lá, mas já não vou. Ora, começou com novecentos mil euros. O primeiro concurso ficou deserto, abriu-se um outro concurso. O candidato desistiu, abriu-se outro concurso. Lá finalmente conseguimos adjudicar. Portanto, passou dos novecentos mil euros para quase três milhões. Porque isto também tem a ver com o tempo. Se uma obra é adjudicada hoje, tem um preço, se for adjudicada daqui a quatro ou cinco anos, tem outro preço. E, portanto, estas necessidades de reprogramações e, sobretudo, vocês vejam o caso do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), por exemplo, ao nível da habitação, nós temos se calhar sete, ou oito, ou nove, ou dez reprogramações, porque praticamente todos os edifícios, ou todas as empreitadas do PRR têm que ser reprogramadas. Mas está ali a Doutora Paula Almeida, que em relação a esta proposta pode pormenorizar melhor quais são, digamos, as rubricas que estão aqui em causa. É só o edifício municipal? Senhora Presidente, permite que a Doutora Paula possa dizer...?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Tem de vir aqui. Tem de vir aqui, se faz favor.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Tem de vir ali... Porque eu acho que é mais alguma coisa para além do edifício, não é?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor.”-----

-----A **Senhora Paula Almeida, Coordenadora da Divisão de Gestão Financeira,** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Sim, sim. Boa tarde a todos. Vou voltar um bocadinho atrás relativamente aqui à



g

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

rubrica então do novo edifício. Houve aqui um lapso, portanto, a rubrica, a designação é “o mobiliário”. Portanto, acabei de saber que os serviços técnicos, de facto, porque estava-me a fazer confusão, porque, de facto, a compra do mobiliário e o apetrechamento do edifício, esse concurso ficou deserto. Portanto, não teríamos, por agora, valor para efetuar aqui uma, saber qual era o valor que teríamos que pôr aqui em anos futuros. Então, houve aqui uma troca. Portanto, o valor a reforçar é mesmo no edifício obra. O motivo até aqui à frente, a descrição é “execução da obra”. Os serviços técnicos acabaram de confirmar isso. É um lapso, foi um lapso.-----

----- Relativamente à revisão orçamental, irá..., é um lapso.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “É um lapso que será corrigido, não é?” -----

----- A Senhora Paula Almeida, Coordenadora da Divisão de Gestão Financeira, prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Que será corrigido. É um lapso só a nível de escolha da rubrica. Posso? Portanto, a não adjudicação e o apetrechamento do edifício, nomeadamente decoração de interiores e mobiliário seria aqui, mas não temos valores, porque amanhã vai a proposta de deliberação a reunião de Câmara da não adjudicação desse processo, desse...”-----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) observou o seguinte:-----

----- “Desculpe, Senhora Presidente, uma... -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa... Então, do que eu percebi, eu queria perguntar ao Senhor Presidente, esta proposta, então, esta apreciação e votação da proposta tem de ser retirada. Como é que é? Há aqui... Não consegui perceber.”-----

----- Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, esta proposta, na minha opinião, não tem que ser retirada. Mas será corrigida imediatamente, e logo que esteja corrigida será remetida à Assembleia Municipal. Agora, não há razão nenhuma para não ser votada, pelo contrário, é urgente, até porque ainda ontem..., vai à próxima reunião de Câmara, a anulação do anterior concurso. Sim, claro, além de que o que tem aqui não é só... Eu compreendo, eu compreendo a preocupação com o edifício, a tentar encontrar problemas com o edifício, mas aquilo que está em causa..., não é só o edifício, desculpe. Não está em causa, o que está aqui em causa é o PRR, são muitas propostas. E, portanto, estes dois milhões, ainda nem percebi ainda, é lapso o quê? O que é que esses dois milhões estão em lapso? Eu também não percebi.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Eu posso explicar com facilidade, Senhor Presidente...” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Então vá, Senhor Vice-Presidente, explique. Eu também ainda não percebi.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Um momento, um momento. O Senhor Vice-Presidente quer esclarecer esta questão? A ver se percebemos. Faz favor, Senhor Vice-Presidente, para ver se percebemos.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente, com vossa licença. -----

-----O que se passa é na comunicação entre os serviços é dada uma rubrica que não corresponde à rubrica que deve ser reforçada, que é a rubrica do edifício, da obra em função da revisão de preços a que legalmente estamos obrigados, e é a dada a rubrica do mobiliário. É um erro de pena, é um erro de pena que a qualquer momento pode ser alterado, informando qual é que é a rubrica correta. É um mero *lapsus calami* que pode ser alterado a qualquer momento. -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Para não haver dúvida, porque já sei que estas coisas são assim, Senhora Presidente



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

eu retiro a proposta e virá aqui na próxima reunião. É urgente, ok, é urgente, mas se há dúvida, retira-se.” - -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente só um segundo... aquele ponto...” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte:-----

----- “Retira-se o ponto, qual?” -----

----- Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte:-----

----- “Não, não. Esse ponto dos dois milhões diz respeito a quê?” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:-----

----- “Ao mobiliário.” -----

----- A Senhora Vereadora Sílvia Breu observou o seguinte: -----

----- “O mobiliário é que pode ser retirado, que é este aqui.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

----- “Pode ser retirado esse. Então, tudo bem.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

----- “E o PRR...” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

----- “Considerando... Esse é o problema. Nós temos aqui, como sabem, há verbas a utilizar no âmbito do PRR que oito dias podem ser determinantes. E, portanto, aquilo que vos proponho é retirar, aprovar esta revisão com exclusão destes dois milhões. E, portanto, isso será esclarecido depois numa próxima Assembleia.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Portanto, o que eu preciso de saber é se a Câmara retira a proposta, o ponto três ou

não. Não...” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, dá-me licença?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

-----“Sim.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Como calculam, vamos lá ver, há aqui um problema, em cima do acontecimento não é fácil nós estarmos aqui a mexer em números. E, portanto, estava aqui a dizer o Vereador Nuno Neto, se os dois milhões fossem exclusivamente o edifício, era fácil retirar. O problema é que nestes dois milhões podem estar, e eu agora não tenho aqui possibilidade de ver isso, a não ser que a Paula me esclareça, mas desses dois milhões podem estar verbas do PRR habitação, por exemplo. Portanto, era bom que esclarecesse isso.” -----

-----A Senhora Paula Almeida, Coordenadora da Divisão de Gestão Financeira, disse o seguinte:- -----

-----“Não, Senhor Presidente. Não.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte:-----

-----“Não estão?” -----

-----A Senhora Paula Almeida, Coordenadora da Divisão de Gestão Financeira, respondeu o seguinte: -----

-----“Não. Não.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Enão, nesse caso, realmente propunha que fizéssemos a votação desta proposta com exclusão destes dois milhões de euros. É claro que depende da boa vontade dos senhores deputados.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- “Na verdade, não.”-----
- O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----
- “Não, depende. Nesta matéria a maioria não se impõe. Vamos lá ver se nos entendemos. Esta é uma questão que oferece algumas dúvidas, as dúvidas são esclarecidas, mas naturalmente que não é para depois vir para aqui a atirar, não sei quê e tal.-----
- Portanto, mais oito, quatro ou cinco dias também se espera. Agora tudo bem, pode acontecer que haja um prazo qualquer que seja ultrapassado ao nível do PRR, mas paciência, faz parte da vida.”-----
- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
- “Eu ia solicitar aos líderes de cada bancada que se pronunciassem sobre esta questão.”-----
- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte:-----
- “Senhora Presidente, peço então que não seja descontado o nosso tempo se é para essa finalidade.-----
- Como eu tinha dito na reunião de líderes, entendo que estão marcados muitos pontos na Ordem de Trabalhos para hoje e que, certamente, não chegaremos ao fim de todos os pontos. Há reunião de Câmara amanhã, portanto, eu sugiro que esta e outras propostas que foram corrigidas, entretanto, hoje de manhã sejam levadas amanhã excecionalmente novamente a reunião de Câmara para serem alteradas e corrigidas, e façamos hoje os pontos da Ordem de Trabalhos que podem ser discutidos hoje. E que depois se agende a continuação desta Sessão para quinta-feira, por exemplo, em que essa situação está ultrapassada e podemos votar aquelas que hoje não estão corretas e não devem ser votadas.-----
- Muito obrigada.”-----
- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
- “Quem mais se quer pronunciar sobre esta questão?”-----
- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Peço silêncio, peço silêncio.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“Na linha daquilo que o Senhor Presidente disse e na linha das questões que têm a ver com o prazo e que têm a ver com a importância que cada uma dessas propostas tem, a única proposta em concreto que ouvi dizer, que foi aqui dito que havia uma deficiente contabilização, ou em termos de rubrica, ou em termos da descrição que tinha, foi esta. -----

-----E, portanto, se o Senhor Presidente da Câmara nos pede para votar esta proposta com exclusão deste ponto em concreto, isso fica em Ata e assim que a Câmara Municipal fizer essa retificação, nós então trataremos aqui da apreciação dessa linha em concreto. Todas as outras, nós estamos em condições de seguir em frente porque, como o Senhor Presidente disse, pode haver aqui um conjunto de despesas que estejam associadas a projetos do PRR e, às vezes, cinco dias, seis dias, sete dias, oito dias podem fazer toda a diferença. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Do Partido Socialista, quem é que quer usar da palavra?” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

-----“Senhora Presidente, o Partido Socialista considera que não há condições para fazer a votação desta proposta, porque a proposta que foi aprovada na Câmara é a proposta que aqui temos. Não se retiram alíneas quando um órgão que aprovou não retirou essa alínea. Quem pode fazer alteração à proposta que aqui está é a Câmara que a votou, não é o Senhor Presidente da Câmara, com o devido respeito. -----

-----Como tal, o Partido Socialista considera que não há condições para votar a presente



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

proposta. --

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. -----

----- A CDU pediu a palavra? Sim, faz favor. Quer se manifestar sobre esta questão?”-----

----- A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “Não tinha pedido a palavra, mas posso manifestar-me e concordo com a posição que o Partido Socialista aqui assumiu. Nós estamos a votar uma proposta que previamente teve de ser aprovada em reunião de Câmara, não faz sentido e não me parece que seja correto nós votarmos uma coisa diferente da que foi votada na reunião de Câmara, daí que concordamos com a posição.”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim senhor. Senhor Presidente, eu queria só ali ouvir também a posição da Iniciativa Liberal e do Chega. Façam favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, acima de tudo, falamos aqui de dinheiro público e não apenas de um simples lapso que é aquilo que, infelizmente, em Portugal é utilizado até nos tribunais para justificar incompetências. -----

----- Portanto, isto tem que voltar efetivamente novamente à vereação para uma análise como deve ser e depois sim, vir aqui à Assembleia Municipal, para vir a votação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Anabel Brito (IL), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Anabel Brito (IL)** referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para lhe dizer que subscrevemos totalmente o que a Deputada Alexandra Tavares de

Moura disse, do Partido Socialista, e também relembrar que se somos tão zelosos em termos de comissão e de grupos de trabalho, também temos que ser zelosos em todas as outras coisas. E não esquecer também, se a matéria é tão delicada que a Câmara, ou que os serviços teriam que ver, rever e tornar a ver, para quando chega aqui.-----

-----Obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Pronto, então agora o Senhor Presidente pediu palavra. Faz favor, Senhor Presidente.”

-----O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Bom, Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados.-----

-----Depois de tudo ouvir, a Câmara Municipal não prescinde da votação desta proposta. Se no início a minha proposta era a retirada, retirar a proposta para depois corrigir, não faz sentido nenhum, na medida em que o esclarecimento que nos chega, do que se trata é de um erro meramente material. Portanto, um erro de inscrição irregular numa rubrica em vez de outra. É esta a situação. - -----

-----Perante uma coisa destas, o que é normal é que o Presidente da Câmara assuma o compromisso de proceder na próxima reunião à correção pela Câmara Municipal e, depois, sujeitar a uma nova ratificação aqui pela Assembleia Municipal. Portanto, estamos disponíveis para isso. Mas, neste momento, aprovar, dar andamento por uma razão e por uma razão, devo vos dizer porquê: porque há outras propostas a seguir que, de alguma forma, podem ter a ver com esta proposta. Portanto, votamos, irá à Câmara Municipal já na próxima quarta-feira, será corrigido e remetido à Assembleia Municipal novamente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado do PAN, não lhe dei a palavra há bocado e peço desculpa. Faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN) referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Entretanto, o Senhor Presidente esclareceu e estamos de acordo, que consideramos que dada a pertinência do PRR que seja votado hoje e que depois seja ratificada a nova versão do novo documento da Câmara. -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, para dizer que aquilo que agora está em cima da mesa é completamente diferente daquilo que estava em cima da mesa há cinco minutos atrás. -----

----- A votação da proposta, como ela está e a sua correção na Câmara e posteriormente na Assembleia Municipal, que aquilo que diz a lei “erros materiais são corrigidos nos órgãos que votam”, face a esta nova proposta do Senhor Presidente da Câmara, o Partido Socialista está disponível para fazer a votação hoje.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Então vamos à votação. Quer usar da palavra? Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Quero, Senhora Presidente. Tenho tanta coisa para responder, que não me esqueci. -

----- Queria dizer várias coisas ao Senhor Presidente: em primeiro, que não há extrema-esquerda nesta Assembleia Municipal, tanto quanto sei nem o MRPP, nem o MES elegeram deputados para esta Casa, nem para nenhum outro órgão autárquico, até porque não concorreram às eleições. Portanto, a extrema-esquerda não sei se está aí no seu bolso, ou se está algures, aqui nesta Assembleia Municipal não está. -----

----- Em segundo lugar, quero lhe dizer que as suas conceções sobre quem cresce, ou não cresce no panorama político português estão incompletas, tal como a sua conceção de Democracia.

Mas eu já lá vou. Há uma esquerda que cresce em Portugal que, por acaso, o meu partido insere-se nessa esquerda e esse partido está inserido na Coligação Evoluir Oeiras, portanto, as considerações do Senhor Presidente são manifestamente incompletas. -----

-----E, depois, Senhor Presidente, eu em momento algum disse que a Câmara era uma ditadura, mas que a conceção de Democracia do Senhor Presidente está muito incompleta, lá isso está e viu-se agora aqui, porque é que está. Porque se é verdade que nós não temos a maioria, que o que é natural é que seja um programa que foi sufragado maioritariamente nas eleições seja cumprido, nós estamos aqui eleitos com votos suficientes dos oeirenses para lhe dizer que o seu programa é mau, não devia ser feito, explicar porquê, apresentar alternativas. Nós estamos eleitos aqui com essa missão. -----

-----Depois no fim vota... se à Deputada Celina Mendonça (INOV25) faz-lhe muita confusão esta conceção de Democracia, mas é a conceção de Democracia que existe. Depois estamos aqui vota-se, quem tiver mais votos ganha. Geralmente, como vocês têm maioria absoluta, vão ganhar e vosso programa segue avante. Mas nós estamos aqui para apontar as trapalhadas, apontar a incompetência, apontar a falta de jeito, tudo coisas que vimos nos últimos minutos. E não é a primeira vez que vemos. Já no mandato anterior as trapalhadas sucediam-se nesta Casa. Hoje, temos aqui mais uma a acrescentar às más opções políticas deste Executivo, a um programa que despende muitos milhões de euros num projeto faraónico completamente desnecessário...” --

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, já esgotou o seu tempo.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Termino já, Senhora Presidente... num projeto completamente desnecessário, ainda somos brindados com mais uma trapalhada incompetente desta Câmara, uma trapalhada incompetente desta Câmara que pôs em risco a votação desta proposta e várias outras propostas



3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que tínhamos hoje na nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, faz favor de terminar.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Portanto, Senhor Presidente, eu estou aqui com os votos dos oeirenses também para lhe dizer estas verdades, para lhe dizer estas verdades na cara, e o Senhor Presidente pode vir aqui tentar dar as aulas de Democracia que quiser...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, terminou, terminou...”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... eu vou continuar a fazê-las enquanto aqui estiver. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Então vamos proceder... Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Só dar só dar nota que. atendendo à alteração que foi considerada, iremos também votar.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Estamos em condições então de proceder à votação nos termos propostos pelo Senhor Presidente e que ficou aqui referido. Senhor deputado fez sinal? Não.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino

Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com cinco votos contra, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho) e dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e com três abstenções, sendo duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e uma da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes). -- -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Tomás Raposo Barra, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação. -----



47

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 153/2025**-----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 985/25 - DPOC - 5ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (5ª. REVISÃO) ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) ----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com cinco votos contra, sendo três do Partido Chega e dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e com três abstenções, sendo duas do Partido Iniciativa Liberal e uma da Coligação Democrática Unitária, aprovar a Quinta Alteração Orçamental Modificativa de dois mil e vinte e cinco (quinta revisão), conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação, a qual deverá de ser corrigida em sede da reunião da Câmara Municipal, visto conter um erro material. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Temos cinco votos contra do Evoluir Oeiras e Partido Chega. Temos três abstenções, Iniciativa Liberal e CDU e, portanto, está aprovada por maioria a proposta três da nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Senhor Deputado, pretende usar a palavra?” -----

4.3.1.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Sim, Senhora Presidente, queria apenas fazer uma declaração de voto. -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra esta proposta, já íamos votar contra inicialmente, tendo em conta tudo aquilo que eu disse na minha intervenção, nomeadamente os factos ocorridos aqui hoje.-----

-----O facto desta proposta acrescentar dois milhões agora parece que não é para mobiliário, descobrimos que é para outra coisa relacionada com o fórum municipal e, em cima de tudo isto, eu queria reforçar que a trapalhada incompetente a que nós assistimos aqui hoje, não é a primeira, não é a segunda e, infelizmente, com o Executivo da Câmara que temos, lamentavelmente, respeitamos, foi o Executivo sufragado em eleições, tiveram maioria absoluta, têm toda a legitimidade, mas eu tenho a certeza absoluta que com o Executivo que temos aqui sentado, nomeadamente com a maioria de vereadores do INOV - e o Senhor Presidente já está a levantar a mão para me responder a uma declaração de voto que sabe que não pode - eu tenho a certeza absoluta que a com maioria que aqui temos e digo-lhe isto nos olhos, Senhor Presidente, e o Senhor Presidente sabe que eu estou a dizer a verdade, não foi a última. Não foi a última trapalhada que vimos, com muita pena minha. Espero sinceramente estar enganado para bem de Oeiras, para bem dos oeirenses, respeitando a maioria que têm, é uma maioria trapalhona e incompetente.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN), faz favor.” -----

4.3.1.2. O Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Para uma declaração de voto, Senhora Presidente.-----

-----Para dizer que o PAN votou a favor precisamente pela pertinência das verbas relativamente à habitação que, sendo uma prioridade, faria todo o sentido votar a favor desta proposta.--- -----



87

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Penso que o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) pediu a palavra.”-----

4.3.1.3. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Pus-me de pé e tudo...-----

----- Senhora Presidente, é só para dizer que o Grupo Municipal do Partido Chega irá proceder a uma declaração de voto. Nós inicialmente iríamos votar a favor, mas relativamente ao lapso que foi verificado, e atrevo-me a dizer que há mais lapsos, nós iremos fazer por escrito. ----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Grupo Político Municipal do Partido Chega não entregou a Declaração de Voto por escrito.** -----

4.3.1.4. O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Era só para dizer que a nossa abstenção manteve-se porque não foi para mobiliário do fórum, mas é para despesa relacionada com o fórum, para a qual não temos toda a informação conforme foi disponibilizada. -----

----- E também queríamos dizer que, apesar de todo este lapso, na intervenção inicial a Câmara achou o valor normal e até achou que tinha sido sufragado aquando das últimas eleições. Afinal este valor não tinha mesmo sido sufragado e não foi isto que conduziu às eleições no último ato eleitoral. -----

----- Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Eu não estou a fazer...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Não vai... O Senhor Presidente pretende usar da palavra para?”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Não, tenho tempo, tenho dez minutos...”-----

-----Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Pergunto à Senhora Presidente..., não se trata disso. Já fui...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Peço desculpa. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente, peço-lhe que seja sucinto, não sei se é para responder ao que...”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Não, não, Senhora Presidente, só quero saber se nesta altura eu posso usar da palavra.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: ---

-----“Senhora Presidente, Ponto de Ordem à Mesa.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Usando o meu tempo, não tem nada a ver com declarações de voto. Não há problema nenhum, na próxima proposta eu digo aquilo que tenho a dizer. Muito obrigado. Está o assunto arrumado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Sim, senhor. Senhor Deputada, está ultrapassada a questão. O Senhor Presidente não vai usar da palavra.”-----



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “.... As outras pessoas estão a falar e não perturbar os trabalhos também, Senhor Deputado. Pronto, então vamos.... Peço desculpa, Senhor Deputado, não vamos transformar a Assembleia num local impróprio. Vamos continuar o nosso trabalho que é para isso que nós cá estamos. E vamos passar ao ponto quatro.” -----

4.4. Apreciação da Proposta CMO N.º 997/2025 - GMA – relativa à PARQUES TEJO E.M. - Relatórios do 1.º e 2.º trimestres e 1.º semestre de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Só dar aqui um apartezinho... O Grupo Político que passou quatro mandatos (deverá querer dizer “quatro anos”) com uma Vereadora – e eu dizia sempre: “uns trabalham e outros atrapalham” – que passou quatro anos a atrapalhar e agora vem falar de trapalhadas. -----

----- Mas eu pedi a palavra para dizer outra coisa, Senhora Presidente, e que fique claro para o resto do mandato: todos os assuntos que digam respeito à Parques Tejo, eu peço escusa e retiro-me da sala, porque sou funcionário da Parques Tejo, sou técnico superior. Mas quero dizer aqui algo que não ficou claro no mandato passado e faço nesta primeira intervenção: eu escuso-me a intervir, a debater e a votar documentos que a minha administração propõe. Agora, a prerrogativa da discussão de assuntos políticos de mobilidade, de estacionamento, de zonas de

estacionamento de duração limitada e de estratégias de mobilidade, terei sempre uma palavra a dizer, se o meu Grupo Político assim o entender.-----

-----E, portanto, vou-me retirar da sala e ausentar-me durante este ponto.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Alguém pretende usar da palavra?-----

-----Faz favor, Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN), depois o Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) e a seguir a Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU) e depois o Senhor Deputado Filipe Martins (IL).”-----

-----O **Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Os resultados da Parques Tejo falam-nos de grandes ambições na mobilidade sustentável, ciclovias que avançam, um bike sharing que se consolida, o SATUO que vai ser reativado, o LIOS que vai ligar o Concelho a Lisboa e uma app que está a transformar a mobilidade.

-----Se lermos com atenção, percebemos que uma parte significativa destas referências vive mais no campo da promessa do que da concretização, é a mobilidade sustentável em construção conceptual. Sim, o SATUO e o LIOS foram apresentados ao Governo e reconhecidos como projetos estratégicos, mas ainda não encontramos nos relatórios qualquer dado sobre execução, prazos, contratos ou fases de obra. São boas intenções, mas por enquanto continuam a circular mais depressa no powerpoint do que no território.-----

-----Quanto à mobilidade suave, encontramos referências, mas não encontramos métricas.

-----Não há quilómetros de ciclovias novos contabilizados, não há indicadores de aumento do uso de bicicleta, não há dados sobre deslocações pedonais. Há apenas declarações genéricas de que a intervenção no espaço público promove meios pedonais e cicláveis.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E no bike sharing, apesar do entusiasmo, os relatórios apontam para seiscentas e sessenta e cinco viagens no segundo trimestre, em quatro meses. Um número que sendo positivo... três meses, peço desculpa... um número que sendo positivo dificilmente demonstra uma mudança estrutural nos hábitos de mobilidade. Ou seja, a visão existe, falta a execução, a mensuração e, acima de tudo, a prestação de contas. O plano valoriza projetos de futuro, mas valoriza ainda mais, resultados presentes, e por isso, pedimos que nos próximos relatórios a Parques Tejo vá além da narrativa e apresente indicadores concretos sobre mobilidade ativa, redução da dependência do automóvel e impacto ambiental. É isso que permite avaliar se estamos a caminhar ou apenas a anunciar o caminho. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente. -----

----- Não podemos deixar de ficar entusiasmados pela quantidade de relatórios que a Parques Tejo produz e as respetivas correções que faz. Ainda assim, não deixa de ser curioso que ao longo dos cinco relatórios, entre auditados e não auditados, vários mapas apresentam os mesmos números, o que os torna incoerentes, porque representam espaços temporais diferentes. São exemplo, o número de dísticos de residentes, mantem-se sempre o mesmo, apesar das renovações e dos novos dísticos, ser idêntico/ igual não apenas no total, mas em cada uma das localidades. Ou a incoerência em relação aos números de dados de utilização de mobilidade suave ou o número de solicitações de recolha de equipamentos totalmente incoerente entre os diferentes relatórios.-----

----- Em termos da atividade, para além da recauchutagem de lugares de estacionamento em parques já existentes ou em terrenos devolutos, e instalações de ZEDL, queremos destacar e

acompanhar o reforço pelo Transporte Metropolitano de Lisboa da oferta de transporte rodoviários disponíveis no nosso Concelho com a criação de novas linhas que, dando resposta a solicitações antigas das populações, permitiu o aumento significativo de passageiros transportados.-----

-----Está ausente deste e de anteriores relatórios, e sugere-se incluir um capítulo de análise e métricas objetivas de fatores críticos de sucesso para aferir no que a Parques Tejo diz respeito para o cumprimento das medidas constantes do plano de mobilidade urbana sustentável. -----

-----Concentrando a intervenção no relatório do primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco e numa comparação em períodos homólogos, assistimos que no primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco há uma redução de autonomia financeira da empresa, bem como da solvabilidade, eventualmente indutora de uma degradação do desempenho, mas ainda assim, demonstrando uma capacidade para o cumprimento dos seus compromissos a médio e longo prazo.

-----Diversificada e aumentada a atividade que permitiu um aumento de rendimentos de vinte vírgula quatro por cento, este não acompanhou o número de trinta e quatro por cento de gastos, ainda que este acréscimo de rendimentos resulte de um aumento muito significativo das receitas referentes à gestão de parques e estacionamento ZEDL. Apresenta assim uma quebra muito significativa no seu resultado operacional, quer quando comparada com o período homólogo ao do ano anterior ou do orçamentado para dois mil e vinte e cinco. O resultado líquido do período, atente-se, representa apenas oito vírgula sete por cento do que estava orçamentado. -----

-----É importante notar que o passivo corrente de curto prazo, portanto, que apresenta um aumento de quarenta e quatro por cento, em relação ao ano anterior, cifrando-se em dois vírgula oitenta e oito milhões de euros (só o passivo corrente) com o agravamento de quase novecentos mil euros. Mas percebemos o porquê. Ainda que o conselho de administração indique neste relatório, já ter executado os projetos ou estudos para a implantação do SATUO e do LIOS, tendo em contrapartida o contrato-programa, verifica-se que à data do reporte não ter sido cumprido por parte do Município o pagamento do serviço que encomendou, particularmente grave por uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

empresa ter assumido compromissos de fornecimento de serviços externos para a execução de parte desses trabalhos, como é extensivamente exposto pelo relatório do ROC (Revisor Oficial de Contas) e que se encontra assim por pagar. É assim que aumenta a dívida. Urge ao Município cumprir atempadamente os seus compromissos com o setor empresarial local.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- Relativamente à Parques Tejo e às questões da mobilidade, a CDU vê a mobilidade sustentável como um meio de desenvolvimento que sirva efetivamente as pessoas e promova a coesão territorial.-----

----- O transporte público tem de ser visto como o mais estruturante da mobilidade no Concelho, tem de haver mais oferta e melhor articulação entre os diversos modos. Valorizamos a redefinição e a criação de carreiras na Carris Metropolitana, aqui apresentadas no relatório. Este é um trabalho contínuo e que deve ter necessariamente a participação ativa e direta das populações.

----- É necessário mais ciclovias cicláveis e pedonais em todo o Concelho e que as mesmas se liguem, nomeadamente a escolas, a mercados, a equipamentos públicos e a transportes. -----

----- Queijas continua a não ter uma ligação pedonável e ciclável segura ao Estádio Nacional. Continuam as pessoas a ir pelos acessos da ACinco e a colocarem-se em perigo. Não tem uma ligação segura a Barcarena e a Velejas, a Caxias, etc... É necessário resolver problemas de escassez existentes em várias localidades, nomeadamente em Carnaxide. -----

----- Há trabalho feito sim, mas há um longo caminho ainda por trilhar.-----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.”-----

-----Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A proposta de deliberação novecentos e noventa e sete barra dois mil e vinte e cinco, é apresentada como um simples ato de conhecimento dos relatórios do primeiro e segundo trimestres e do primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco da Parques Tejo. Formalmente é isso, mas politicamente é mais, é a legitimação do modelo de atuação que merece ser debatido. -----

-----Os relatórios apresentados são carregados de linguagem promocional, fala-se de transformação e de marca distintiva, de modernidade e dá-se destaque ao rebranding da empresa. Mas para nós a questão fundamental não é a estética, nem a comunicação, é a competência, a função e o modelo económico associado. -----

-----Hoje, de acordo com os próprios relatórios, a Parques Tejo não se limita ao estacionamento, intervém na mobilidade, no bike sharing, na gestão da aplicação da Oeiras Move, nos parques fechados, nos projetos do SATUO, do LIOS, estudos BRT, incubação de startups e na organização de eventos ligados à inovação. Estamos por isso, perante a criação de um macro organismo municipal da mobilidade e do empreendedorismo, concentrando no setor público que, para nós, muitas funções pertencem claramente ao mercado. E é claramente aqui que importa recentrar todo este debate sob para nós um princípio fundamental, o Município só deve exercer diretamente competências quando estamos perante uma falha de mercado ou uma função pública indelegável. Sempre que exista no mercado ou sempre que existam com uma capacidade instalada, operadores privados, concorrência e inovação, então o papel do Município não é substituir-se ao mercado, é regulá-lo, fiscalizá-lo e, quando necessário, concessioná-lo em condições transparentes e concorrenciais. O que está a acontecer não resulta de uma falha de mercado, resulta de uma opção política de concentrar cada vez mais competências dentro de uma empresa municipal. -----

-----Ora, para nós isto significa mais peso na estrutura pública, menos abertura à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

concorrência, maior risco na utilização dos recursos públicos e um menor escrutínio económico do que existiria no modelo concessionado.-----

----- Enquanto liberais, defendemos uma mobilidade moderna, eficiente e sustentável. Mas essa mobilidade não se constrói com a expansão contínua da máquina municipal, constrói-se com mais eficiência, mais concorrência, mais transparência e sobretudo mais responsabilização. Por isso aqui reafirmamos o nosso princípio essencial, o que é estrutural e indelegável deve pertencer ao Município. O que é falha de mercado, deve ser suprimido pelo Município. Mas tudo aquilo que for claramente mercado deve ser privatizado ou concessionado. E todos sabemos que em medicina quando não há bula a dose é excessiva, e o que vemos aqui é que a estatização em dose elevada, está-nos a criar problemas. O que Oeiras precisa não é de mais Estado onde já existe mercado. O que Oeiras precisa é de mais concorrência, mais eficiência e mais respeito pelo dinheiro dos contribuintes. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- É que temos...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Ah, desiste...” -----

----- Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente de Câmara, senhores vereadores, senhores deputados. -----

----- Depois de ler esta proposta sobre os relatórios da Parques Tejo, confesso que fiquei

com a sensação de que estamos a ver dois filmes diferentes: no filme da empresa tudo corre bem, tudo é inovação, tudo é smart, tudo é vanguardista. E no filme dos números, o resultado é sempre menos glamoroso. E, é exatamente por isso que estamos aqui, para separar a propaganda da realidade. -- -----

-----Comecemos pelo óbvio, a Parques Tejo continua a entregar relatórios fora do prazo, continua a corrigir versões, continua a reenviar documentos e continua a ser obrigada a responder a pedidos de clarificação perante incongruências. Isto não é um detalhe técnico, isto é falta de rigor numa empresa que é pública. Depois, olhamos para os números e os números não mentem, mesmo quando vêm embrulhados nos discursos bonitos. O volume de negócios cresce sim, mas o resultado líquido cai em noventa por cento. Temos gastos que disparam sobretudo nos fornecimentos e serviços externos, uma subida de sessenta e um por cento, não há modernização que justifique isto. Temos mais contratações, mais despesa com o pessoal, mais categorias operacionais e, curiosamente, a categoria mais reforçada é a fiscalização do estacionamento, é incrível como é que uma empresa que também vive de cobrar estacionamento descobre repetidamente que precisa de mais fiscais.-----

-----Depois, temos publicidade e propaganda a subir quase cento e setenta por cento. É sempre entusiasmante ver dinheiro público a estar tanto em imagem, quando a realidade não acompanha nunca a fotografia, ou seja, a empresa parece moderna, mas a estrutura financeira está a regredir. - -----

-----Senhora Presidente, o problema não está na existência da Parques Tejo, o problema está na forma como esta empresa está a ser gerida, e são coisas distintas: modernizar é fácil o difícil é gerir bem. A empresa fala-nos de rebranding, de apps com milhares de utilizadores, de laboratórios tecnológicos, de projetos futuristas, de mobilidade sustentável..., mas se não conseguem entregar relatórios a horas, equilibrar contas, controlar despesas e justificar investimentos, então temos um problema sério.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Município detém cem por cento da empresa, logo detém também, cem por cento da responsabilidade. E deve ter também cem por cento de coragem de exigir rigor, transparência e gestão responsável, porque ao fim do dia quem paga tudo isto não é o rebranding, nem as campanhas digitais, são mesmo os munícipes, aqueles que nunca aparecem nas fotografias.-----

----- A Parques Tejo tem de escolher o seu caminho: ou continua a viver da imagem e propaganda, ou assume finalmente a responsabilidade financeira e operacional que uma empresa pública deve ter. Neste momento, a diferença entre modernização e maquilhagem é demasiado pequena para ser ignorada. E nós, enquanto Assembleia Municipal não estamos aqui para aplaudir, estamos aqui para fiscalizar contas, para defender o interesse público e para dizer sem medo que a gestão tem de melhorar e, francamente, tem mesmo de melhorar.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO).” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Eu hoje já concordei a cem por cento com o Senhor Deputado João Viegas (INOV25), e estava-me a assustar, porque ali até mais ou menos um terço, talvez metade da intervenção da Iniciativa Liberal, eu também estava a concordar. Depois quando o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal disse que tínhamos Estado a mais na mobilidade, eu aí suspirei de alívio e fiquei contente, porque, afinal, discordamos. Nós se não tivéssemos estado na mobilidade o que tínhamos era um bocadinho aquilo que tínhamos há uns anos e que felizmente, temos cada vez menos, isso é a parte que a Parques Tejo tem feito bem, tínhamos carros em cima dos passeios, tínhamos desordenamento total no estacionamento e tínhamos um desordenamento ainda maior na mobilidade.-----

----- A parte com que eu concordei da sua intervenção, e aí estou plenamente de acordo, foi

a primeira parte da sua intervenção quando diz que “houve um rebranding...” para usar um anglicismo que a Iniciativa Liberal usou também, “houve uma maquilhagem...”, como também já aqui foi dito, na Parques Tejo, houve efetivamente algumas alterações que foram para lá da maquilhagem, mas a verdade é que nós continuamos a ter – é talvez o problema mais gritante em Oeiras e era também responsabilidade da Parque Tejo resolvê-lo – os oeirenses a perderem horas da sua vida no trânsito. Se formos para a rua perguntar a pessoas aleatoriamente em Oeiras, qual é o maior problema que sentem no seu dia a dia em Oeiras, muitas, estou certo, certamente não a totalidade, mas estou convencido que uma boa maioria, dirá que é o tempo que perde no trânsito. Sejam as pessoas que andam de carro, sejam as pessoas que andam de transportes públicos, sejam as pessoas que usam os dois modos de mobilidade. E isto prende-se com o facto de a Parques Tejo ter mudado a sua imagem, ter mudado os seus estatutos, ter mudado a sua missão, aqui há uns anos... mas a verdade é que continuamos muito na mesma. Nós continuamos a ter uma empresa que se propõe a pensar a mobilidade como um todo, a pensar numa mobilidade moderna e que continua excessivamente focada no automóvel. E que não pensa, não tem propostas – a não ser as tais palavras bonitas do rebranding, e “vamos fazer aqui um bike sharing e um hubspot, e não sei quê...”, mas na prática e no terreno, aquilo que as pessoas sentem é que continua tudo na mesma, continuamos a perder demasiadas horas no trânsito, sejam as pessoas que andam de carro, sejam as pessoas que andam de transporte público, sejam as que também andam a pé e que sofrem muitas vezes com trânsito excessivo, porque sabemos que as pessoas quando estão no trânsito, ficam um bocadinho mais enervadas, e pode haver atravessamentos em passadeiras que são um bocadinho mais arriscados, e até por uma própria questão de segurança, é importante abordar este problema de mobilidade. Infelizmente, estes relatórios trimestrais e este relatório semestral da Parques Tejo em relação a respostas concretas a este problema que nós vivemos não adiantam absolutamente nada. E já temos vindo nesta toada ao longo dos últimos anos e era muito importante ver-se uma evolução mais decisiva para resolver o problema da mobilidade em Oeiras, que continua a ser



23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

grave, que precisa de respostas mais do que de proclamações, e rebranding, e maquilhagens e benchmarking, e startups e incubators e coisas do género, precisa de coragem política, precisa de ação política, precisa que a Câmara diga à Parques Tejo “ajudem a resolver mais decisivamente os vários problemas de mobilidade que temos em Oeiras e que fazem com que as pessoas continuem a perder muitas horas da sua vida no trânsito...”, e é função da Câmara, que teve a tal maioria tão expressiva que se propõe nos programas a fazer isso, resolver. Só que infelizmente, nós, nos últimos quatro anos não vimos nada, com este relatório da Parques Tejo continuamos a não ver nada.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Mais ninguém pretende usar da palavra? Podemos fazer.... Pretende? Faz favor, Senhora Deputada.”-----

----- A **Senhora Deputada Carla Oliveira (INOV25)** referiu o seguinte:-----

----- “Só para dizer uma coisa. É que eu sou oeirense, vivo cá e demoro cinco minutos do local, do meu sítio onde eu trabalho até ao meu local de trabalho em hora de ponta. Portanto, vê-se uma melhoria no trânsito, não sei se mais alguém aqui tem problemas com o trânsito, mas eu não tenho. -----

----- Eu vivo em Queijas e todos os dias venho de carro.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Bem, temos ali outro pedido de intervenção, Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, obrigado.-----

-----É só aqui um complemento. O Senhor Deputado do Evoluir quando ouve falar em empresas e privado fica completamente baralhado e deixa de ouvir o resto. Porque o que se diz não é... é concessionar aquilo que é concessionável. Há funções que são do Município que a Parques Tejo exerce, que são funções municipais dentro da mobilidade, e muito bem. Devem ser é integradas dentro do próprio Município. O que for concessionado no mercado vai para o mercado, o que for competências municipais, volta para dentro do Município. O que não se justifica é a existência da Parques Tejo, no nosso entender.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Pretende...”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte:-----

-----“Sim, Senhora Presidente.-----

-----Queria só agradecer o esclarecimento do Deputado da Iniciativa Liberal, do qual eu discordo, mas agradeço o esclarecimento, porque, de facto, tinha interpretado de outra maneira. E agradecer também o testemunho da Senhora Deputada do INOV, dizer-lhe que acho que tem muita sorte e que é uma privilegiada, no facto de apenas demorar cinco minutos de sua casa para o trabalho. Estou certo de que há muitos oeirenses...olhe, do sítio de onde eu sou, de Algés, de Miraflores, que sentem que as horas de ponta são absolutamente caóticas e um inferno. E eu acho que para se resolver um problema, que existe – e se for a vários pontos do Município verá que ele existe – o primeiro passo para se resolver um problema é reconhecer que ele existe. E acho que a Senhora Deputada com a sua intervenção parece estar a dar a entender que esse problema não existe, mas deixe-me dizer-lhe, Senhora Deputada, esse problema existe e precisa de ser resolvido.

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----



52

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) questionou o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Só para ficar aqui mais claro, porque eu moro há tantos anos em Oeiras e nunca tive essa benesse dos cinco minutos. A Senhora Deputada mora em Queijas e trabalha onde?”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Deputada Carla Oliveira (INOV25) respondeu o seguinte: -----

----- “Não, trabalho perto do átrio, ali em Oeiras...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Peço desculpa, Senhora Deputada...”-----

----- A Senhora Deputada Carla Oliveira (INOV25) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Mas se quiser posso convidá-la, não há problema... quando sairmos daqui...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, vamos terminar, por favor... Não pediu a palavra e vamos terminar agora esta.... e vamos interromper para... O Senhor Presidente quer falar, faz favor.”---

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Já agora, Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

----- Eu uso para duas notas. -----

----- Ora bem, a primeira é para lhes dizer que o Executivo está encantado com a nossa Parques Tejo. E, portanto, verifico que aquilo que foi aqui dito, traduz o desconhecimento total do que é a atividade da Parques Tejo.-----

----- Em dois mil e vinte e um, o Executivo... o Executivo não, o meu movimento, prometeu cerca de três mil lugares de estacionamento, realizámos perto de dois mil e oitocentos, ficamos mesmo resvés àquilo que foi o compromisso. -----

-----Por outro lado, a Parques Tejo ... tenho aqui uma nota..., portanto, em vinte e dois - quatro parques, setecentos e setenta e tal lugares e depois em dois mil e vinte e cinco, catorze parques, com dois mil duzentos e trinta lugares. Ora, mas o que importa.... Possivelmente andam distraídos, porque a Parque Tejo de alguma forma colocou Oeiras no centro da discussão da mobilidade em Portugal, e, portanto, é porque andam distraídos e não se aperceberam disso. Porque na realidade, resolver problemas de mobilidade passa muito pela sensibilização das pessoas, porque esta coisa de dizer: “Bom, facilita-se mais o carro, etc....”, obviamente. A nossa clientela, que são os cidadãos, são os cidadãos eleitores, naturalmente, que ainda valorizam a existência de parques de estacionamento. Porque, na realidade, há muitas zonas do Concelho onde ainda é necessário construir mais estacionamento, é fundamental, faz falta e, portanto, fazemos essa disponibilização de estacionamento. -----

-----Por outro lado, a Parques Tejo assumiu realmente a realização, ou a coordenação de um conjunto de estudos que têm a ver com o lançamento de obras importantes, como é o caso do SATUO e do LIOS que, se tudo correr bem, no primeiro semestre do próximo ano serão abertos os concursos públicos. E, por outro lado, naturalmente que Oeiras... Eu fico sempre encantado quando ouço os senhores deputados de a oposição referirem-se àquilo que é preciso fazer em termos de transporte, de transporte público, de transportes urbanos..., como se o problema, se a solução estivesse na Câmara de Oeiras, ou no Executivo de Oeiras. Atribuem-nos, de facto, dotes milagreiros porque na realidade não sei como é que a Câmara de Oeiras pode resolver o problema dos transportes em Lisboa, em Cascais, ou em Sintra, ou na Amadora. Porque, na verdade, os transportes hoje são intermunicipais e, portanto, a nossa grande dificuldade.... Ponham-se à entrada do Concelho de manhã e à noite e verão como Oeiras é realmente um Município de atravessamento. E, portanto, sendo um Município de atravessamento de todos estes concelhos, há automóveis, há autocarros, há todo esse movimento. E, naturalmente, que o transporte... pelos vistos o que pretenderiam seria termos um transporte como uma carreira, que vem da estação de



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras e chegava ali ao Taguspark parava, e depois vinha um autocarro de Sintra tomar os passageiros. E, portanto, Oeiras tinha o seu próprio sistema de transporte, absolutamente desligado dos outros. -----

----- É engraçado como se fala tantas vezes em sustentabilidade, integração... e fala-se nesta Assembleia Municipal com se isto fosse a Assembleia da República. Ora bem, nós não estamos aqui para resolver os problemas nacionais, nós estamos aqui para resolver os problemas de Oeiras. E, portanto, se levamos a nossa discussão para a resolução de problemas que são nacionais... e o problema do transporte público é nacional, não é do município A ou do município B, é de todos os municípios e é do Estado, e tem que haver coordenação. -----

----- Ora bem, por outro lado também fico surpreendido, porque este relatório que estamos aqui a analisar é um relatório trimestral...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “... Semestral? Melhor ainda... Portanto, é um relatório semestral (aliás, acho que são dois) ...”-- -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “... São três? Melhor ainda... Não há uma sem três... ou duas sem três... Ora bem, estamos a falar de relatórios. Estes relatórios, naturalmente, procuram transmitir à Câmara e à Assembleia Municipal aquilo que é a atividade da empresa. Mas isto depois, em vez de ser feita uma análise da atividade da empresa, extrapola-se e então surgem aqui grandes considerações sobre filosofia política..., filosofia não, economia política, princípios da economia liberal, da economia centralizada, da economia planificada... e, portanto, surgem aqui as ideias mais

mirabolantes, como se isso fizesse alguma falta para aqui. Pode ser bom do ponto de vista erudito, para mostrarmos aquilo que é a nossa ideia política..., mas aqui nós... eu estou farto de dizer isto, não se discute a lei do aborto, nem a eutanásia, nem nada disso.-----

-----Por isso, eu estou disponível para receber o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal quando quiser, no meu gabinete, para me ensinar a extinguir a Parques Tejo, com menos dinheiro, quer dizer, encontrar uma situação substitutiva, pelos vistos tem a chave, tem essa receita, eu estou disponível para discutir consigo e, naturalmente que se conseguirmos encontrar uma fórmula de extinguir a Parques Tejo e encontrar algo que substitua a Parques Tejo, com menos dispêndio para o erário público, eu, nessa altura estarei inteiramente de acordo e não deixarei de fazer um elogio público à Iniciativa Liberal de Oeiras, que qual Adam Smith, ou... (mão me lembro agora de um assim mais moderno)...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

-----“Quem?” -----

-----**Vários senhores deputados responderam, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Sim, sim, exatamente. Muito bem... Portanto, como veem não faltam “Gurus” da economia e da gestão para dizer como é que a coisa deve ser. De maneira que, eu estou disponível para ouvir sobre essa matéria.-----

-----Finalmente, eu posso dizer aqui perante este relatório, que a Parques Tejo merece, a administração, toda a confiança... aliás, é uma nova administração, mas a anterior merecia toda a confiança da Câmara Municipal, como esta. E, portanto, eu não tenho dúvidas, até porque estão aqui, estão atentos, estão a ouvir aquilo que está a ser dito, por outro lado está a ser gravado, a Ata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

irá transcrever tudo aquilo que aqui está dito. Eles irão analisar, e daquilo que realmente entenderem que traduz uma preocupação dos senhores deputados, não deixarão de produzir um relatório sobre este relatório, remeter ao Presidente da Câmara, e eu terei todo o gosto em remeter à Assembleia Municipal.-----

----- Pronto. E julgo que não há mais nada a discutir sobre esta matéria. -----

----- Mas aproveitava, que é para não estar a interromper depois, eu sugeria à Senhora Presidente da Assembleia Municipal.... Estão a ver? Aí está, isto é um princípio liberal, que é o da economia do tempo e o da boa gestão do tempo.... Ora, temos aqui onze propostas (já que vai ser feito o intervalo, deixava a Senhora Presidente a pensar nisso), da sete à décima sétima, onze propostas, que eu requeria que fossem votadas numa só. Isto é, pode haver discussão e depois em vez de ser votado...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte_--

----- “.... Sim, é a discussão e depois podem ser votadas todas de uma vez...” -----

----- **Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “.... É a minha proposta...” -----

----- **Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:----

----- “Com certeza... é um pacote. Isto para quê? Para mostrar que a Assembleia Municipal está empenhadíssima no rigor, na celeridade das coisas, na desburocratização administrativa... porque se temos onze propostas que são rigorosamente iguais e que têm todas a ver com o PRR,

para quê estar aqui a votar uma a uma? Quer dizer, a Assembleia Municipal na minha opinião, devia decidir votar tudo em conjunto, independentemente da discussão. Portanto, pode haver uma discussão geral para todas e depois votar.-----

-----É a minha proposta, que eu sugiro que a Senhora Presidente suscite depois na Assembleia.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, já agora, sobre esta proposta do Senhor Presidente, só para esclarecer o seguinte: eu propunha que a discussão pudesse acontecer em torno das propostas todas, dado que o seu conteúdo é exatamente o mesmo. Mas devo esclarecer o Senhor Presidente, que não se vota, não é possível fazer a votação das propostas todas em conjunto, terá que ser uma a uma, embora possa ser feita sucessivamente.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Faz favor, Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), e depois segue o Senhor Deputado.”

-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa:-----

-----“Apenas um Ponto de Ordem à Mesa, porque eu ainda gostava de intervir sobre o ponto da Parques Tejo... E, portanto, era só...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Mas o Senhor não pediu a palavra para intervir...”-----

-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Estava a pedir... passou logo para a proposta do Senhor Presidente. Quem se deixou entusiasmar foi o Senhor Presidente...”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Mas quer usar da... Então faz favor de usar da palavra.” -----

----- O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) referiu o seguinte:-----

----- “Com certeza... Eu só não sabia se havia mais alguém interessado a intervir ou se tinha sido o primeiro a inscrever-me ou não...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:-----

----- “É que tem que haver aqui alguma ordem. Então vem um, depois vem outro... isto está a ser demasiado...”-----

----- O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Certo, certo...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Isto tem que haver alguma ordem... Não vi que o Senhor Deputado tivesse pedido a palavra.” -- -----

----- O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “É para dar apenas a indicação do seguinte, o Partido Socialista não defende a privatização, nem a alternativa em relação àquilo que a Parques Tejo faz, nunca defendeu, não vai defender agora. Aquilo que foi aqui dito, foi: é um serviço municipal que tem cento e um funcionários no quadro, dos quais desse quadro dez são de comunicação e propaganda, marketing. E, portanto, dez pessoas contratadas em marketing custam para cima de um quarto de milhão de euros que estão nas contas desta empresa municipal para fazer comunicação... Eu nem sequer falei nisso na minha intervenção, quem puxou o assunto até foi o Senhor Deputado do Chega. Mas a questão que lhe coloquei é que não há métricas sobre o desenvolvimento e evolução em relação à mobilidade suave e ao Plano PMUS (Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável) ... E

aquilo que eu perguntei é porque é que o contrato-programa não foi pago, liquidado a tempo e horas? E se foi... porque ele está, de facto, em falta nas contas da Parques Tejo. É isso que faz com que os indicadores financeiros dela toda (sem querer fazer filosofia económica), fazem com que estejam em falta os valores, e que não tenha capacidade de cumprir as suas obrigações, e tenha que ter ido buscar financiamento bancário como assume na parte final e, portanto, que tenha dívidas a terceiros que sobem novecentos mil euros em seis meses.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), tinha pedido a palavra.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Sobre a questão da Parques Tejo, eu lanço só para reflexão, com toda a humildade democrática, que o Senhor Presidente, muitas vezes, quando se apontam problemas ou dificuldades, diz sempre que o problema é nacional, que a dificuldade é intermunicipal e que é preciso mais integração... Eu deixo só para reflexão, se as coisas boas não serão também fruto de políticas nacionais e de questões intermunicipais, porque parece que as coisas más são sempre, não sei se as coisas boas não serão também. E lanço isso para reflexão, porque o Senhor Presidente refugia-se muito nesse argumento. -----

-----Quanto à questão da proposta do Senhor Presidente, eu queria-lhe só perguntar, também com toda a humildade democrática, se o Senhor Presidente nos consegue assegurar que nenhuma das outras propostas têm algum erro material.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Faz favor, Senhor Presidente.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

----- Bom, a minha proposta, a proposta que eu fiz há pouco, obviamente que... nem os senhores deputados se aperceberam que eu estava a ironizar.... Onze propostas...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

----- “.... Eu não estava a falar para os senhores deputados, estava a falar para ali, estava a falar para os oeirenses que nos estão a ouvir, para ficarem a saber como é que a Assembleia Municipal funciona. Temos onze propostas e rigorosamente iguais, e vamos ver quanto tempo é que se demora aqui a discutir essas onze propostas...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

----- “Estou para ver. Vamos fazer o intervalo agora e depois estou para ver. -----

----- Quanto à questão da Parques Tejo... Os senhores deputados às vezes parecem esquecer-se... Em primeiro lugar: as empresas municipais têm um determinado grau de autonomia. E, portanto, não recebem orientações concretas do Executivo ou do Presidente da Câmara, recebem orientações no sentido da estratégia de funcionamento da empresa. De maneira que, se o Senhor Deputado do Partido Socialista está aqui a levantar questões... vejam bem, estamos a apreciar o relatório (eu não estou a dizer que faz bem ou faz mal), está a apresentar aqui questões relativamente aos serviços de comunicação, ao Gabinete de Comunicação da Parques Tejo – eu estou encantado com esse Gabinete de Comunicação, gostava de ter uma coisa dessas na Câmara. Portanto, acho que, realmente, funcionar bem, funciona...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

-----“.... Eu não tenho nada a dizer quanto a esse Gabinete de Comunicação, porque não o ouvi a mentir ainda. Não sei porque é que o Senhor Deputado está incomodado, porque eu ficava incomodado se o Senhor Deputado dissesse assim: “Oh, Senhor Presidente, o Gabinete de Comunicação da Parques Tejo está a fazer a divulgação disto e daquilo, pois olhe que isso é mentira...”, não me apercebeu. Julgo que o Senhor Deputado ficou incomodado foi pela eficácia da Parques Tejo, por exemplo, em comunicar situações (é verdade) como a de cento e vinte minutos acessíveis aos cidadãos de Oeiras, em qualquer parte do Concelho. Um cidadão de Oeiras pode ir a Carnaxide, de Carnaxide vai a Paço de Arcos... e, portanto, tem cento e vinte minutos de estacionamento gratuito. E isto foi uma medida que caiu muito bem nos cidadãos. Eu ando na rua, como calcula, eu até ando mais tempo que o Senhor Deputado na rua...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----“.... Sim, eu ando mais tempo, como compreende, eu não tenho que marcar ponto... E, portanto, gosto de circular... e porque a minha atividade é na rua também, quer dizer, cinquenta por cento da minha atividade é na rua. E, realmente as pessoas estão encantadas com essa coisa dos cento e vinte minutos. Como os parques de estacionamento que estão a ser geridos pela Parques Tejo, mudaram radicalmente. Ainda agora, em Carnaxide, onde julgo que o Senhor Deputado mora (por essa zona), um parque de estacionamento que esteve a degradar-se durante anos e anos, vão lá vê-lo como é que ele está agora. Um parque de estacionamento aqui, exatamente aqui, que nunca funcionou como parque de estacionamento, que esteve aqui abandonado anos e anos, e vejam bem, eu que sou um individuo teimoso, com frequência dizia de vez enquanto “he pá, esse parque de estacionamento... temos de encontrar maneira de saber como é que é”, e quase toda a gente dizia



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

“Oh, Presidente, aquilo não funciona, porque não respeita o regulamento, há ali um problema...”, a verdade é que a administração da Parques Tejo encontrou uma solução, e neste momento o parque de estacionamento está ali aberto ao serviço. O parque de estacionamento dos poetas? Claro que o buraco já estava lá, era preciso instalar equipamento, não sei o quê, tal, tal, tal.... É um dos melhores parques de estacionamento deste país. -----

----- Tudo isto trabalho da Parques Tejo. -----

----- Ora, se há realmente algumas dúvidas, é para isso que estes relatórios servem. Os senhores deputados... Eu já tinha respondido à questão que o Senhor Deputado colocou. Os senhores deputados fazem as análises que têm a fazer relativamente ao relatório, a Parques Tejo toma conhecimento dessas preocupações, das questões que são suscitadas e, naturalmente, que depois irá responder. Conforme o Presidente da Câmara responde a questões que aqui são colocadas, ou responde por escrito ou responde oralmente, também as empresas respondem ao Presidente da Câmara e à Assembleia Municipal, em função daquilo que foi suscitado. -----

----- De maneira que o Senhor Deputado fique tranquilo, que todas essas questões irão ser respondidas pela Parque Tejo. E, portanto, eu irei pedir particularmente uma nota sobre a questão da comunicação, porque se é assim tão boa, eu acho que ainda os vou requisitar, mas é para a Câmara, porque podem dar uma grande ajuda à Câmara Municipal.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Presidente.-----

----- A Senhora Deputada tinha levantado a mão?”-----

----- A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim.-----

----- Queria levantar aqui três questões muito específicas relativamente a este assunto, que o meu colega já falou aqui em outras questões, mas queria falar aqui de três específicas.-----

-----Uma – Na Avenida da República em Algés, em que não há parques cobrados, digamos assim, de ponta a ponta, e aquela avenida para ser feita de uma ponta à outra é sempre uma dificuldade seja a que horas for, porque passam lá autocarros, porque os carros estão estacionados no meio da rua, porque nem sequer piscas fazem, e o estacionamento é muito, muito complicado. Portanto, num local onde não há a parte desta regularização a nível de estacionamento, então é um sítio onde efetivamente há essa necessidade para regular, para fiscalizar a possibilidade de conseguir sequer passar de carro, que é muito difícil.-----

-----Outra rua, a Rua Estevão Lopes, em Linda-a-Velha, é uma rua que é parqueada, mas cuja qualidade do estacionamento devido às árvores que estão lá, que são pinheiros mansos (se não estou em erro), já está muito irregular e precisa de ser urgentemente estabilizado aquele piso todo...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, desculpe, mas, de facto, essa matéria que está aqui a referir não tem nada a ver com esta aprovação... com esta apreciação da proposta. Extravasa aqui o âmbito da nossa.... Será para outra questão que poderá colocar...”-----

-----**A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“É mais específica...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“... É. E que terá de colocar Antes da Ordem do Dia, porque realmente não está aqui, portanto...”-----

-----**A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** concluiu dizendo o seguinte: -----

-----“Ok. Eram só estas questões, então. -----

-----Obrigada.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.”-----



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, posso?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostava que a Assembleia fosse célere, mas como ninguém contribui para isso já agora eu tenho que aproveitar, e como tenho tempo livre.-----

----- Ora bem, a Senhora Deputada do Chega pôs uma questão, que estão a dizer que está fora da agenda, mas não está nada fora da agenda, para um deputado municipal nada está fora da agenda, podem juntar alhos com bugalhos... E, portanto, até estranho que acontecesse isso, porque eu estou habituado a isso. Estou habituada que os senhores deputados discutam tudo menos aquilo que está na proposta. Ora, mas neste caso em concreto tem toda a razão. A Avenida da República é daquelas avenidas mais complicadas do Concelho, e para a qual nós temos finalmente uma solução. Porque a Avenida da República, muita gente ainda não se apercebeu, estão a ser construídas, a ser beneficiadas ruas que vêm da Tomás Ribeiro em relação ao Alto de Algés, e depois para ligar àquela rua, que agora não me recordo o nome, mas que vai dar à Avenida da República. E o que é que acontece? Vamos transformar a Avenida da República em vez de ter dois sentidos, com um único sentido, e isso vai permitir transformar a Avenida da República numa avenida. Mas para nós fazermos um único sentido falta-nos ainda duas questões: uma já esta em construção, que é o estacionamento junto ao UDRA, que possivelmente a Senhor Deputada mora lá e ainda não viu o que se está a fazer, mas recomendo-lhe que vá lá ver – está o barzinho, a Tasquinha Italiana, onde de resto se come muito bem e se ouve uma musiquinha à noite... e está a ser feito um estacionamento com cento e setenta lugares...”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção questionando o seguinte:-----

-----“... É menos?”-----

-----Alguém respondeu, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte:-----

-----“Cento e quê?”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:-----

-----“Vinte e cinco.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Cento e vinte e cinco... Mas é natural que eu exagere um bocadinho... Bom, mas cento e vinte e cinco lugares, exatamente, no topo norte do campo de futebol do Moura.-----

-----Mas atenção, está previsto também um outro estacionamento, cujo projeto está em andamento, para o lado da Escola Sofia de Carvalho, exatamente. Na Escola Sofia de Carvalho, vai arrancar brevemente, no próximo ano, um investimento na ordem dos seis milhões ou sete... não posso precisar, eram cinco, mas eu já estou a dizer seis ou sete – eram cinco há meio ano, agora com a revisão do projeto se calhar passa para seis, e depois se o concurso ficar deserto passa para sete – e aí, ao lado da escola vai nascer um parque de estacionamento, justamente para nos permitir... nós precisamos ali de cerca de duzentos e oitenta lugares de estacionamento, com duzentos e oitenta lugares de estacionamento, permite-nos retirar o estacionamento da Avenida da República. Portanto, ainda bem que a Senhora Deputada falou nesse assunto, porque na realidade permite esclarecer. Portanto, em breve iremos ter trabalhos:-----

-----Vamos concluir o parque estacionamento do UDRA;-----

-----Estamos a discutir exatamente como é que vai ser feito o modelo de construção, exploração do parque de estacionamento da Sofia de Carvalho;-----



R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E os projetos relativamente à transformação da Avenida da República apenas num sentido, estão neste momento em curso. Eu estou convencido que, até meados do próximo ano, ficam concluídos os projetos. Mas a Senhora Deputada registe bem, daqui a um ano vai haver deputados a dizer que eu disse aqui que era a obra, mas eu estou a falar nos projetos. A obra não posso arriscar ainda. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Penso que podemos finalmente fazer um intervalo de quinze minutos.”-----

----- **APRECIADA**-----

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-- -----

4.5. Apreciação da Proposta CMO N° 999/2025 - GMA – relativa à OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.- Relatórios do 1.º e 2.º trimestres e 1.º semestre de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhores deputados, vamos recomeçar os trabalhos. -----

----- Portanto, é esta a proposta que está em cima da mesa neste momento.-----

----- Alguém quer usar da palavra quanto a esta proposta? Faz favor, Senhor Deputado Rui Vieiro (PS).”-----

----- O Senhor Deputado Rui Vieiro (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Em relação à apreciação da Oeiras Viva e dos relatórios que nos fizeram chegar, o

Partido Socialista incumpre-me, digamos, de dar as seguintes notas. A primeira nota é que, efetivamente, chega-nos aqui à Assembleia Municipal, pelo menos vários relatórios, o primeiro e segundo trimestre e depois o primeiro semestre, o que torna a leitura dos documentos... não é exaustiva, que não há nenhum problema em os documentos serem exaustivos, o que há problemas é estarmos a multiplicar as análises. E, de facto, a minha intervenção vai-se focar no segundo semestre, ou seja, sobre o resultado propriamente dito da Oeiras Viva enquanto empresa municipal e, portanto, nos seus resultados. -----

-----E cumpre-nos a nós dizer o seguinte: se efetivamente a empresa Oeiras Viva apresenta um aumento do volume de negócios em cerca de vinte e sete por cento do seu resultado, e que apresenta também um resultado líquido no semestre negativo (mas já vamos falar sobre a questão do ser negativo), mas que é metade do valor comparado com a mesma data do ano passado, e apresenta um indicador ainda bastante positivo, no meu entendimento, que muitas vezes não é referenciado, que se trata efetivamente do resultado do volume de negócios por trabalhador que também aumenta significativamente, perto de trinta e seis por cento. -----

-----O que fica da leitura dos relatórios em relação à Oeiras Viva é essencialmente o seguinte, no meu entendimento, e no entendimento do Partido Socialista: a Oeiras Viva continua a não cumprir as expectativas que se espera dela. Continua a ser uma empresa e, por isso, apresenta resultados negativos, de certa maneira descapitalizada num sentido em que não lhe fazem chegar os recursos necessários para ela desenvolver corretamente as suas funções. Muitas vezes, temos falado aqui na leitura dos relatórios, na ideia que se tem quando se visita a empresa, é que é uma empresa capaz, com uma equipa que nós poderemos achar, e até durante a campanha eleitoral tivemos a oportunidade de visitar, porque nós também só podemos visitar muita parte das nossas empresas quando estamos em campanha eleitoral, porque não temos cinquenta por cento do tempo (eu gostava de estar cinquenta por cento do tempo, ou mais, em Oeiras, já cá vivo, já é bom), mas fica sempre a ideia que tem uma equipa que quer fazer, uma equipa que quer mudar, que quer



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

trabalhar bem os assuntos, mas que está sempre pouco capitalizada. E eu, no sentido em que nós quando olhamos para o relatório é o seguinte: cumpria à Câmara Municipal, como seu acionista, efetivamente, dotar, através da apresentação de planos estratégicos, esta empresa Oeiras Viva de recursos para que ela desenvolvesse mais e melhor a sua função. E nós aqui também dizemos, o Partido Socialista entende que a Oeiras Viva tem uma componente fundamental, visto que há serviços, há algo que é prestado à comunidade que em nenhuma forma pode ser prestada por outras entidades, até mesmo privadas. Nós somos um Estado Social de mercado, a função da Câmara de Municipal de Oeiras é, de facto, proporcionar a todos, em igual medida, um conjunto de serviços desportivos e outros, e lúdicos, que aqui se presta. Isso não impede em nenhum momento que dentro do Concelho de Oeiras as atividades relativas ao desporto, ao lazer, à cultura, não possam ser desenvolvidas por entidades privadas, têm toda a liberdade de o fazer, essa é a grande maravilha do nosso sistema social, do nosso sistema que vigemos, em que temos funções sociais que devem ser asseguradas para todos e devemos, de facto, ter funções de mercado, de competição.-----

----- Volto a referir nesta intervenção que talvez fosse..., já que esta maioria está reforçada e sufragada, e assim o deve ser, que nos próximos quatro anos apresentar-se à Oeiras Viva, de facto, um “upgrade” a isto, vou utilizar uma expressão inglesa, mas um “boost”, como a dizer “vamos fazer algo mais, tentar fazer algo mais para todos”. Acho que era importante, e é esse o desafio que fica à atual maioria e, naturalmente, nós na oposição cá estaremos para ver, controlar e até sugerir novas propostas. -----

----- Disse. -----

----- Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada. -----

----- “Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) referiu o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Antes de mais, gostaria de congratular quer a Esquerda, quer o Senhor Presidente, por conhecerem tão bem os pensadores liberais.-----

-----Sobre este tema, também gostava de deixar aqui claro que não pretendo, nem é esse o nosso estilo, de transformarmos isto numa cassette política, repetindo argumentos para cada vez que se fala em empresas públicas. Mas, sobre a Oeiras Viva há aqui um conjunto de princípios que se aplicam o mesmo que a Parques Tejo. -----

-----O Município desenvolve através desta empresa um conjunto de ações que podia ser desenvolvido quer pelo Município ou desenvolvido também por parceiros, podiam ser associações, cooperativas, ou outros parceiros culturais, neste caso.-----

-----Sobre as contas que nos são apresentadas no primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco, a Oeiras Viva apresenta um resultado líquido negativo superior a duzentos e setenta mil euros, e reconhece expressamente no documento, que evitaria prejuízos se tivesse recebido mais valor via do contrato-programa. -----

-----Para nós isto representa um sinal claro de uma dependência estrutural desta empresa municipal do orçamento municipal. Mas ainda é mais revelador do estado dos resultados, da evolução dos custos das empresas, também é disso sintomático.-----

-----Estamos a falar de um aumento de mais de duzentos e quarenta e oito mil euros em fornecimentos de serviços externos, que já representam quase um milhão e meio de euros, cinquenta e sete por cento dos custos da empresa, mais cento e vinte e três mil euros em gastos com pessoal, que atingem quase um milhão de euros, cerca de trinta e sete por cento dos custos totais. Mas, sobretudo, também um aumento significativo em despesas de manutenção, conservação, energia e, sobretudo honorários, com um aumento de oitenta e quatro mil euros em honorários. Ou seja, há aqui uma tendência que se avizinha clara, que é mais despesa, mais peso no setor público e mais pressão sobre os contribuintes.-----



04

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, para nós, não está em causa diminuir a ambição cultural para o Concelho, pelo contrário, cultural, desportivo ou mesmo social, nós queremos mais cultura, mais desporto e mais apoio social dentro do Concelho. Mas que isso possa ser desenvolvido também por outros operadores, associações, cooperativas ou outros agentes. O que para nós está em causa é fazer melhor, e que melhore para os contribuintes, com menos peso financeiro, mas também com mais resultados. Porque nós entendemos que o atual modelo funciona como uma espécie de almofada pública, que absorve prejuízos, corrige deficiências e estamos constantemente, continuamente a transferir verbas do orçamento municipal por manter uma estrutura pesada e pouco flexível.-----

----- O que nós entendemos, é que se retirássemos de dentro desta empresa, como já disse, retirássemos algumas das áreas que pudessem ser desenvolvidas por terceiros, garantiríamos mais eficiência, menos despesa estrutural e também, se calhar, melhores serviços que pudessem ser executados. Porque a boa gestão pública não é aquela que controla tudo, como já tinha dito, e devemos saber exatamente onde é que devemos estar e onde é que não devemos estar. E. era importante no caso da Oeiras Viva também termos essa verdadeira noção. -----

----- Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado José Shirley (CH) referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente e vereadores, senhores deputados.-----

----- Se há coisa que vou já deixar claro nesta Assembleia é que eu não venho para aqui distribuir críticas gratuitamente. Venho para analisar, para separar o que está bem do que está mal e também para ter critério. E é precisamente por isso que esta intervenção será bem diferente da anterior, porque uma coisa é Parques Tejo, outra é Oeiras Viva e eu não ponho tudo no mesmo saco, só porque dá jeito. Isso não é fazer política séria, é preguiça. E aqui na Oeiras Viva há

problemas, claro que há, e ninguém foge disso, houve atrasos, houve correções, houve versões também reenviadas e isso merece ser apontado porque o rigor não é nenhum extra, é uma obrigação. Mas depois olhamos para os números e ao contrário do que vimos na empresa anterior, encontramos algo que não se compra em campanhas nem se disfarça com powerpoint's, há uma evolução, há trabalho e há uma recuperação. -----

-----O volume de negócios sobe, os rendimentos crescem, a liquidez melhora ligeiramente e os indicadores recuperam, e o Fiscal Único diz-nos claramente que a informação financeira está verdadeira e apropriada. E não falo de recuperações inventadas, falo de números que qualquer pessoa capaz lê, entende e confirma. -----

-----A Oeiras Viva gere piscinas antigas, pavilhões que exigem manutenção constante, equipamentos que promovem a cultura, mas que muitas vezes não dão lucro e mesmo assim, conseguiu melhorar entre trimestres e corrigir fragilidades que já se arrastavam. Isso chama-se trabalho, trabalho de verdade, não aquele trabalho que se mostra em fotografias e em cartazes. E é aqui que eu quero ser absolutamente claro, a coerência não é criticar tudo o que se mexe, coerência é precisamente saber distinguir quando uma empresa derrapa, nós dizemos que derrapa, quando uma empresa melhora, nós dizemos que melhora, é tão simples quanto isso. A Oeiras Viva ainda tem muito para aprimorar e deve continuar a fazê-lo, mas está a caminhar na direção certa com mais transparência, mais responsabilidade e mais capacidade de correção do que aquilo que vimos anteriormente, e isso para mim e para esta bancada merece ser reconhecido com seriedade, com maturidade e, claro, com a mesma frontalidade de sempre. -----

-----Senhora Presidente, se queremos empresas municipais fortes, sustentáveis e preparadas para servir bem o Concelho, então é isso que queremos ver: uma empresa que pode não estar a apresentar os melhores resultados atualmente, mas que consegue com esforço e trabalho árduo melhorar o seu desempenho e mostrar uma evolução positiva. -----

-----Deixo desta forma uma mensagem muito simples: quando há gestão, quando há



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

correção e quando há resultados, isso deve ser valorizado e não criticado. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO).” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Subscrevendo várias intervenções, nomeadamente aqui a intervenção do Senhor Deputado Rui Vieiro, do Partido Socialista, relativamente à Oeiras Viva, à importância da atividade, às melhorias que a empresa tem apresentado recentemente... Eu não queria deixar de chamar a atenção, já aqui foi falado no parecer do Fiscal Único, para uma frase que aqui consta, e que acho que era importante ser esclarecida, mesmo que não já em breve que diz que “a rubrica de caixa e depósitos bancários no montante de setecentos e noventa e nove mil quinhentos e quarenta e quatro euros e dezoito cêntimos, não se encontra conciliado com o saldo constante do extrato bancário reportado à mesma data.”, e esta conciliação bancária é um bocadinho o mínimo olímpico da contabilidade e, portanto, estando os restantes dados, o parecer do Fiscal Único também diz isso, estando os restantes dados fiáveis, para simplificar, importava esclarecer, se calhar, o que aconteceu aqui nesta conciliação bancária, mesmo que a discrepância não seja muito relevante, convém estar certa ao cêntimo. E era só isto. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais ninguém pretende usar da palavra?-----

----- Então eu pergunto ao Senhor Presidente de Câmara se quer falar, faz favor.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----Duas notas apenas. -----

-----Os resultados negativos deste primeiro semestre, devem-se sobretudo ao facto da segunda tranche do contrato-programa não ter sido paga pela Câmara Municipal. E, portanto, não faço ideia porque é que não foi paga, posso averiguar. Mas, como calculam, o propósito da Câmara Municipal é que as empresas municipais funcionem bem. E, em princípio, atendendo àquilo que são as regras de funcionamento de uma empresa municipal, uma empresa municipal nunca pode dar prejuízo, por uma razão muito simples, porque na realidade as empresas municipais desenvolvem a sua atividade em áreas que à partida são da responsabilidade do Município. E, portanto, se elas são transferidas do Município para a esfera empresarial, o Município tem que suportar todos os encargos que vão para além daquilo que é o equilíbrio da receita e da despesa da empresa. Portanto, se a despesa é superior à receita da empresa, obviamente tem que ser colmatada pela Câmara Municipal ou através de um contrato-programa, ou de um contrato in house, e/ou através da cobertura do exercício e, portanto, o défice da exploração. Esta é a realidade.-----

-----No entanto, isto dá azo, por vezes, justamente a estas interpretações da Iniciativa Liberal que tem solução para tudo. A Iniciativa Liberal resolve o problema todo, basta meter a iniciativa privada, e, portanto... até parece que nunca houve falências. O Estado nunca foi à falência, lá vai arrançando assim uns empréstimos e tal e aguenta-se, agora, já vi muitas empresas fecharem pelo caminho. Não quer dizer que seja insucesso, portanto, há muitas empresas que vão à falência e os empresários levantam-se e constituem novas empresas. Agora, o que é interessante aqui é verificar que quando se diz que há mais despesa e mais pressão sobre os contribuintes, é uma interpretação completamente errada e até se vem aqui falar que o cooperativismo pode contribuir para resolver este problema... isto não é um problema. Na realidade, não faltam piscinas aqui na área do nosso Concelho, piscinas e... como é que se diz?”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “... Nos ginásios, pronto, nos ginásios de Health Club... E, portanto, não faltam para quem tenha dinheiro, inscreve-se nesses ginásios e faz o exercício, etc., etc... Quem não tem dinheiro nenhum também pode fazer ali no Passeio Marítimo, que é o melhor pavilhão desportivo a céu aberto no nosso Concelho. Agora, é indiscutível que nenhum privado está interessado em explorar aquilo que ao Estado dá prejuízo. Vamos lá ver, uma piscina... a piscina de Barcarena, ou a piscina da Outurela ou a piscina de Linda-a-Velha, obviamente que tem preços sociais. Se a Câmara entregar a sua gestão... a Câmara pode, a Câmara pode abrir uma concessão, pode haver um concurso de concessão e entregar a gestão a uma empresa privada. Só que, de acordo com os estudos que foram feitos, um concurso de concessão para entregar a gestão a uma empresa privada, sai-nos muito mais caro do que ter uma administração própria. Não é por acaso que surgiram as empresas municipais, nos finais dos anos noventa. Portanto, a possibilidade de criar empresas municipais foi justamente porque começou a aparecer muito equipamento social, muito equipamento cultural, equipamento desportivo... e nós continuamos... por exemplo aqui em Oeiras nós vamos ter mais dois ou três pavilhões desportivos nos próximos anos, vamos ter mais escolas que vão ter pavilhões desportivos, vamos ter, pelo menos, mais um ou dois auditórios, que vão ser necessários serem geridos... Bom, obviamente que aí a despesa tem que aumentar, mas o serviço prestado aos cidadãos também aumenta. E, portanto, o pobre também tem direito de utilizar uma piscina, pagando um terço do preço que pagaria, por exemplo, numa piscina privada. De maneira que eu nesta matéria é que sou muito pragmático, estou sempre aberto... se me apresentarem uma solução em que uma empresa privada vai gerir todas as piscinas do Município, todos os auditórios, todos os pavilhões desportivos... e a iniciativa é do privado, os privados têm uma grande proatividade, aliás basta fazerem na prática a teoria que o Senhor Deputado aqui apresenta. Portanto, venha lá a livre iniciativa aproveitar o negócio. Acontece que a livre iniciativa

privada normalmente quer negócios que dão negócio, que dão rentabilidade, normalmente não se preocupam com aqueles que não dão rentabilidade. Por exemplo, se a Câmara quisesse autorizar, aqui no Concelho, uma espécie de escorrega com piscina de ondas etc., não falta quem queira. A Câmara está a receber propostas dessas todos os dias, mas isso não nos interessa, para já porque precisamos, está a ver, mais milhares de lugares de estacionamento, mais milhares de carros que vinham todos os dias, e por aí fora. Então, quando vêm essas propostas nós dizemos assim: “Olhe, vão ali para Cascais, para a orla de Cascais, para Sintra, para Loures... é para aí que devem ir. Esse tipo de equipamento não nos interessa.”. Portanto, eu quero-lhe dizer que este tipo de atividades no desporto, na cultura, na ação social, traduzem aquilo que é o estado social do Município. E, portanto, a criação de igualdade de oportunidades para todas as pessoas, para todos os cidadãos, que realmente têm direito a ter acesso.... Peço desculpa, mas tive aqui uma constipação há dois ou três dias, e quando falo muito a minha garganta ainda se irrita... Isto para dizer que estamos sempre disponíveis e abertos a que nos sejam apresentadas... a teoria dos livros, a livresca, eu também leio, também conheço, como calculam assisto a muitas conferências por professores universitários, com “Gurus” da economia... Mas eu depois gosto de os ver é no terreno. A receita teórica eu também a dou, o problema depois é por a mão na massa. Como é que se vão gerir, manter, requalificar os pavilhões desportivos, as bibliotecas, os auditórios, e pôr aí fora... E, portanto, nós sabemos que há atividades que estão fora do mercado, a atividade social está por natureza fora do mercado, embora haja atualmente sob a cobertura da responsabilidade social, obviamente que há empresas que têm uma atividade louvável, mas que é, digamos, voluntária e, portanto, hoje é assim, a administração da empresa pensa assim, mas amanhã vem outra administração pensa de maneira diferente e acabou a responsabilidade social. E isto tem que ter continuidade. -----

-----Portanto, estou de acordo com o Senhor Deputado do Partido Socialista, por estranho que lhe pareça, mas estou inteiramente de acordo. Não percebo, realmente não percebo porque é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que a empresa há-de ter prejuízo, não faz sentido nenhum. O que acontece é que, por vezes, burocraticamente, nem sempre as coisas correm com a rapidez que deviam correr, entre a Câmara Municipal, os serviços financeiros da Câmara... Porque reparem, uma coisa é a vontade política, outra coisa é depois o andamento. Por exemplo, hoje a propósito da discussão da lei dos compromissos, por exemplo... da lei dos compromissos não, da outra proposta, relativamente à quinta modificação, à quinta revisão orçamental, fizeram-se considerações que são, realmente, por um lado um insulto aos munícipes, e por outro lado aos próprios funcionários da Câmara. Portanto, eu assumo a responsabilidade política de tudo, naturalmente. De tudo o que se passa na Câmara. Mas há que reconhecer que não é o Presidente da Câmara que está ali a fazer as contas, estava eu bem arranjado. E, portanto, se há um erro material daqui ou de além, é um erro que foi praticado pelos funcionários. E o que eu compreendo é que perante a dimensão dos problemas, perante a dimensão das propostas, que é fácil.... Reparem, pode haver um engano, um erro material, em dez cêntimos, o que é que são dez cêntimos? Mas é um erro material. E, portanto, é o Presidente da Câmara que deu o erro? É claro que foram os serviços que cometeram sem... Mas é um erro involuntário, pode ser corrigido. Mas por causa disso eu vou dizer que os serviços da Câmara são isto ou... não, eu só posso dizer e reconhecer que os serviços da Câmara são extraordinários. Porque, na realidade... Eu até me farto de dizer que a Administração Pública é um milagre, o funcionamento da Administração Pública é um milagre, porque nas condições de trabalho que têm é extraordinário os resultados que se conseguem, e, realmente, estão-se a conseguir excelentes... Oeiras é um bom exemplo. Portanto, é natural que em tanta coisa que se faz, que haja um erro ou outro. De maneira que ouvir-vos dizer que vieram aqui propostas com erro, não vão ser as últimas, de certeza absoluta. -----

----- Quanto à Oeiras Viva, e ao financiamento da Oeiras Viva, a obrigação da Câmara é financiar a Oeiras Viva, financiá-la na totalidade, naquilo que é preciso... E, portanto, se há alguma crítica aqui a fazer, é realmente ao problema da agilidade dos procedimentos. Portanto, irei estar

atento no sentido de que os contratos-programa devem ser celebrados, de preferência, no ano anterior aquele a que dizem respeito – portanto, se é para vinte e seis então até ao fim de vinte e cinco já deviam estar celebrados. Vamos tentar fazer isso.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Então, penso que não havendo mais intervenções.... Faz favor, Senhor Deputado.” ---

-----O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, obrigada. -----

-----Só para esclarecer o Senhor Presidente, que a questão não se trata e, sobretudo “estas questões da cultura, do desporto e da parte social, não se trata de privatizar e colocar em privados, em empresas todo este trabalho, porque sabemos que muitas vezes não acontece. -----

-----Como já tinha dito anteriormente, o que é essencial e que não é delegável deve continuar, mas sim dentro da responsabilidade do Município. Não vale a pena termos uma empresa municipal, quando isto deve ser o Município a assumir por si próprio. E também, o Município deve assumir, tudo o que seja uma falha de mercado deve ser suprimido também pelo Município, não podemos estar à espera... Se no mercado não existe deve ser o Município a suprimir. -----

-----Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Penso que poderemos passar ao ponto seis.” -----

-----**APRECIADA** -----

4.6. Apreciação da Proposta CMO N° 1003/2025 - GMA – relativa à MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. - Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como



19

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Algum dos senhores deputados pretende falar sobre este ponto? Faz favor, Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU).” -----

----- A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à Municípia, a CDU tem afirmado a necessidade de valorizar esta empresa como um instrumento qualificado que deve estar ao serviço do Município e do setor público, contribuindo com os seus recursos e competências para o desenvolvimento do Concelho, de outros municípios e entidades públicas, dando suporte estratégico ao planeamento e gestão do território. Apesar de não concordarmos com o figurino das empresas municipais, vemos a Municípia como um recurso muito qualificado ao nível do seu quadro de trabalhadores, de meios tecnológicos e do conhecimento e experiência adquirida, que deve ser maximizado, valorizado e defendido. -----

----- Neste sentido, vemos como positivo os resultados financeiros positivos alcançados, sendo um sinal de uma trajetória que desejamos que se mantenha, de recuperação da capacidade de financiamento e de realização de trabalhos relevantes para o Município de Oeiras e para as entidades parceiras. Não desligamos estes resultados da celebração de contrato-programa entre a Câmara e a Municípia, instrumento que vimos como necessário e positivo, e que merecerá um acompanhamento empenhado por parte de todos.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) questionou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, posso começar só com uma pequena Interpelação à Mesa, por

favor?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

-----“Sim, faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte **Interpelação à Mesa**:-----

-----“Isto é relativamente no contexto do artigo sessenta e nove do Código do Procedimento Administrativo, relativamente ao conflito de interesses. Há aqui muitos deputados municipais que exercem funções na Câmara em simultâneo e que, por vezes, não sei se por negligência ou não, votam e que beneficiam as suas próprias entidades. A Senhora Presidente, como moderadora, convinha certamente saber se há aqui algum conflito de interesses relativamente a algumas das votações, mesmo relativamente aos senhores presidentes das juntas e das uniões de freguesia, porque há aqui um benefício próprio quando votam a favor da sua própria entidade onde laboram.

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) perguntou o seguinte:-----

-----“Posso passar agora à proposta, Senhora Presidente?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu, mas dado que o fez com o microfone desligado, tona-se inaudível o que foi dito.-----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Muito bem... Passo à apreciação então da proposta da Câmara Municipal de Oeiras mil e três barra dois mil e vinte e cinco, relativa à Município S.A..-----

-----No que toca à análise dos resultados do primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco da Município S.A. revela, apesar do otimismo imaginário apresentado pelo Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Doutor Isaltino Moraes na proposta, fragilidades estruturais graves, incoerências de gestão e riscos económico-financeiros manifestos que nenhum órgão de fiscalização responsável pode, todavia, desconhecer. Ao contrário, esta Assembleia Municipal parece estar apenas e só a assistir passivamente ao desperdício de dinheiro público com senhas de presença e lanches a meio do debate e nada mais. O Grupo Municipal do Chega constata um aumento do volume de negócios da empresa Municípiã é certo, mas, abaixo do orçamentado. As suas previsões orçamentais foram mal estimadas ou assentes em pressupostos, sem fundamento económico, é manifesto. Da análise procedida à documentação facultada, e sua história empresarial da empresa Municípiã, é perentória quanto à violação do princípio da verdade orçamental, o rigor da previsão das receitas e, sobretudo, a credibilidade da sua gestão. -----

----- Também é apresentada, a proposta, um sucesso da Municípiã, que eu não sei se hei de rir, se hei de chorar, com o aumento da taxa de adjudicação, mas que a mesma omite um ponto fundamental e manifesto, a empresa Municípiã só aumentou, porque houve menos concorrência e não porque os procedimentos se tornaram mais eficazes. Certo, e perante a análise do Grupo Municipal do Chega, que a redução do número de propostas traduz um mercado menos competitivo ou procedimentos pouco atrativos, ambas indiciando preocupações à luz do Código dos Contratos Públicos. Estas preocupações somadas ainda ao crescimento das despesas com pessoal, não acompanhado por receitas proporcionais da Municípiã S.A. configura uma violação incontestável do princípio da gestão prudente. Desde o início do nosso mandato que o Grupo Municipal do Chega questiona (isto reportado a dois mil e vinte e um) como é possível uma Câmara como Oeiras, detentora de sessenta e três por cento do capital desta empresa, sendo a sua principal acionista e responsável pela sua orientação estratégica, permita a existência de uma estrutura sem rumo, sem mercado, sem resultados e dependente quase exclusivamente do orçamento municipal? Sejam aqui francos e sem rodeios, segundo o próprio Diretor Geral da Municípiã, constante em Ata na proposta apresentada, alegou, cito: “Apenas onze por cento da

faturação da Município provêm de serviços prestados aos municípios acionistas...”, onze por cento. E é perante este cenário de ineficiência histórica desta empresa que surge agora uma proposta para aumentar até o salário do Diretor Geral, ficando com um ordenado em cerca de quatro mil euros, invocando o estatuto do gestor público, acompanhado ainda por um voto de louvor da própria Câmara Municipal de Oeiras, o seu maior acionista. Louvor porque, Senhora Presidente? Por uma empresa que não cresce, por uma empresa que gera prejuízo ano após ano, por uma empresa que drena mais de meio milhão de euros anuais aos cofres do Município, por uma empresa que em vez de gerar valor público, gasta dinheiro com carros, viagens, mapas e até titular de um avião particular que gera prejuízo. Isto não é gestão pública, isto é uma gestão da aparência e, sobretudo a premiar o insucesso com aumentos salariais, o que é sinceramente vergonhoso.-----

-----Enquanto isso, vários serviços municipais da Câmara Municipal de Oeiras, segundo testemunhos recolhidos pelo Grupo Municipal do Chega, enfrentam falta de meios, falta de pessoal e de recursos. A Município, pelo contrário, mantém-se um poço sem fundo no meio disto tudo. --

-----A Assembleia Municipal existe para fiscalizar, não para legitimar interesses instalados. Oeiras precisa de realismo, responsabilidade e transparência. -----

-----Para terminar, os trabalhadores competentes da Município S.A. deveriam ser alocados aos quadros da Câmara face a outras empresas municipais ou melhor solução a dar.-----

-----Esta empresa não tem credibilidade e o seu encerramento seria, todavia, o procedimento mais correto.-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, obrigado. -----

----- A proposta que nos é hoje apresentada relativamente à apreciação do relatório de execução orçamental do primeiro trimestre da Município merece, por parte da Iniciativa Liberal uma análise rigorosa, mas também serena e responsável. -----

----- Desde logo, importa reconhecer que a Município apresenta neste trimestre um resultado líquido positivo, acima dos trinta e seis mil euros, e vendas e serviços prestados superiores a setecentos mil euros, e uma situação financeira aparentemente estável, com uma autonomia financeira superior a sessenta e seis por cento, e não apresenta endividamento bancário. São sem dúvida indicadores que não podem ser ignorados. -----

----- No entanto, quando analisarmos estes números com maior profundidade percebemos que há sinais que merecem uma atenção e, sobretudo alguma reflexão política sobre este modelo de negócio. Desde logo, a rentabilidade da empresa está a diminuir comparado com períodos anteriores. O resultado é inferior ao período homólogo de dois mil e quatro (deverá querer dizer dois mil e vinte e quatro). O EBITDA apresenta uma quebra e o EBIT diminui de forma significativa, sobretudo devido ao aumento de amortizações, não seria mal que é investimento, mas também dos custos. Destacamos em particular o crescimento dos gastos com o pessoal, que atinge já trezentos e cinquenta mil euros apenas neste trimestre, um aumento de quarenta e um mil euros face ao ano anterior, e apresenta mais de cinquenta por cento dos custos totais desta empresa, que não é de estranhar por ser uma empresa de serviços, vive de custos de pessoal. -----

----- Também os fornecimentos de serviços externos crescem, já ultrapassam os duzentos e quarenta e oito mil euros, evidenciando uma estrutura de custos cada vez mais pesada. -----

----- Paralelamente, embora o número de propostas adjudicadas tenha aumentado, o valor médio dessas propostas desceu significativamente. Ou seja, há mais trabalho, mas menos valor gerado por projeto, o que pode indiciar mais esforço operacional para menor retorno económico.

----- Mas mais importante que os números de curto prazo, é a questão estratégica que este

ponto nos coloca. A Município é hoje uma empresa com um objeto social vastíssimo que atua em áreas de cartografia, sistemas de informação, consultoria tecnológica, digitalização, energia, centrais de compras e serviços transversais à administração pública. E é aqui que a Iniciativa coloca a verdadeira questão de fundo: faz sentido que o Município de Oeiras seja maioritário, com mais de cinquenta e seis por cento do capital, de uma empresa que opera em mercados claramente concorrenciais, onde existem empresas, onde existe um mercado já amador, inovador e plenamente capaz?-----

-----Resultados positivos, não são, por si só, aumento suficiente para justificar uma presença pública permanente neste tipo de atividades. O critério correto não é apenas dar lucro, mas sim, é essa a função essencial do Município?-----

-----Do ponto de vista liberal, a resposta é clara, o Município deve concentrar-se naquilo que é estrutural, estratégico e não delegável, e tudo o que possa ser efetuado por mercado assim o deve ser. ---

-----Não defendemos a extinção irresponsável de estruturas, não é isso que estamos a defender, defendemos sim uma avaliação séria, transparente e corajosa sobre a razão de existir, a sua dimensão e o seu perímetro de atuação. Porque uma boa gestão pública, não é aquela que controla mais empresas, é aquela que exatamente sabe onde deve estar e onde não deve intervir.-

-----Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém pretende intervir sobre esta matéria? -----

-----Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, faz favor.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Senhoras e senhores deputados, eu não vou aqui repetir aquilo que tenho dito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

particularmente ao longo do último ano. De maneira que os senhores deputados que estão aqui pela primeira vez, eu remeto-vos para a leitura das atas desta Assembleia para poderem conhecer qual é o histórico e a evolução desta empresa. O que vos posso dizer é que, da parte da Câmara Municipal, e na sequência de deliberações tomadas nesta própria Assembleia, está a ser desenvolvida uma estratégia que visa salvaguardar, digamos assim, a viabilidade desta empresa. E é isso que nós estamos a fazer. De maneira que, para mais esclarecimentos, recomendo-lhes realmente a leitura das Atas da Assembleia Municipal, porque não podemos estar aqui a repetir a história das instituições deste Concelho, cada vez que há uma nova eleição. Aliás, isto para não cairmos no ridículo (já sei que vou suscitar alguma discussão nisto), mas toda a gente fala em planeamento, rigor, transparência etc., e numa das últimas Assembleias gerou-se aqui uma grande discussão a propósito do subsídio que a Câmara Municipal transfere para as juntas de freguesia para pagamento das educadoras de infância dos estabelecimentos... É uma situação que há mais de trinta anos se verifica, começou por ser um milhão e tal de euros e que agora está reduzido, cada vez mais reduzido... e que dentro de três anos, quatro acabou, porque as pessoas ou se reformaram ou morreram... Bom, e eu já contei a história muitas vezes. E, há dias contei-a na Câmara Municipal justamente para o Vereador Pedro Frazão e a Vereadora Sofia Antunes, justamente para, de alguma forma, chamar a atenção para a necessidade que muitas vezes é importante recolhermos informação prévia para podermos falar com alguma... com justiça, vá, com conhecimento, com conhecimento de causa. Ora, e o que é que acontece? Realmente, trata-se de uma proposta que várias vezes ao ano, bimensalmente, é apresentada pela Câmara de acerto de contas com as juntas de freguesia. Realmente tratava-se de infantários que nasceram da Revolução de Abril. A seguir ao Vinte e Cinco de Abril, muito voluntarismo, naturalmente, das freguesias, das associações... e foram criados vários infantários e creches, etc., que foram assumidos pelas freguesias. Acontece que a dada altura, a Segurança Social deixou de financiar os infantários que eram geridos pelo Estado (pelo Estado digamos, neste caso, o local, pelas

freguesias) e então eram financiadas com sessenta, setenta por cento as instituições de solidariedade social, mas não aquelas que eram geridas pela própria freguesia. E a Câmara Municipal em entendimento com as freguesias, resolveu transferir a gestão de todos esses estabelecimentos para os centros paroquiais, para a misericórdia ou outras IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), e naturalmente que isso determinou... havia uma diferença, havia diferença salarial entre as educadoras dos estabelecimentos de infância da freguesia e as educadoras dos estabelecimentos privados, isto é (privados ou da rede social), as educadoras da rede pública ganhavam mais do que as da rede social. E, portanto, ao passarem para as misericórdias, para as IPPSS, etc., havia que estabelecer um mecanismo de compensação. E portanto, assumimos.... Estamos a falar há trinta e tal anos. Foi estabelecido esse mecanismo de compensação e, portanto, a diferença salarial era transferida da Câmara para as freguesias e das freguesias para as misericórdias, para as redes onde estavam essas pessoas. Porquê? Porque esses funcionários não deixaram de ser funcionários públicos e nunca quiseram perder o vínculo e estavam ligados, portanto à junta de freguesia. Para isto não há nem planeamento, nem rigor, nem transparência, não há nada disso. Portanto, todos os anos, a Câmara Municipal sabe, com as juntas de freguesia, quanto é que tem que transferir, porque as contas são da máxima transparência. No entanto, discutiu-se aqui nesta Assembleia, disseram-se os maiores disparates a este propósito, por uma situação que realmente se fosse conhecida, se as pessoas soubessem do que é que se trata, porque é uma questão que tem continuidade, como digo, tem mais de trinta anos... E, portanto, às vezes, fala-se demais com pouca humildade. Às vezes, é preciso antes de fazermos grandes declarações proclamatórias, era importante averiguar: qual é a história desta coisa? Qual é a situação? E então, depois de termos o conhecimento da situação começamos a falar. -----

-----Nesse caso da Municípiã, é certo que a Municípiã tem... O Município tem sessenta e tal por cento do capital... Eu não posso estar aqui agora a contar a história porque seria... Mas nasceu por volta de dois mil, dois mil e um, nasceu na própria Câmara Municipal, era o Gabinete



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Estudos da Câmara, que foi reconvertido em empresa intermunicipal, onde participaram cento e tal municípios deste país e, por isso é que o Município de Oeiras só tem sessenta e tal por cento, porque os outros quarenta e tal por cento cabem a outros municípios portugueses. Naturalmente que, a partir de um determinado momento, começou a haver mais concorrência, não havia. Os primeiros ortofotomapas realizados neste país foram realizados pela Município. Oeiras era uma espécie, em termos de visitas, era um centro de conhecimento, cada vez que havia um Conselho de Ministros Europeu de qualquer setor aqui em Portugal, vinham aqui a Oeiras visitar as máquinas e os ortofotomapas que eram feitos. E, portanto, houve realmente um avanço tecnológico brutal através dessa empresa. Naturalmente que, com o decurso do tempo, o próprio Estado investe milhões de euros nessa área, mas a empresa não tem, digamos, não tem capacidade de apresentar-se e de aos concursos do mesmo modo que vai uma empresa italiana ou... não há empresas portuguesas nestas matérias, as empresas portuguesas não passam de uma espécie de veículos de outras empresas internacionais. E, portanto, é óbvio que estamos numa situação global muito complicada e, nesse contexto o Município tem tido algumas dificuldades. Razão porque nos últimos dois anos houve uma auditoria, houve realmente muitos alertas acerca da situação da empresa. Da autoria decorreu que afinal as coisas não eram como se dizia, como normalmente acontece. E, portanto, entretanto foi celebrado um contrato programa com a Município, entre a Câmara e a Município. E nós estamos certos de que, ao longo deste ano, com certeza que iremos alinhar um plano estratégico que vise, digamos, a continuidade da empresa, ou não, mas em princípio tudo indica que há condições para a empresa se manter em condições de superavit. Mas, como digo, eu próprio providenciarei que façam chegar ao Senhor Deputado as atas da Assembleia Municipal em que isto foi discutido. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.”-----

-----APRECIADA -----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1027/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/11 – relativa ao Proc. n.º 17/DCH/2024 - Construção do Programa Habitacional de São Marçal II - 48 fogos, Carnaxide - 1.ª Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Quem pretende usar da palavra sobre este ponto sétimo da nossa Ordem do Dia?-----

-----Alguém quer falar? -----

-----Faz favor, Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), foi a primeira pessoa a levantar a mão.” -----

-----A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) referiu o seguinte:-----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente, senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara, caros munícipes, agradeço a palavra. -----

-----Estamos hoje a discutir a construção de quarenta e oito fogos habitacionais em São Marçal II, uma intervenção que, embora enquadrada em programas públicos de habitação, exige uma análise séria, responsável e centrada nos princípios que defendemos: gestão rigorosa, equilíbrio territorial, sustentabilidade financeira e segurança comunitária. -----

-----O Chega acredita na habitação como pilar da estabilidade das famílias, mas também acredita que o Estado e, neste caso o Município, deve intervir com planeamento, critério e transparência, evitando soluções precipitadas que criem mais problemas do que aqueles que procuram resolver. E, é precisamente neste ponto que surgem as nossas preocupações. Não basta anunciar números, é indispensável garantir que estes quarenta e oito fogos serão atribuídos com critérios rigorosos, verificáveis e estáveis no tempo. A habitação municipal tem de ser um instrumento de promoção da autonomia e da ascensão social, e não um mecanismo de promoção e de perpetuação de dependência. -----



ju

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Pergunto então, quem serão os destinatários? Como será feita a seleção? Será garantido o princípio de mérito social e de cumprimento dos deveres? -----

----- É impossível ignorar que São Marçal II é uma zona onde a autarquia já tem registado desafios sérios ao nível da segurança, manutenção e integração comunitária. Uma expansão habitacional, mesmo que necessária, não pode ser feita sem antes existir um plano integrado de reforço policial, de manutenção urbana, de prevenção de comportamentos de risco e acompanhamento social orientado para resultados. Construir sem garantir estes pilares é correr o risco de agravar os problemas. A construção é apenas o início. Habitação municipal implica manutenção, fiscalização, regras de ocupação, controlo de rendas e capacidade de atuação rápida quando se verifica uso indevido. -----

----- O Chega defende que o Município deve investir sim, mas sempre garantindo responsabilidade orçamental e modelo de gestão sustentável. A construção de habitação municipal é uma decisão séria e, sendo séria, deve ser acompanhada da máxima transparência. Por isso, deixo aqui as seguintes questões: Qual o modelo de seleção dos quarenta e oito agregados a integrar estes fogos? Que impacto financeiro anual está projetado para manutenção, gestão e fiscalização? Que medidas concretas de segurança e acompanhamento comunitário estão previstas? E, finalmente, como justificam esta derrapagem orçamental de um milhão e setecentos mil euros? -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Nos últimos tempos a resposta do Município ao problema da habitação tem seguido um padrão claro, o aumento da intervenção direta na promoção imobiliária assumindo a Câmara o

papel de construtor, promotor e gestor de fogos habitacionais. Perante a reconhecida dificuldade de acesso à habitação, a opção tem sido a da construção direta com investimento público assumindo o Município o risco, o custo e a execução das operações. É precisamente esta lógica que está subjacente ao programa habitacional de São Marçal II, em Carnaxide, que hoje aqui analisamos. -----

-----A Iniciativa Liberal reconhece a gravidade da crise habitacional e bem sabemos que existe enquadramento e apoio através do PRR, compreendendo que o Município procura aproveitar estes instrumentos de financiamento, tal como outros municípios o fazem. Mas, reconhecer esse enquadramento não nos impede de afirmar que o modelo escolhido não é o mais eficiente, nem o mais sustentável a médio e longo prazo. -----

-----Quando a Câmara se transforma em promotor imobiliário direto, substitui-se ao mercado, em vez de o libertar, assume riscos que não são próprios das suas funções essenciais, cria processos mais pesados, mais caros e mais lentos. Em vez de atacar as causas estruturais do problema, como a falta de oferta, a burocracia excessiva, a lentidão de licenciamento e os elevados custos de contexto opta-se por uma solução de substituição do mercado e não a correção do mercado. Temos uma visão diferente que entendemos mais eficaz para enfrentar a crise da habitação: uma via verde de licenciamento para a reabilitação e construção de prazos reduzidos;

----- A criação de novos prazos urbanizáveis, mas entregues ao setor privado, cooperativo ou comunitário, e não construídos diretamente pela Câmara;-----

-----O desenvolvimento de bairros modelares e flexíveis, rápidos e ajustáveis às necessidades reais;-----

-----O aproveitamento de edifícios devolutos e subutilizados;-----

-----A utilização do direito de superfície, concessões e parcerias público-privadas ao invés de promoção municipal direta.-----

-----Este não é um modelo teórico. Em países com tradição liberal, como os Países Baixos,



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a intervenção pública na habitação faz-se sobretudo através da disponibilização de solos, apoio a cooperativas independentes, parcerias com privados e incentivos, e não com municípios a assumirem diretamente o papel de grandes promotores imobiliários. O setor público cria as condições, não substitui o mercado. -----

----- No caso concreto que hoje nos é apresentado, estamos perante uma empreitada com valor superior a dez milhões de euros, para a construção de quarenta e oito fogos, o que representa um custo aproximado de duzentos e quinze mil euros por fogo, sem contar com o IVA, infraestruturas e manutenção futura. -----

----- O Executivo propõe agora uma reprogramação de um milhão e setecentos mil euros transferindo esse montante de vinte vinte e cinco para vinte vinte e seis, porque será, segundo os próprios serviços, de difícil execução até ao final do ano. -----

----- Mais preocupante ainda, a obra apresenta uma execução real de cerca de trinta e sete por cento, quando o planeamento indicava que deveria estar próximo dos setenta e quatro por cento neste momento. Isto não é um pequeno ajuste técnico, é um sinal claro do défice de planeamento, previsão inadequada e risco de novas derrapagens. Acresce ainda o facto desta obra já ter sido objeto de várias modificações ao contrato inicial, através de trabalhos complementares, o que revela que o projeto não estava devidamente estabilizado desde o início. A crise da habitação não se resolve com boas intenções, nem com grandes anúncios, resolve-se com eficácia, rigor, planeamento e respeito pelo dinheiro dos contribuintes. -----

----- Na habitação, precisamos de mais oferta, menos burocracia e mais liberdade para quem quer construir. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo seguinte: -----

----- “Senhora Deputada já ultrapassou... Pronto, ia lhe dizer que já tinha ultrapassado...

Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- A crédito da boa gestão do tempo desta Assembleia, a intervenção que faço agora aplica-se a todos os restantes onze pontos, porque estamos a falar basicamente das mesmas coisas.

-----Trata-se de um pedido que a Câmara nos faz de reprogramação, para um conjunto de empreendimentos que estão em curso, e eu estranho é que, enfim, compreendo que as intervenções já estivessem feitas, escritas das senhoras deputadas que me antecederam e que não tenham tido a atenção de ouvir o Senhor Presidente na intervenção que fez imediatamente antes, no sentido de propor a alguns membros desta Assembleia que conheçam os assuntos, estudem os assuntos, interessem-se pelas coisas, porque estava escrito, foi lido, acabou... Mas espero que, da próxima vez, sinceramente não voltem a dizer exatamente as mesmas coisas, porque se há Câmara Municipal que tem uma história neste âmbito, se há Câmara Municipal que tem um passado de sucesso nas políticas de habitação, é esta Câmara de Oeiras. E julgo que não há outro município que tenha paralelo, e que tenha um conjunto de quadros com tanto conhecimento e com tantas provas dadas quanto a Câmara de Oeiras tem. Aquilo que aqui está, esta reprogramação financeira, decorre de um facto que é: a Câmara faz, a Câmara apresenta propostas, a Câmara lança concursos, a Câmara cria condições para que a obra se faça.... Acontece que para quem nunca fez uma obra, enfim, percebe-se que não tenha consciência disso, mas as obras não são exatamente aquilo que nós queremos que sejam, são aquilo que pode ser. Desde logo pelas questões que têm a ver com o procedimento concursal, mas também com um conjunto de outras questões que, ao longo do tempo, vão ocorrendo e que podem fazer com que este tipo de situações aconteça. Estas propostas que aqui estão são a prova, como se isso fosse preciso, mas são a prova de tudo o que a Câmara Municipal tem feito a este nível, o esforço enorme que está a ser feito para resolver um problema que é real, a Câmara Municipal toma-o em mãos, foi isso que sempre fez, é isso que continua a ser feito e é isso que, como já foi hoje aqui dito, mereceu a confiança de tanta gente. -----



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- São estas políticas de habitação a somar a tantas outras políticas que provam que as coisas têm que ser feitas, têm que acontecer. Eu estava a ouvir a intervenção que estava a ser feita antes de mim e fiquei surpreendido com tantas possibilidades de construção ao nível cooperativo, ao nível privado, ao nível mesmo de outras Câmaras Municipais... Como é que a crise em que estamos é tão grande se as facilidades são tantas? Se as possibilidades são tão grandes, como é que ainda ninguém deu por isso? Como é que ainda ninguém conseguiu fazer aquilo que a Câmara de Oeiras tem feito a este nível? E, portanto, para concretizar, nós estamos aqui perante um conjunto de projetos que provam uma coisa só: esta Câmara Municipal faz obra. -----

----- A obra tem contingências? Tem. Queríamos que isto estivesse pronto mais cedo? Queríamos. Quanto mais cedo estiverem prontas as obras, mais cedo elas podem ser disponibilizadas para quem precisa. E ao nível da disponibilização para quem precisa e tendo em conta a outra intervenção que aqui foi feita, é preciso não conhecer os critérios que a Câmara Municipal tem tido ao longo destes anos todos, para vir pôr aqui em dúvida se a transparência é algo que tem acontecido ao longo de tantos anos.-----

----- Portanto, não vou fazer mais nenhuma intervenção relativamente aos próximos dez ponto (acho que é). A intervenção está feita para todos os casos e o nosso propósito é de fazer ou de criar as condições juntamente com a Câmara Municipal para que estas obras possam acontecer o mais rapidamente possível e dar todos os meios para que isso possa acontecer. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhora Deputada **Mónica Albuquerque (CEO)**, faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu a seguinte intervenção:

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria

condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por essa razão esperado que este tipo de propostas tivesse prioridade de execução na Câmara Municipal de Oeiras e também algum rigor. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma e como diz Isaltino Morais “puramente administrativos e sem necessidade de discussão”, a Democracia à lei INOV, atrevo-me mesmo a dizer que não foram devidamente lidas pelos senhores vereadores. Pois não podíamos discordar mais. Lamentavelmente, desta afirmação do Senhor Presidente, obviamente, lamentavelmente o escrutínio nas reuniões de Câmara não é igual ao que era feito no mandato anterior com a presença do Grupo Político Evoluir Oeiras na vereação. E digo...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“.... Vou fazer uma pequena pausa para retomarmos a ordem... E digo lamentavelmente, principalmente porque já hoje o Senhor Presidente enfatizou este tema, não tendo, no entanto, referido o seu contentamento quanto ao facto de agora lá ter a Extrema-Direita, nesse papel. É assim lamentável que prefira lá ter a Extrema-Direita, em vez de um escrutínio democrático que sim apontava os erros atempadamente, evitava algumas trapalhadas como as que já vimos aqui hoje e também apresentava propostas válidas e pertinentes para a população de Oeiras. E assim, Senhor Presidente, cumprindo tempos e Regimento, nunca deixaremos de democraticamente dar o nosso contributo e fiscalizar as propostas apresentadas pela Câmara Municipal de Oeiras, mesmo que essa fiscalização seja agora feita nesta Assembleia Municipal. -

-----Vamos então discutir o que está na proposta, como gosta o Senhor Presidente de dizer, ainda há pouco disse que discutimos tudo menos o que está nas propostas, vamos então discutir o que está nas propostas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Primeiro caso – nesta proposta, a demora da empreitada e a baixa taxa de execução. No final de setembro de dois mil e vinte e cinco, e não foi assim há tanto tempo, decorridos dois terços do prazo de empreitada, a taxa de execução era trinta e sete ponto quarenta e dois por cento, quando segundo o plano de pagamentos devia situar-se em setenta e três ponto setenta e oito, isto está visível na tabela da página três do anexo oito. Esta reprogramação é assim originada exatamente pelo significativo atraso na execução da empreitada, projeto que, como disse, devia estar a ser executado com prioridade. Ora, nada na proposta justifica a razão deste atraso. Qual é que é a razão? Nós não estamos aqui a fazer uma reprogramação financeira porque o ano vai acabar. Estamos a fazer uma reprogramação financeira, porque não foi feita a execução que devia ter sido e ela tem resultado num atraso. E, por isso qual é que é (primeira questão) a razão deste atraso? -----

----- A seguir, o valor de realização financeira de dois mil e vinte e cinco. Em dois mil e vinte e cinco até ao ato número treze, segundo o quadro da despesa que também está no anexo oito, foram realizados trabalhos no montante de três milhões trezentos e oitenta e um mil euros. E por isso, como é que justifica prever para dois mil e vinte e cinco uma realização física de mais de seis milhões. Como? Temos o ano a acabar. A que corresponde uma realização financeira de seis milhões e trezentos e oitenta e três mil euros? -----

----- Finalmente, eu reportei ontem por e-mail um erro no preço base indicado na proposta, que indicava onze milhões, em vez de dez milhões, tendo indicado que a questão devia ser corrigida atempadamente antes desta Assembleia Municipal, e ora dá-se o caso de a proposta ter sido corrigida e colocada novamente no Salão Nobre. Dado que a situação que se verificou há pouco na outra proposta, carece de correção em sede de reunião de Câmara, eu sugiro que as outras, como esta, e outra que vamos ter mais à frente, seja também corrigida na reunião de amanhã, porque não pode ser realizada uma alteração desde a reunião de Câmara para a Assembleia Municipal. E, portanto, infelizmente, não podemos agora em sede de reunião de Câmara dar esses

contributos daremos aqui e, portanto, muitas propostas sim, voltaram para trás para serem corrigidas. - -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Pedro Fidalgo (PAN)** referiu o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----O PAN irá fazer uma intervenção única relativamente aos próximos onze pontos. ----

-----Ao longo desta Sessão vamos apreciar um conjunto vasto de reprogramações financeiras dos programas habitacionais do Concelho, algumas primeiras, várias segundas e até reprogramações que chegam poucos meses depois da anterior. E, quando isto acontece em quase todos os projetos é inevitável deixar de olhar para cada caso isoladamente e começar a olhar para o padrão, porque ele existe. O que verificamos é simples, em obra após obra os cronogramas que chegam a esta Assembleia parecem sempre ser muito ambiciosos na partida e muito ajustados na chegada. E quando até os projetos que não estão atrasados acabam reprogramados começamos a suspeitar que o problema talvez não seja só na execução, mas na forma que os calendários são pensados, apresentados e comunicados.-----

----- O PAN reconhece a importância de todos estes investimentos, falamos de centenas de fogos, de bairros inteiros para requalificar, de respostas habitacionais urgentes que o Concelho precisa há muito. E sim, aumentar o parque de habitação pública é fundamental e imprescindível e não, liberalizar a reconstrução desregrada não é solução, pelo menos não o será para o verdadeiro problema de habitação dos nossos munícipes.-----

-----Reconhecemos também que reprogramar é por vezes necessário, faz parte da vida real de qualquer obra pública. Mas o que não pode continuar a ser parte da vida normal é aprovar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sucessivamente cronogramas que rapidamente se revelem incompatíveis com execução real. Não pode ser rotina aquilo que deve ser a exceção e não deve esta Assembleia a deliberar sobre alterações estruturais, sem que o Executivo explique: o que falhou? Onde falhou? E porquê? Se em alguns casos se percebe pelo ajustamento na data da consignação, em muitos tal não é perceptível ou referem-se razões operacionais de forma genérica: foram problemas de projeto, foram revisões técnicas, falta mão de obra, houve dificuldades no terreno ou simplesmente os cronogramas iniciais não eram realistas. Seria útil que esses motivos fossem apresentados.-----

----- Oeiras diz muito que planeia melhor do que todos, esta é uma excelente oportunidade para o demonstrar, explicando, fundamento, clarificando.-----

----- O PAN continuará a votar de forma responsável, porque as casas fazem falta e não há tempo a perder. Mas também continuará a exigir aquilo que em política pública é tão importante como o próprio cimento: previsibilidade e rigor. Porque quem espera uma casa não espera reprogramações, espera respostas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- A intervenção que vou fazer pretende, obviamente, abranger todas as propostas que vamos votar de seguida e, acima de tudo, surge pela necessidade de dar resposta a uma intervenção que a Iniciativa Liberal aqui fez hoje, e que me deixou verdadeiramente perplexa pela maneira como olham para a problemática da falta de habitação.-----

----- É bom lembrar que o Plano de Recuperação e Resiliência dedica uma parte

significativa à habitação e que esta está focada no parque habitacional público e na reabilitação também de casas indignas para garantir habitação digna a diferentes famílias e a famílias vulneráveis. Através do programa de apoio ao acesso à habitação prevê-se disponibilizar habitação social ou apoio financeiro para a construção e a reabilitação de muitos fogos. A meta de construir ou reabilitar esses fogos até junho de dois mil e vinte e seis é muito ambiciosa. Sabemos que Oeiras tem feito um enorme esforço para candidatar uma série de fogos e tem vindo a colmatar as dificuldades que vai encontrando ao longo dos processos contratuais. Não é fácil garantir a contratação pública certinha e direitinha, com tantas casas para construir. -----

-----O PS não se pode, de facto, rever na linha de argumentação que a Iniciativa Liberal aqui hoje apresentou, segundo a qual a Câmara se está a substituir ao privado. Este argumento põe em causa claramente o Estado Social e por essa razão o Estado não deveria, na perspetiva, redistribuir a riqueza nem criar coesão territorial. Faço notar que esta forma de olhar para o país significa que não concordam com a construção de habitação acessível e acham que esta não é uma responsabilidade pública essencial quando o mercado efetivamente não conseguiu dar resposta às necessidades das famílias. A obrigação do Estado, Senhora Deputada, para que fique claro, o Governo Central e Autarquias, é de dar a resposta necessária aos problemas das pessoas. É isso que estamos a fazer aqui agora, foi isso que fizemos quando aprovámos os planos no seu início e manteremos a nossa posição de acompanhar e de aprovar todas as propostas que digam respeito à existência de casas de renda acessível e fazer com que possam, de alguma maneira, mitigar este drama que tem acontecido no nosso país. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Tem agora a palavra a Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU), por favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** referiu o seguinte: -----



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Obrigada. -----
----- Sobre esta e as restantes propostas sobre o mesmo assunto dizer que o acesso à habitação se tornou um dos maiores problemas sociais em Oeiras. Especulação imobiliária, os preços incombortáveis, estão a expulsar famílias, jovens e idosos do Concelho. É necessário haver uma resposta a este problema e a Câmara está a dá-lo com estas propostas. A CDU saúda e apoia estas iniciativas de construção pública e de reabilitação arquitetónica e consideramos que ainda vão ser insuficientes, mas que é um caminho que se está a trilhar e pelo qual nós estamos de acordo.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Presidente, pretende usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, sim, sim. Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Algumas considerações de natureza política, mas é fundamental dar algumas notas específicas. -----

----- Da banda do Chega perguntam para quem são as casas e falam em derrapagem orçamental. É interessante, porque Oeiras tem uma..., não há hipótese de reescrever a história nesta matéria da habitação. Podem reescrevê-la noutras áreas, mas na habitação não é possível. Oeiras é o município com maior experiência de habitação em Portugal, mas sobretudo nos tempos que correm, é o município que tem mais habitação pública em Portugal. Para renda acessível e, já agora, complementando aquilo que a Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) disse, para renda apoiada também. Eu diria que andaremos mais ou menos cinquenta por cento de renda acessível, cinquenta por cento de renda apoiada. E as reprogramações financeiras não passam de atos meramente administrativos, não vão ao fundo da questão, nem têm que ir. Trata-se, no fundo, de

reprogramar situações de prorrogações, de prolongamentos do prazo de execução da obra ou, digamos, de definição dos pagamentos, repartição dos pagamentos correspondentes à respetiva obra. Depois, naturalmente que atrasos na realização de uma obra. Eu até desculpo ali a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) pelas suas intervenções relativamente a esta matéria, porque ela nunca fez uma obra e, portanto, não tem obrigação de saber o que é uma obra e os problemas que acarretam uma obra. Um dia que ela faça uma obra, eu dou-lhe o benefício da dúvida, agora não. Ora, o que é que acontece? Hoje há muitas obras, como sabem, que, por várias razões, se atrasam. Por falta de mão de obra, há uma falta de mão de obra extraordinários. Os empreiteiros têm dificuldade em cumprir os prazos. Depois há novos modos de construção, construção modular, cuja construção ocorre num determinado momento em estaleiro e, portanto, atrasa os pagamentos e depois quando chega são montados, de repente, fazem-se os pagamentos a dobrar ou a triplicar do que tinha sido no semestre anterior, por exemplo. Isso determina que haja, realmente, estas reprogramações. Portanto, reprogramações financeiras são, digamos, atos de natureza meramente administrativa, técnico-administrativos que visam repor a realidade, portanto, seja da obra, seja da situação financeira. -----

-----Agora, não deixa de ser uma situação nova esta de aparecerem partidos políticos, como o caso do Chega a questionar para quem são as casas. As casas são do domínio público, absolutamente do domínio público, com a máxima transparência. E o que é interessante é que pelo menos há cerca de quarenta anos o rigor nesta matéria é de tal forma, que nunca me chegou uma reclamação. Por uma razão muito simples: porque, na realidade, até agora, até há pouco tempo, as casas eram entregues.... Primeiro, foi a erradicação das barracas. Há aqui pessoas que podem não se lembrar do que era a erradicação das barracas, o que eram as barracas, mas as barracas era uma vida promíscua dentro da família. Situações gravíssimas do ponto de vista da segurança, da integridade do agregado familiar. Problemas de segurança que decorriam do facto de as famílias se sentirem marginalizadas. Era muitos deles imigrantes, mas também havia muitos portugueses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aliás, não se esqueçam que o movimento SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) nasceu exatamente de cidadãos, na sua maioria portugueses, que viviam miseravelmente na periferia de Lisboa. Curiosamente, uma parte significativa da comunidade africana veio para Portugal entre os anos oitenta e oitenta e cinco. E, portanto, não tem havido qualquer contestação nessa matéria, porque há tanta pessoa.... Primeiro, eram os das barracas, as famílias que viviam em barracas, que foram erradicadas, mas alguns parece não quererem ver, não é? Depois, há situações de famílias que são despejadas, mães solteiras, pessoas que são objeto de violência doméstica, pessoas que vivem em partes de casa. Portanto, as regras são claras: tem que se residir há três anos, morar, residir ou trabalhar há três anos no Município. São essas as condições, os requisitos para as pessoas se poderem candidatar. E, naturalmente que é feito o levantamento social de cada família e em função disso, quem entrega as casas não é o Presidente da Câmara, não são os vereadores. As trabalhadoras do departamento de habitação, as técnicas de serviço social e os técnicos de serviço social é que fazem o levantamento de cada família e estabelecem a relação, tal, tal. Aliás, até me surpreende que o Chega ponha esta questão, porque, por acaso, o número três da lista do Chega recebeu uma casa da Câmara Municipal. Presumo que tenha sido porque reunia os requisitos para poder receber uma casa municipal. Sim, não percebo este espanto, não é? Porque há muita gente que recebeu casas da Câmara. E, portanto, nos anos noventa, as casas não eram só para quem saía das barracas, mas também havia casas que foram entregues, no âmbito dos contratos de habitação, numa altura em que havia realmente programas diversificados - ao contrário da Senhora Deputada da Iniciativa Liberal que não conhece minimamente a lei, porque se conhece a lei, a Câmara Municipal só pode fazer o que a lei lhe permite. E, portanto, estabelecer parcerias com privados, etc., é preciso que a lei o permita. A Senhora Deputada nem sequer se tem dado ao cuidado de ouvir o que o Presidente da Câmara de Oeiras diz. Não lhe deve dar credibilidade e não ouve o que ele diz. E o Presidente da Câmara de Oeiras é a única voz em Portugal, tem sido a única voz em Portugal a dizer que os Governos, e houve algumas medidas - ainda do tempo do Governo do

António Costa, e depois continuaram neste - que foram adotadas e há outras que tenho vindo a proporcionar, designadamente a necessidade de haver terrenos disponíveis que possam ser reconvertidos de solo rústico para urbano (que já é possível), mas só é possível para fazer habitação pública destinada a renda apoiada ou a renda acessível. Não é possível ainda nos termos da lei que os municípios reconvertam terreno rústico em urbano, para poderem pôr à disposição de promotores, por exemplo, mediante um contrato para fazerem habitação a custos controlados e que possam ser postas à venda no mercado, e considerando que são vendidas a custos controlados, poder estabelecer uma cláusula de não alienação durante vinte e cinco anos, por exemplo. Mas isto a lei não permite ainda, apesar do Presidente da Câmara de Oeiras ser um dos grandes defensores desta política. Mas a Senhora Deputada fala sem conhecer a lei. Leu a cartilha liberal e, pronto, e há solução para tudo através do liberalismo. E, portanto, eu gostaria que desaparecessem daqui essas nuvens, de dizer “para quem é que são essas casas”. E se algum deputado tem alguma dúvida, é simples, vai ao departamento... alguma dúvida, mesmo num caso concreto, vai ao Departamento de Habitação da Câmara Municipal e será devidamente esclarecido.-----

-----Quanto às casas de renda acessível é absolutamente transparente, público. Aparecem reclamações, aparece tudo. Portanto, nesse aspeto, não há qualquer dúvida sobre essa matéria. ---

-----Agora, eu devo vos dizer que, quando se fazem aqui afirmações que a Câmara é promotora, gestora, proprietária, por aí fora, e que o modelo escolhido não é o mais sustentável e que se substitui ao mercado, mais uma vez..., mais uma vez, estão a ver, a isto chama-se arrogância, não tem outro nome. Não reconhecer a legitimidade e, sobretudo, a ignorarem a votação dos oeirenses. Os oeirenses escolheram este modelo. Mas alguém duvida dessa situação?”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

-----“Está no programa.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Os oeirenses escolheram este modelo, não escolheram o modelo liberal. Para isso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tinham eleito o candidato da Iniciativa Liberal a Presidente da Câmara. Não foi eleito, nem sequer como vereador... Portanto, vir para aqui dizer que é o modelo liberal, que esse é que é bom... Agora vou vos dizer o seguinte: eu não fiquei surpreendido com este discurso da Senhora Deputada do Iniciativa Liberal. Não fiquei surpreendido, eu fiquei estarecido. Fiquei estarecido, quero vos dizer, compreendo porque certas ideologias absolutamente normais, a partir de determinado momento se tornam odiosas. Aquilo que ouvi hoje da Senhora Deputada é inacreditável. É não reconhecer a mínima da realidade. É não reconhecer que há pobreza neste país. É não reconhecer que há famílias que vivem na extrema miséria. É não reconhecer que há família que não têm condição nenhuma de poder ter casa se não for a habitação pública. E é não reconhecer que, em toda a Europa, mesmo nos países mais liberais, e que já foram mais liberais, a habitação pública é fundamental. Portugal tem dois por cento de habitação pública. A Noruega, a Suécia e a Dinamarca têm quarenta e cinco por cento. Os países do centro da Europa têm trinta e tal. A Áustria tem sessenta e cinco por cento. Portugal tem dois por cento. Isto não tem nada a ver com o mercado. A Senhora Deputada é tão insensível e está com o chip da Iniciativa Liberal de tal maneira metido na cabeça, que não tem o mínimo de discernimento. E não tem o mínimo de discernimento porquê? Porque estas casas, estas famílias estão fora do mercado. O mercado da oferta e da procura funciona onde há mercado. Famílias que não têm condições de comprar uma casa ou de arrendar uma casa estão fora do mercado. Isto não tem nada a ver com o liberalismo, isto tem a ver com a situação social cada país. E a insensibilidade que eu vejo vir aqui ao de cima é estarecedora. Ainda há gente neste país que pensa como a Senhora Deputada. É lamentável. O Estado tem que intervir, aí está... Não é a oferta e a procura que vão resolver o problema. Os promotores privados não fazem casas para perder dinheiro. Os promotores privados não fazem casas para fazer ação social. Não são os promotores privados que têm que fazer casas acessíveis aos vencimentos, ou aos não vencimentos que os portugueses têm. O Estado, as câmaras municipais é que têm que resolver esse problema. Há um núcleo significativo, que gostaríamos que fosse cada vez menor, de famílias que

poderiam resolver o problema pela sua própria vontade, pela sua própria capacidade, mas isso não acontece. Portanto, há muitas famílias que não têm a mínima condição de arrendar uma casa no mercado. Como é que pode haver alguém, que neste contexto de crise habitacional terrível, venha falar que a crise habitacional se resolve com rigor, com transparência. Mas o que é que o rigor e a transparência têm a ver com a crise habitacional? Deve haver rigor e transparência, com certeza, na construção das casas, na entrega das casas, mas é o mercado que vai resolver este problema? As famílias pobres deste Concelho, a classe média deste Concelho, não são só as famílias pobres, a classe média deste Concelho vai resolver o seu problema de habitação como? -----

-----Ora, não deixa de ser estranho que, no momento em que apresentamos uma proposta, uma proposta, isto é, várias propostas, onze propostas, que correspondem a onze programas de habitação pública, onze programas de habitação pública, um caso único em Portugal. Oeiras tem recebido os maiores elogios de todos os Governos. E posso vos dizer que há situações aqui, que vocês chamam de “derrapagem”, mas de atraso nas obras, vou vos dar apenas dois exemplos, realmente nem tudo funciona bem na Administração Pública. O Casal do Deserto, por exemplo, que é um projeto de quarenta milhões de euros, à volta disso, estive quinze meses no IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) para receber um parecer. Quer dizer, são os Governos..., por isso é que eu falo nos “burocratas sem rosto”, que há muitos por aí. Na realidade, quer dizer, um processo que está quinze meses numa instituição pública para receber um parecer, há aqui qualquer coisa que está errado, porque se nós queremos que as coisas funcionem, se dizemos que queremos investir o dinheiro do IHRU para que não regresse a Bruxelas, então todas as instâncias públicas devem estar envolvidas e empenhadas no sentido de resolver o problema. -

-----Mas reparem, depois dá-se outra circunstância. Os projetos acima dos dez milhões de euros têm que ir a uma outra instância. Porque foram criadas tantas instâncias para controlar, para garantir o rigor, para garantir a transparência da utilização desses dinheiros, que é chamada “estrutura de missão”, que só tem que pôr um carimbo. “Sim” ou “não”, visto que passa dos dez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

milhões. Está lá há oito meses. Mas atenção, ainda há pior do que isto. O projeto de São Marçal, por exemplo, teve um atraso para aí de um ano, mas como ainda estava longe o fim do término do PRR, toda a gente achava que havia tempo. O que significa que era a Câmara de Oeiras, o ministro da habitação na altura, a ministra da habitação (a Marina), porque isto ainda começou no Governo do Partido Socialista, depois passou para outro Governo..., era o Presidente da Câmara, eram os ministros da habitação, era tudo “sim senhor, isto tem que andar, etc.”. Então o que é que aconteceu? Em São Marçal, o loteamento estava aprovado desde mil novecentos e noventa e quatro. Desde mil novecentos e noventa e quatro, o loteamento. Acontece..., e fazia parte do PER, do Plano Especial de Realojamento. Dá-se a circunstância que em dois mil e um/dois mil e dois acabou o dinheiro do PER e não foram aprovados mais, embora Oeiras tenha resolvido o problema do alojamento das barracas, estava em vias de resolução. Mas em noventa e quatro foi aprovado o plano de toda aquela zona. E estava esse lote disponível para fazer quarenta ou cinquenta apartamentos. A Câmara Municipal abre o concurso e adjudica a obra. Vejam bem as situações ridículas que se vivem neste país, e adjudica a obra. E o empreiteiro começa a obra. Mas na altura em que começa a obra, um técnico da Câmara (julgo que foi um técnico da Câmara, da obra ou da Câmara, agora já não sei bem) suscitou a questão que havia lá cinco sobreiros e os sobreiros são protegidos, pensou ele. Cinco sobreiros. Logo, a obra tinha que ser suspensa. Agora, imaginem o que era se o Senhor Presidente da Câmara dissesse “Não, não, arranquem lá os sobreiros”. Apareciam logo os ambientalistas a dizer que o Presidente da Câmara era um negacionista das alterações climáticas, e não sei que mais e tal. Quando me dizem “há lá sobreiros” mandei analisar a situação e, por acaso, como eu tenho boa memória, sabia que aquilo que estava, realmente, loteado. Mas como é que surgiram os sobreiros? Mas depois fazendo assim um “refresco” da minha memória, também lá cheguei. O que é que aconteceu? Há uns anos atrás, fizemos o Jardim Onésimo Silveira por trás da piscina da Outurela, e acontece que havia lá uma parte de uns terrenos que estavam disponíveis, estavam limpos e o Departamento de Ambiente ter-me-á perguntado:

“Presidente, então é ali aquela zona?”. “Arborizem tudo, metam árvores por aí fora”. É claro, ninguém se lembrava que aquilo era um lote. Pois bem, tivemos de fazer a via-sacra de todos os pareceres, do ICN (Instituto de Conservação da Natureza), daqui e de além, não sei quê, para conseguir retirar os ditos cinco sobreiros, que eram sobreiros pequeninos. Eram sobreiros da altura aqui do Vice-Presidente. Uma via-sacra, não sei quantos organismos. Ninguém queria pôr a cabeça na coisa, eu bem explicava, mas oiçam lá, isso não tem nada a ver com a proteção dos sobreiros. Os sobreiros foram plantados depois do loteamento feito. Nós não queremos fazer um loteamento numa zona que é reserva agrícola e que tem sobreiros, não sei se estão a ver. Parece que não, mas atrasou-nos um ano. E conforme é esse, há muitos outros. -----

-----De maneira que devo dizer-vos o seguinte: o povo que porventura está a ouvir, os cidadãos e as famílias que vivem com dificuldades, que chegam a casa, têm frio e não têm dinheiro para o aquecimento, aqueles que gostariam de ter os seus filhos protegidos... Ria, ria, Senhora Vereadora (deverá querer dizer “Deputada”). É um riso impressionante, é um riso de Drácula. É um riso de Drácula. Eu devo dizer que a atitude que a Senhora Deputada teve aqui hoje é reprovável a todos os títulos. Eu compreendo que defenda, eu também defendo, eu também sou um liberal, atenção. Eu sou um liberal social, também defendo a iniciativa privada. Mas é para gerar riqueza, para depois poder distribuir por aqueles que precisam, através de um sistema fiscal justo, equilibrado, que permita a distribuição de riqueza. Não é alimentar o parasitismo, não é nada disso. Mas há pessoas, há famílias que precisam de apoio, precisam de ajuda. E vir dizer aqui que a Câmara promotora, gestora, proprietária, etc., não é a solução para o problema da habitação. Então se não é a esta a solução, qual é a solução? Qual é a solução então que a Deputada da Iniciativa Liberal propõe para resolver os problemas da habitação no Concelho de Oeiras? Eu estou-me a conter, como calculam. Estou-me a conter imenso porque, na realidade, são situações como esta que me dão uma energia extraordinária. Porque mostra que o bem e o mal existem, e alguém tem que estar do lado do bem. Alguém tem que estar do lado do bem em defesa dos mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fracos, dos mais fragilizados. A mim dá-me uma força extraordinária, nem imaginam. Eu saio daqui com uma vontade de fazer três, quatro vezes mais casas do que as que estamos a fazer e vamos fazer.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.” -----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) disse o seguinte:-----

----- “Defesa da honra.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faça favor, Senhora Deputada.”-----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção em **Defesa da Honra**:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Presidente, o Senhor Presidente Isaltino Morais disse que éramos insensíveis. O Senhor tem que ouvir melhor o que nós dizemos, nós nunca, nunca, e já estamos aqui, este já é o segundo mandato, nunca nos opusemos a situações de apoio social, desde que esse apoio social seja feito com rigor. Portanto, o que o Senhor está a dizer, é uma falácia. Não só é uma falácia como foi um discurso..., realmente, olhe, foi uma aula de populismo a que aqui assistimos, neste momento, foi uma aula de populismo. -----

----- A Iniciativa Liberal apoia e sempre apoiou situações sociais que se verifiquem e para que essas situações sejam apoiadas, não é necessariamente obrigatório que a Câmara seja promotora, construtora e tudo mais, nesse aspeto. Há outras formas de o fazer e isso não lhe dá o direito de dizer que somos insensíveis, que somos..., temos outra visão, temos outra maneira de resolver os problemas, sempre apoiando aqueles que mais precisam. E isso nunca foi um tema para a Iniciativa Liberal, nem nunca será, e estaremos sempre ao lado daqueles que precisarem, mas com regra e com termos. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, é só aqui um esclarecimento relativamente a uma inverdade que foi dita pelo Senhor Presidente Isaltino Morais. Mencionou que o meu número três tinha recebido uma casa camarária, mas isso é falso por um motivo: o empreendimento do Alto da Montanha é um programa de renda acessível e não é da Câmara, é do IHRU. -----

-----Portanto, o Senhor tem que mencionar... o Senhor tem que mencionar as coisas como deve ser, porque nem tudo é Câmara Municipal. Nem tudo é Câmara Municipal. Mas, contudo, nós vamos fazer uma interpelação como deve ser, mas isso é falso. Isso é falso. Eu vou fazê-lo.”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhor Presidente.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** observou o seguinte:-----

-----“Bom, isto é que é demagogia e populismo.-----

-----Primeiro, a Senhora Deputada do Livre diz que há outras soluções, mas não diz quais.”

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Da IL.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Da IL, desculpe. Da IL. Que há outras soluções, mas não diz quais Há outras soluções, mas não diz quais, portanto, quais são as soluções que permitem resolver?... Não são papéis..., quais são as soluções para resolver o problema das famílias que não têm casa? A Câmara Municipal de Oeiras está a resolver esse problema. Como é que a Iniciativa Liberal fazia? -----

-----Por outro lado, e em relação ao Senhor Deputado do Chega, eu quero dizer que falei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nisto por à margem, mas, na realidade, há um candidato à Câmara Municipal que recebeu uma casa no âmbito do programa de renda acessível no Alto da Montanha. O Alto da Montanha não tem nada a ver com o IHRU, o Alto da Montanha é municipal. É gerido pela Câmara Municipal, foi construído pela Câmara Municipal e esse senhor concorreu no âmbito de um concurso, o que mostra a transparência da Câmara. Um concurso público que a Câmara fez estabelecendo as regras, dizendo qual é o escalão de rendimento das pessoas que se podem candidatar, ele candidatou-se, estava nesse escalão de rendimento e recebeu uma casa de renda acessível.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

----- “Pública.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --

----- “Pública. Mas, antes disso, já tinha recebido uma casa de renda apoiada da Câmara Municipal e, portanto..., não interessa, recebeu duas casas. Uma de renda apoiada e depois recebeu uma de renda acessível. A primeira...” -----

----- A Senhora Vereadora Sílvia Breu disse o seguinte:-----

----- “É verdade, é.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “A primeira por questões de natureza social, a segunda porque se enquadrava nos critérios de atribuição de casas de renda acessível. -----

----- Mas o que gostava de saber é o que é que a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, como é que ela vai resolver o problema então.” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Há outras soluções. Quais são as soluções legais para construir casas destinadas às famílias pobres?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, terminou? Penso que estaremos em condições de passar à votação desta proposta. Penso que já foi suficientemente apreciada. Só ia colocar uma questão, que é a seguinte: todas as outras propostas, não sei se querem, agora, continuar a falar sobre cada uma das outras propostas, porque elas versam sobre.... Sim, mas então seria melhor que a Senhora Deputada dissesse o que é que tem a dizer em relação a que proposta, por favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, estamos a efetuar a discussão conjunta? É porque isso não foi proposto antes de iniciarmos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Ia dizer, começamos por esta sétima, mas visto que as outras são todas “apreciação”, nós iremos votar uma a uma. Não, iremos votar proposta a proposta. Agora, o que eu ponho à vossa consideração, é se quanto à apreciação, podemos fazer conjuntamente a apreciação das propostas que aqui estão, que são todas relativas à construção...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, nós estamos na disponibilidade de o fazer, mas isso devia ter sido discutido então antes da primeira...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Estou agora a colocar a questão...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Pronto, porque senão na minha intervenção, eu tinha feito logo a intervenção relativa a todas as propostas, mas pensei que não seria...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mas pode fazer agora a intervenção.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Pois, está bem, mas já fiz uma e agora tenho que fazer outra. É só esse o ...-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Em relação às outras todas que estão aqui, depois vamos votar uma a uma.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** perguntou o seguinte:-----

----- “Sigo então para esta ou quer fazer a votação?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Agora quanto à sétima, podemos votar esta sétima e, depois, em relação às outras, fazem uma apreciação conjunta e vamos votar depois.”-----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo

Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).---

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 154/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1027/25 - DPCH - P.º 17DCH2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE SÃO MARÇAL II - 48 FOGOS, CARNAXIDE - 1.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e vinte e sete barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número sessenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal Coligação Evoluir Oeiras e duas do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com a reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Programa Habitacional de São Marçal Segundo - quarenta e oito fogos, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação, a qual deverá de ser corrigida em sede da reunião da Câmara Municipal, visto conter um erro material. -- -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Temos quatro abstenções. Duas da Coligação Evoluir Oeiras e duas da Iniciativa Liberal. Portanto, é aprovada por maioria. Está aprovada por maioria a sétima proposta. Vinte e sete votos a favor, relativamente a esta proposta. -----

----- Então, relativamente às outras propostas...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

----- “Senhora Presidente...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada...” -----

4.7.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “É só para dizer que em relação a esta proposta faremos chegar uma declaração de voto.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Está bem. Fica consignado que vão fazer chegar uma declaração de voto por escrito. É isso? Pronto.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na votação desta proposta porque na proposta não se encontra a justificação da demora na obra e para a baixa taxa de execução da mesma, nem a mesma foi dada em sede de discussão na Assembleia quando questionado o executivo. Esta reprogramação é originada exatamente pelo significativo atraso na execução da empreitada e não por alteração do ano económico como indicado na proposta em análise. Verificamos ainda que no final de setembro de dois mil e vinte e cinco, decorridos dois terços do prazo da empreitada, a taxa de execução era de trinta e sete vírgula quarenta e dois por cento quando segundo o Plano de Pagamentos deveria situar-se nos setenta e três vírgula setenta e oito por cento. Esta reprogramação é assim originada exatamente pelo significativo atraso na execução da empreitada, projeto que deveria estar a ser executado com prioridade. Relativamente ao valor da realização financeira de dois mil e vinte e cinco também se verifica que até ao auto nº treze da obra (inclusive), foram realizados trabalhos no montante de três milhões trezentos e oitenta e um mil quatrocentos e um vírgula quarenta e quatro euros (três milhões novecentos e cinquenta e um mil quinhentos e vinte vírgula oitenta e oito euros menos quinhentos e setenta mil cento e dezanove vírgula quarenta e quatro euros), e ficou por responder como se justifica prever para dois mil e vinte e cinco uma realização física de seis milhões vinte e dois mil quinhentos e quarenta e seis vírgula sessenta e dois euros, a que corresponde uma realização financeira de seis milhões trezentos e oitenta e três mil oitocentos e noventa e nove vírgula quarenta e dois euros. Finalmente a proposta tinha um erro no Preço base indicado de onze milhões em vez de dez milhões tendo a CMO alterado a proposta quando alertada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pelo Grupo Político Evoluir Oeiras, e dá-se o caso de a lei prever que não se podem realizar alterações das propostas após a deliberação no órgão executivo.”-----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1028/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/12 – Processo n.º 41/DCH/2023 - Construção do Programa Habitacional da Terra do Moinho - 17 fogos, Porto Salvo - 2.ª Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1029/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/15 - Proc. n° 11/DPCH/2025 - Construção do Programa Habitacional Módulos da Politeira - 14 fogos, Leceia - Reprogramação Financeira, aprovação de Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados à consignação (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.10. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1031/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/14 – Proc. n.º 01/DPCH/2025 - Construção do Programa Habitacional do Rossio de Porto Salvo - 20 fogos, Porto Salvo. Reprogramação Financeira, aprovação do Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados à consignação (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.11. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1032/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/03 – Proc. n.º 34/DCH/2024 - Construção do Novo Programa de Habitação da Quinta das Acácias - 42 fogos, Carnaxide - 2.º Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.12. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 1033/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/05 - Proc. n.º 10/DCH/2024 "Construção do Novo Programa de Habitação de São Marçal - 40 fogos, Carnaxide". Proposta de aprovação de 2.ª Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.13. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1034/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/06 - Proc. n.º 38/DCH/2024 - "Construção do Programa Habitacional de Tercena - 83 fogos, Barcarena - 2.ª Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.14. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1035/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/07 – Proc. n.º 54/DCH/2023 - Construção do Programa Habitacional de Leceia - 96 fogos, Barcarena - 2.ª Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.15. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1036/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/09 - Proc. n.º 21/DCH/2024 - Construção do Programa Habitacional do Empreendimento Irmã Joana - 30 fogos, Porto Salvo - 1.ª Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

4.16. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1037/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao NPH/10 – Proc. n.º 44/DCH/2024 - Construção do Programa Habitacional Sénior de Talaíde - 30 fogos, Porto Salvo" - Reprogramação Financeira, Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro ajustados à Consignação (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.17. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 1038/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao Processo n.º 37/DCH/2024 - PRR - Requalificação Arquitetónica Bairro de S. Marçal (29 edifícios), Carnaxide, Oeiras. Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Então, nós temos aqui a oitava, nona, décima, décima primeira, décima segunda, décima terceira, décima quarta, décima quinta, décima sexta e décima sétima. Relativamente a estas propostas, quem quiser usar da palavra para fazer uma apreciação conjunta das propostas...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

7

Senhora Deputada, disse que pretendia usar da palavra? Faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Bom, então, uma vez que vamos apreciar todas as propostas em conjunto, eu vou cingir-me apenas a algumas questões relativamente às propostas em causa e depois, para cada uma das que entendermos pertinente, entregaremos depois uma declaração de voto. -----

----- Então em relação a esta proposta, a oitava, construção do programa habitacional da Terra do Moinho que são dezassete fogos em Porto Salvo, trata-se da segunda reprogramação financeira, mas, ao contrário do que é indicado nesta proposta, à data da adjudicação na proposta duzentos e oitenta e um não foi feito qualquer escalamento financeiro plurianual. E, portanto, a afirmação que está aqui nesta proposta, não é verdadeira. Mais uma vez também referir que, no caso desta execução desta empreitada, existe um atraso significativo (seja de quem for a responsabilidade) e, tal como na proposta anterior, não está justificado. Agradeço a explicação que o Senhor Presidente deu anteriormente, exceto a parte de, obviamente, não saber da minha vida pessoal para saber que obras é que eu giro. A verdade é que esta também não apresenta essa justificação e era bom que, no futuro, passasse a existir a justificação que foi dada aqui, porque ela é pertinente em sede da proposta. Depois, também em relação a esta proposta, ela tem um horizonte temporal de uma empreitada de três anos (vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis) e o valor que devia corresponder à realização financeira de dois mil e vinte e quatro é aquela que foi, de facto, executada até trinta e um de dezembro. Também o somatório dos três anos devia ser igual ao valor total da adjudicação. Porque é que não é assim? Se temos três anos de execução e temos um valor de adjudicação, a distribuição pelos três anos tem que somar o valor da adjudicação. -----

----- Nesta e noutras propostas, a nossa recomendação também é que, no futuro, todas as que impliquem encargos plurianuais, seja a abertura de um procedimento, ou uma adjudicação, deve sempre ser explícito quanto ao escalonamento financeiro do mesmo.-----

-----Depois, em relação à mil e vinte e nove, portanto, à construção dos módulos da Politeira, catorze fogos em Leceia, também referir a demora na empreitada e a baixa taxa de execução que, em vez de estar nos quarenta e oito cinquenta e quatro, está nos catorze ponto setenta e sete. E relembro que ainda em julho o Executivo aprovou um adiantamento de quatrocentos e oitenta e oito mil euros, isto é, vinte por cento do valor da adjudicação, quando em setembro a execução rondava os quinze. Portanto, em julho aprovamos um valor que corresponde a vinte por cento, em setembro ainda vamos nos quinze e já devíamos era ir nos quarenta e oito. -----

-----Depois, em relação à dois mil e trinta e um (deverá querer dizer “mil e trinta e um”) portanto, o programa habitacional do Rossio de Porto Salvo, nada temos a indicar. -----

-----Em relação à construção do novo programa de habitação da Quinta das Acácias, quarenta e dois fogos. O valor do reforço da dotação de dois mil e vinte e cinco corresponde na prática ao valor do adiantamento a conceder ainda este ano, um milhão e duzentos e vinte mil. E na reprogramação a aprovar omitem-se os valores da execução financeira realizada em dois mil e vinte e quatro. Também recomendar que sempre indique, não se percebe aqui porque é que neste caso não foi indicado. E mais uma vez ao contrário do que é a justificação, a justificação não é que vamos passar o ano económico e que isso é que justifica a reprogramação. O que justifica a reprogramação é o atraso na execução. -----

-----Depois, na proposta de São Marçal de quarenta fogos, o que acontece com as previsões desta empreitada é um bom exemplo da dificuldade de planear e prever o ritmo de execução das empreitadas e da facilidade com que se aprovam diferentes planos de trabalho e respetivos cronogramas financeiros, que depois não traduzem a realidade da obra. E o que nós pretendemos é que o rigor, o tal rigor que é necessário, além de tudo o que já foi falado aqui nesta Assembleia é, de facto, que o que se passa na obra, seja refletido naquilo que são os pagamentos e as reprogramações financeiras, os planos e os cronogramas. -----

-----Relativamente ao programa de Tercena nada temos a apontar. -----



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No programa de Leceia, em finais de setembro registava-se uma taxa de execução da empreitada de trinta e dois ponto quarenta e dois, quando o plano de pagamentos previa uma taxa de cinquenta e cinco ponto vinte e dois. -----

----- Depois, no caso do programa da Irmã Joana nada temos a apontar. -----

----- No caso da habitação sénior, de Talaíde, é mais uma proposta com a informação errada que agradecemos a correção na reunião de Câmara de amanhã. Agradecemos a correção que foi feita durante a manhã de hoje em sequência do email que enviámos ontem, mas o que é certo é que a proposta tem que ser corrigida na reunião de Câmara. -----

----- E, já agora, também na número sete que acabámos de votar, a correção foi feita para o valor dos onze milhões para os dez milhões, mas o prazo de execução que está na proposta inicial são quinhentos e quarenta dias, não são quinhentos e quarenta e oito. Essa parte não foi corrigida e também devia ser. -----

----- Face a todas estas questões que aqui apontámos deixo uma última questão. Vão os senhores vereadores com responsabilidade executiva e os senhores vereadores que têm a função de oposição e fiscalização passar a olhar as propostas com a devida atenção, ou vão habituar-nos a estas situações que, no mandato anterior, eram devidamente identificadas em sede de reunião de Câmara pela Senhora Vereadora Carla Castelo, da Coligação Evoluir Oeiras? Estamos a falar hoje de propostas que o Chega aqui quis fazer oposição, mas a verdade é que, em sede de reunião de Câmara, todas foram votadas sem exceção a favor e sem uma única intervenção.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH).” -----

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Para o Chega, só para terminar esta questão destas derrapagens, estas derrapagens não são um detalhe técnico, não são uma nota de rodapé. São sinal claro de falta de planeamento, de falta de rigor e falta de responsabilidade na gestão dos recursos. E é nosso dever, enquanto representantes eleitos, exigir explicações, responsabilização e mudança. Os milhões não desaparecem, não são um erro político e técnico. No investimento público, ainda mais num projeto de habitação municipal, uma derrapagem de vários milhões significa falta de estudo prévio, ou má previsão de custos, ou falta de controlo sobre o projeto, ou alterações não previstas, provavelmente mal justificadas. -----

-----O Chega não aceita a desculpa do “acontece”, ou do “foi do andamento das obras”. Não acontece por acaso, acontece por má gestão.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Por favor, façam silêncio, por favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“É que o PRR não paga derrapagens. A fatura cai em cima do Município e é preciso dizer isto de uma forma simples: o PRR paga apenas o valor aprovado. Os milhões adicionais saem diretamente do orçamento de Oeiras, e isto significa que outros projetos serão sacrificados, políticas essenciais podem ser adiadas e o Concelho assume encargos que não estavam previstos. É dinheiro dos munícipes retirado a outras prioridades. -----

-----Esta derrapagem nesta dimensão tem consequências diretas: menos investimento que poderia ir para segurança, para mobilidade, para equipamentos, para manutenção urbana. O Chega defende responsabilidade financeira. A improvisação não é política pública, é risco. -----

-----Por fim, verificamos que todas estas derrapagens financeiras, que totalizam mais de doze milhões de euros, serão pagas pelos contribuintes. O PRR não paga um cêntimo a mais. Quem paga é o Município, quem paga são os oeirenses.-----



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- Obrigada.” -----
- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
- “Obrigada, Senhora Deputada.-----
- Mais alguém pretende usar da palavra relativamente à apreciação destas propostas? Senhores deputados, não? Senhor Presidente, faz favor.” -----
- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----
- “Senhora Presidente, senhores deputados e senhoras deputadas. -----
- Eu, sinceramente, ou ignoro aquilo que se passa aqui à nossa volta, ou então temos que reagir a esta ignorância monumental. É uma coisa..., mas nós, realmente, a dada altura, temos que reagir ao disparate, porque caso contrário, entramos no mesmo, não é?-----
- Ora bem, eu queria só apenas dizer o seguinte: não há nenhuma derrapagem. Porque é que se insiste nesta matéria? Porque isto não é ignorância, isto é má-fé. Não há qualquer derrapagem nestas propostas. Estão a confundir reprogramação financeira e execução física com derrapagem. Não há derrapagem de um euro, não tem nada a ver uma coisa com outra. Portanto, esta insistência na derrapagem é malévola. Eu não posso deixar de chamar aqui a atenção para esse propósito malévolo de estar a insinuar que há má gestão, etc.” -----
- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----
- “É mentir.” -----
- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--
- “Estão a mentir, mas estão a mentir descaradamente. Portanto, comigo, cada vez que mintam são desmascarados. Não sejam tão mentirosos. Isto que a Senhora Deputada acabou de dizer é uma mentira, mas é uma mentira assim: “mentira, mentira, mentira, mentira...” ao quê? Ao sexto, ao sétimo, ao oitavo...” -----
- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----
- “Faz caminho. A mentira faz caminho.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Exatamente. Ora bem, não podemos permitir isto. E tenham paciência, eu estou aqui a denunciar esta situação, mas os senhores deputados também têm que o fazer. As senhoras e os senhores deputados estão aí, sabem que o que foi aqui dito que é mentira. Pois é. Na realidade, nós não podemos pactuar com a mentira, porque quando pactuamos com a mentira, obviamente que é dita hoje, é dita amanhã, é dita depois, não é? Eu estou suscetível, naturalmente, e sensível à crítica. Mas à crítica construtiva, não à mentira. A mentira não pode ser. À crítica corretiva, construtiva, estamos de acordo, agora, mentir descaradamente desta forma? É inadmissível. -----

-----Bem, mas há coisas positivas, coisas muito positivas. Vejam bem, eu próprio que lido com isto todos os dias.... Vejam bem, onze propostas. E era isto que eu achava que os senhores deputados deviam enfatizar. Isso é que é bonito e é isto que os incomoda, não sei se estão a ver.... Onze propostas. Estas onze propostas, sabem do que é que estamos a falar? Quatrocentos e vinte fogos. O que significa que estamos aqui a resolver o problema de quatrocentas e vinte famílias que, de outra forma, continuariam a viver miseravelmente. E, sobretudo, famílias que vão receber casas no âmbito da renda acessível. Estamos a falar de famílias que prescindem muitas vezes do aquecimento, que não têm férias, que não podem acompanhar os filhos à escola, que não podem levá-los ao médico quando eles precisam. É disto que estamos a falar. Que muitas vezes fazem sacrifícios enormes para conseguir dar o mínimo de educação aos seus filhos. -----

-----E é por isso que nós em Oeiras não nos limitamos a fazer casas. Preparem-se, para o próximo ano letivo nós vamos ter talvez mais de duas mil bolsas do ensino superior. Tivemos mil e quinhentas agora. Duas mil. O que é que isto quer dizer? Que iremos ter cada vez uma população mais letrada, mais instruída, mais conhecedora, mais esclarecida, de facto, que lhe vai permitir discernir, por exemplo, a mentira. Quanto mais informação a pessoa tiver, o cidadão tiver, quanto melhor formado ele for, mais resiste à mentira. É fundamental. Por isso, nós não estamos só a fazer casas. São quatrocentas e vinte casas que vão transformar a vida de quatrocentas e vinte famílias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

9

Mas há as bolsas de estudo. Mas há o aquecimento para as famílias, para os mais idosos. Há o médico em casa. Há os medicamentos. Há todas estas políticas sociais que a Iniciativa Liberal abomina. Pronto, já sabemos, eu não sabia que abominavam, mas que abominam. Mas para os oeirenses é uma excelente notícia: quatrocentas e vinte casas que irão ficar prontas ao longo do próximo ano.”-----

----- O Senhor Vereador Nuno Neto interveio e disse o seguinte: -----

----- “Quinhentas e sessenta e uma, Senhor Presidente...”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --

----- “Bem, mas aqui são quatrocentas e vinte. São quinhentas e tal para já, mas aqui são quatrocentas e vinte. E depois hão de ser mais setecentas e tal, essas sim do IHRU, na Estação Radionaval. E depois hão de ser mais três mil..., é verdade, hão de ser mais três mil destinadas à classe média. E aí, se por exemplo, a Iniciativa Liberal no Parlamento tiver alguma ideia positiva sobre como construir habitação a custos controlados e introduzir os promotores privados, nós estaremos disponíveis para disponibilizar mil fogos, por exemplo, para serem construídos por privados no âmbito dos custos controlados para poderem ser alienados a custos controlados, ou arrendados com a tal clausula de não poderem ser vendidos num período de trinta anos. -----

----- Ora, o que importa aqui, e é isso que estou a ver que nos dá uma força extraordinária...

Eu comecei a fazer as contas, porque era tanta coisa e cheguei a este número: quatrocentos e vinte fogos. Senhores deputados, acho que temos de estar satisfeitos, todos nós, e permitam-me que eu partilhe esta minha alegria convosco, porque independentemente das críticas que me façam, uma coisa é a crítica, como digo, outra coisa é inviabilizar, ou ter uma “insensibilidade pedrosa”. Pedrosa, que é que eu quero dizer com “pedrosa”? “Pedrosa” é o que me veio aqui à minha cabeça, ao meu cérebro. É “pedrosa” no sentido de alguém que se chama “pedrosa”. É uma espécie de fraga. As fragas têm alguma..., mas mesmo as fragas, se se lhe dá uma martelada, pode brotar água. Já vimos que desta fraga não brota nada. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Mais alguém quer usar da palavra quanto à apreciação destas propostas que estão aqui? Ou se podemos passar à votação? Podemos passar à votação, Senhores Deputados? Então temos aqui a proposta número oito, mil e vinte e oito/dois mil e vinte e cinco, relativamente à construção do programa habitacional Terra do Moinho, dezassete fogos, Porto Salvo.” -----

4.8.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1028/25 - DPCH - P.º 41/DCH/2023 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DA TERRA DO MOINHO - 17 FOGOS, PORTO SALVO - 2.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chérourx Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins). -- -----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 155/2025**-----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1028/25 - DPCH - P.º 41/DCH/2023 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DA TERRA DO MOINHO - 17 FOGOS, PORTO SALVO - 2.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e vinte e oito barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número sessenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político

Municipal Coligação Evoluir Oeiras e duas do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com a reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Programa Habitacional da Terra do Moinho - dezassete fogos, Porto Salvo, pela seguinte distribuição (segunda reprogramação): -----

----- Dois mil e vinte e cinco - um milhão setecentos e oitenta e quatro mil novecentos e - cinquenta e nove euros e trinta e oito cêntimos; -----

----- Dois mil e vinte e seis - oitocentos e sessenta e cinco mil sessenta e seis euros e vinte e um cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Iniciativa Liberal e Evoluir Oeiras, portanto, temos quatro abstenções. Não temos nenhum voto contra e a favor vinte e sete votos. Portanto, está aprovada por maioria a proposta do ponto número oito da Ordem de Trabalhos.” -----

4.8.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na votação desta proposta porque na proposta não se encontra a justificação da demora na obra e para a baixa taxa de execução da mesma, nem a mesma foi dada em sede de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

57

discussão na Assembleia quando questionado o executivo. Esta reprogramação é originada exatamente pelo significativo atraso na execução da empreitada e não por alteração do ano económico como indicado na proposta em análise. Acresce que ao contrário do que é afirmado na Proposta mil e vinte e oito/dois mil e vinte e cinco em análise à data da adjudicação, aprovada na PD duzentos e oitenta e um/dois mil e vinte e quatro, o executivo não aprovou qualquer escalonamento financeiro plurianual. Mais uma vez verificamos que em finais de setembro a execução desta empreitada tem um atraso significativo, em relação ao respetivo cronograma financeiro, na ordem quase dos novecentos mil euros, o que justifica e obriga a uma alteração da programação financeira. O horizonte temporal da empreitada é de três anos, pelo que a nova reprogramação deveria abranger os anos de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis. O valor de dois mil e vinte e quatro deveria corresponder à realização financeira até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro e o somatório dos valores dos três anos deveria ser igual ao valor da adjudicação acrescido do IVA. De referir que nenhuma das questões colocadas estava explicada na proposta e também não foi esclarecida em sede de assembleia municipal. Continuaremos a insistir que as Propostas que impliquem encargos plurianuais, sejam de abertura de um procedimento, sejam de adjudicação, devem ser explícitas quanto ao escalonamento financeiro plurianual. E o mesmo defendemos, por uma questão de transparência, para os contratos.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Proposta mil e vinte e nove/dois mil e vinte e cinco, relativamente à construção do programa habitacional módulos da Politeira, catorze fogos, Leceia.”-----

4.9.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1029/25 - DPCH - P.º 11/DPCH/2025 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL MÓDULOS DA POLITEIRA - 14 FOGOS, LECEIA – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÃO DE PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animaís-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 156/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1029/25 - DPCH - P.º 11/DPCH/2025 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL MÓDULOS DA POLITEIRA - 14 FOGOS, LECEIA – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÃO DE PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e vinte e nove barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número sessenta e seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com o cronograma financeiro da obra e reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Programa Habitacional Módulos da Politeira - catorze fogos, Leceia, pela seguinte distribuição: -----

----- Dois mil e vinte e cinco - um milhão cento e noventa e cinco mil trezentos e setenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos; -----

----- Dois mil e vinte e seis - um milhão trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta e seis euros. -----

----- O plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados à data de consignação, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Duas abstenções da Iniciativa Liberal e, portanto, os outros votam a favor. Portanto são vinte e nove votos a favor, que são dois do Evoluir Oeiras, não é isso? Não, peço desculpa, são todos.”-----

4.9.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” Ao fim de três meses de obra verifica-se já um atraso significativo na sua execução. Segundo o Quadro da Despesa, no final de setembro a execução situava-se nos catorze vírgula setenta e sete por cento, quando deveria estar, segundo o Plano de Pagamentos, nos quarenta e oito vírgula cinquenta e quatro por cento. Entre a adjudicação e a consignação da obra decorreu um mês e vinte e um dias. Esta reprogramação justifica-se não só para ajustar a programação financeira ao plano de trabalhos e ao cronograma financeiro apresentado pelo empreiteiro, mas sobretudo pelo atraso que a obra regista ao fim de três meses de execução, o que obriga a transitar para dois mil e vinte e seis um montante de encargos assumidos muito superior ao previsto na data de adjudicação, razão pela qual o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta proposta. Relembremos ainda que em julho o executivo aprovou um adiantamento no valor quatrocentos e oitenta e oito mil



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seiscentos e cinquenta e um vírgula cinquenta e nove euros, isto é, vinte por cento do valor de adjudicação (PD setecentos e trinta/dois mil e vinte e cinco, de vinte e três de julho), quando em setembro a execução rondava os quinze por cento É preciso mais execução, mais rigor e sobretudo mais compromisso Municipal nos programas de Habitação.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Temos agora o ponto décimo, sobre a proposta mil e trinta e um/dois mil e vinte e cinco, relativa à construção do programa habitacional de Porto Salvo, vinte fogos.” -----

4.10.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1031/25 - DPCH - Pº. 01/DPCH/2025 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DO ROSSIO DE PORTO SALVO - 20 FOGOS, PORTO SALVO -REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação

Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 157/2025** -----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1031/25 - DPCH - P.º 01/DPCH/2025 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DO ROSSIO DE PORTO SALVO - 20 FOGOS, PORTO SALVO -REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e um barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número sessenta e oito da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com o cronograma financeiro da obra e reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Programa Habitacional do Rossio de Porto Salvo - vinte fogos, Porto Salvo, pela seguinte distribuição: -----

----- Dois mil e vinte e cinco - duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e oitenta e oito euros e quarenta cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Dois mil e vinte e seis - dois milhões quatrocentos e vinte e quatro mil dois euros e sete cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.-----

----- O plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados à data de consignação, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, são duas abstenções, da Iniciativa Liberal e os outros votos a favor.”-----

4.10.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” Entre a adjudicação e a

consignação da obra decorreram quase dois meses. Esta reprogramação proposta justifica-se para ajustar a programação financeira ao plano de trabalhos e ao cronograma financeiro apresentados pelo empreiteiro, razão pela qual o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta proposta, apesar de considerar que é necessário mais rigor e uma programação fazível.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Ponto décimo primeiro, proposta mil e trinta e dois/dois mil e vinte e cinco, novo programa de habitação da Quinta das Acácias, quarenta e dois fogos, Carnaxide.” -----

4.11.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1032/25 - DPCH - P.º 34/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DA QUINTA DAS ACÁCIAS - 42 FOGOS, CARNAXIDE - 2.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animaís-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés



W

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).-----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 158/2025**-----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1032/25 - DPCH - P.º 34/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DA QUINTA DAS ACÁCIAS - 42 FOGOS, CARNAXIDE - 2.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e dois barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número sessenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo

25 e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com a reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Novo Programa de Habitação da Quinta das Acácias - quarenta e dois fogos, Carnaxide, pela seguinte distribuição:-----

----- Dois mil e vinte e cinco - quatro milhões seiscentos e cinco mil cento e trinta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos; -----

-----Dois mil e vinte e seis - um milhão quatrocentos e vinte e oito mil vinte e um euros e dezoito cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Com duas abstenções da Iniciativa Liberal foi aprovada por maioria.” -----

4.11.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” Nesta proposta o valor do reforço da dotação para dois mil e vinte e cinco corresponde, na prática, ao valor do adiantamento a conceder ainda este ano um milhão duzentos e dezanove mil e oitocentos euros. No fundo, esta reprogramação tem como objetivo viabilizar a concessão de um adiantamento. Tal como nas restantes reprogramações, na análise apresentam-se umas vezes valores de realização física, outras



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vezes valores de realização financeira, sem qualquer explicação porque o fazem. Por outro lado, na reprogramação a aprovar omitem-se os valores da execução financeira verificada em dois mil e vinte e quatro. Ao contrário do que é afirmado na proposta "A presente reprogramação plurianual, implica a alteração da distribuição financeira, por alteração do ano económico", tal não é verdadeiro, a alteração dos valores do escalonamento financeiro plurianual não resulta da transição de ano económico, mas sim dos atrasos registados na execução da empreitada. O Grupo Político Evoluir Oeiras concorda que se adiante valor de dotação para dois mil e vinte e cinco nas obras que é possível fazê-lo contribuindo para a execução financeira, razão pela qual votou favoravelmente a proposta."-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- "Ponto décimo segundo da nossa Ordem de Trabalhos. A proposta mil e trinta e três/dois mil e vinte e cinco, novo programa de habitação de São Marçal, quarenta fogos, Carnaxide."-----

4.12.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1033/25 - DCH - P.º. 10/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE SÃO MARÇAL - 40 FOGOS, CARNAXIDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 2.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo

Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animaís-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).---

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 159/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1033/25 - DCH - P.º 10/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE SÃO MARÇAL - 40 FOGOS, CARNAXIDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 2.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e três barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número setenta da Reunião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e duas do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com a reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual, atual, referente à empreitada Construção do Novo Programa de Habitação de São Marçal - quarenta fogos, Carnaxide, pela seguinte distribuição (segunda reprogramação): -----

----- Dois mil e vinte e cinco - dois milhões duzentos e cinquenta e sete mil oito euros e noventa e sete cêntimos; -----

----- Dois mil e vinte e seis - cinco milhões duzentos e dezoito mil duzentos e sessenta e cinco euros e dezoito cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Quatro abstenções, duas do Evoluir Oeiras e duas da Iniciativa Liberal.” -----

4.12.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de

programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” O que acontece com as previsões desta empreitada é um bom exemplo da dificuldade em planear, em prever o ritmo de execução das empreitadas, e da facilidade com que se aprovam planos de trabalho e respetivos cronogramas financeiros que não traduzem a realidade de uma obra. O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na votação desta proposta por não concordar com a forma como este processo é gerido, com pouco rigor e transparência. Senão vejamos a nossa análise: aquando da adjudicação desta empreitada na PD oitocentos e dezasseis/dois mil e vinte e quatro, o Balancete do PPI/dois mil e vinte e quatro, pelo menos para dois mil e vinte e seis, não tinha a adequada previsão dos encargos financeiros, como é exigido pelo Tribunal de Contas, não estando assim reunidas as condições legais necessárias para o fazer. Na oitocentos e trinta e quatro/dois mil e vinte e quatro foi proposta uma correção da previsão de encargos desta empreitada para dois mil e vinte e seis, com um reforço de cento e dezanove mil novecentos e sete vírgula oitenta euros, facto que não foi referido na PD oitocentos e sessenta e dois/dois mil e vinte e quatro. Pela PD oitocentos e sessenta e dois/dois mil e vinte e quatro, pretendeu-se corrigir retroativamente o escalonamento financeiro plurianual que tinha sido previsto na PD oitocentos e dezasseis/dois mil e vinte e quatro, tentando remendar o erro, o que motivou na altura a nossa abstenção por não avalizarmos uma gestão orçamental de correções retroativas tentando dar suposta legalidade a decisões ilegais. Pela PD cento e trinta e quatro/dois mil e vinte e cinco foi aprovada uma primeira reprogramação financeira, com fundamento na adequação da programação ao plano de trabalhos e respetivo cronograma financeiro, isto quase cinco meses após a consignação da obra.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Ponto décimo terceiro da nossa Ordem de Trabalhos. Proposta mil e trinta e quatro/dois mil e vinte e cinco, construção do programa habitacional de Tercena, oitenta e três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fogos, Barcarena.” -----

4.13.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1034/25 - DPCH - P.º 38/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE TERCENA - 83 FOGOS, BARCARENA - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chérourx Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa

Martins).--- -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 160/2025** -----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1034/25 - DPCH - P.º 38/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE TERCENA - 83 FOGOS, BARCARENA - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e quatro barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número setenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e duas do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com a reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Programa Habitacional de Tercena - oitenta e três fogos, Barcarena, pela seguinte distribuição: -----

-----Dois mil e vinte e cinco - três milhões duzentos e sessenta e um mil quinhentos e trinta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e nove euros e sessenta e dois cêntimos; -----

----- Dois mil e vinte e seis - onze milhões quinhentos e três mil quinhentos e vinte e oito euros e setenta e dois cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, quatro abstenções da Iniciativa Liberal e Evoluir Oeiras. É aprovada também por maioria.” -----

4.13.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” A nove de julho de dois mil e vinte e cinco foi aprovada uma primeira reprogramação financeira com fundamento na adequação do cronograma financeiro à data da consignação (PD seiscentos e cinquenta e sete/dois mil e vinte e cinco) decorridos menos de dois meses entre a adjudicação (cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco) e a consignação (trinta e um de março de dois mil e vinte e cinco) não se compreende que haja necessidade de uma alteração radical no escalonamento financeiro do encargo contratual. O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na votação desta proposta uma vez que a mesma propõe o reforço da dotação que tinha sido anteriormente fortemente reduzida, e por não concordar com a forma como este processo é gerido, com pouco rigor e transparência. Discordamos de uma gestão orçamental de jigajoga com as dotações orçamentais.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Ponto décimo quarto. Proposta mil e trinta e cinco/dois mil e vinte e cinco, construção programa habitacional de Leceia, noventa e seis fogos, Barcarena.” -----

**4.14.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1035/25 - DPCH - P.º 54/DCH/2023 -
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE LECEIA - 96 FOGOS,
BARCARENA - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos



B

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins). -- -----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 161/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1035/25 - DPCH - P.º 54/DCH/2023 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE LECEIA - 96 FOGOS, BARCARENA - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número setenta e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e duas do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com a reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Programa Habitacional de Leceia - noventa e seis fogos, Barcarena, pela seguinte

distribuição:-----

-----Dois mil e vinte e cinco - sete milhões duzentos e catorze mil seiscentos e vinte e quatro euros e quarenta e seis cêntimos; -----

----- Dois mil e vinte e seis - onze milhões seiscentos e nove mil quinhentos e oitenta e seis euros e oitenta e três cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Quatro abstenções, Iniciativa Liberal e Evoluir Oeiras. Os outros votam a favor, o que significa que é aprovada por maioria.” -----

4.14.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se nesta Proposta pois considera que a reprogramação financeira se justifica pelo atraso registado na execução da empreitada e não resulta da transição de ano económico. Adicionalmente não concordamos com o modelo de gestão de processos desta forma: Aquando da adjudicação deste Programa Habitacional não houve uma adequada previsão de encargos no PPI, designadamente para o ano de dois mil e vinte e cinco (PD oitocentos e setenta e um/dois mil e vinte e quatro). A nove de setembro foi proposta uma correção da previsão de encargos desta empreitada para dois mil e vinte e cinco, com um reforço de quinhentos e quarenta e dois mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

setecentos e quarenta e quatro vírgula cinquenta e sete euros (PD oitocentos e trinta e quatro/dois mil e vinte e quatro). Na mesma data foi aprovada, com a nossa abstenção, uma proposta para retificação retroativa do escalonamento financeiro plurianual que tinha sido previsto na PD oitocentos e dezassete/dois mil e vinte e quatro. A vinte de novembro de dois mil e vinte e quatro e três de dezembro de dois mil e vinte e quatro foi aprovada, respetivamente, na Câmara e na Assembleia Municipal, com o nosso voto contra, a primeira reprogramação financeira desta empreitada (PD mil cento e trinta e nove/dois mil e vinte e quatro). Em finais de setembro de dois mil e vinte e cinco registava-se uma taxa de execução da empreitada de trinta e dois vírgula quarenta e dois por cento, quando no plano de pagamentos se previa uma taxa de realização de cinquenta e cinco vírgula vinte e dois por cento.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Ponto décimo quinto. Proposta mil e trinta e seis/dois mil e vinte e cinco. Programa habitacional do empreendimento Irmã Joana, trinta fogos, Porto Salvo.”-----

4.15.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1036/25 - DPCH - P.º. 21/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DO EMPREENDIMENTO IRMÃ JOANA - 30 FOGOS, PORTO SALVO - 1.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de

Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animaís-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 162/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1036/25 - DPCH - P.º 21/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DO EMPREENDIMENTO IRMÃ JOANA - 30 FOGOS, PORTO SALVO - 1.ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e seis barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número setenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com a reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Programa Habitacional do Empreendimento Irmã Joana - trinta fogos, Porto Salvo, pela seguinte distribuição (primeira reprogramação): -----

----- Dois mil e vinte e cinco - três milhões setecentos e cinco mil duzentos e noventa e dois euros e seis cêntimos;-----

----- Dois mil e vinte e seis - três milhões quinhentos e cinquenta e dois mil sessenta e sete euros e vinte e três cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Duas abstenções da Iniciativa Liberal, os outros votam a favor. Aprovada por maioria.”-- -----

4.15.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de

programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” Entre a adjudicação e a consignação da obra decorreram cerca de dois meses. O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta Proposta dado que a reprogramação financeira se justifica não só pelo atraso registado na execução da empreitada, mas também pela concessão de um adiantamento no valor de um milhão trezentos mil oitenta e um vírgula vinte e sete euros (PD quatrocentos e quarenta e sete/dois mil e vinte cinco, de catorze de maio).”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Apreciação da proposta mil e trinta e sete/dois mil e vinte e cinco. Construção do programa habitacional sénior de Talaíde, trinta fogos, Porto Salvo.”-----

4.16.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1037/25 - DPCH - P.º 44/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL SÉNIOR DE TALAÍDE - 30 FOGOS, PORTO SALVO – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).-----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 163/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1037/25 - DPCH - P.º 44/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL SÉNIOR DE TALAÍDE - 30 FOGOS, PORTO SALVO – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO AJUSTADOS À CONSIGNAÇÃO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e sete barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número setenta e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte

e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso e libertação de fundos, de acordo com o cronograma financeiro da obra e reprogramação, substituindo-se a programação financeira plurianual atual, referente à empreitada Construção do Programa Habitacional Sénior de Talaíde - trinta fogos, Porto Salvo, pela seguinte distribuição: -----

----- Dois mil e vinte e cinco - um milhão seiscientos e oitenta e sete mil oitocentos e sessenta e oito euros e onze cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor;-----

-----Dois mil e vinte e seis - quatro milhões novecentos e oito mil novecentos e noventa e nove euros e setenta e sete cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Dois mil e vinte e sete - quatrocentos mil quatrocentos e setenta e um euros e cinquenta e um cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados à data de consignação, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Duas abstenções da Iniciativa Liberal, os outros a favor. Aprovada por maioria.”-----

4.16.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” Entre a adjudicação e a consignação da obra decorreu um mês e vinte e quatro dias.-----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta Proposta dado que a reprogramação se justifica para ajustar a programação financeira ao plano de trabalhos e ao cronograma financeiro apresentados pelo empreiteiro. De referir ainda o valor errado na programação financeira à data de abertura do procedimento - onde estava cinco milhões quatrocentos e sessenta e um mil duzentos e quarenta e sete vírgula vinte e quatro euros, foi corrigido para cinco milhões cento e cinquenta e dois mil cento e vinte vírgula zero quatro euros.”

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “E, finalmente, temos o ponto décimo sétimo da nossa Ordem de Trabalhos, que é a proposta mil e trinta e oito/dois mil e vinte e cinco. Requalificação arquitetónica, Bairro São Marçal, vinte e nove edifícios, Carnaxide.”-----

4.17.1. VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 1038/25 - DCH - P.º. 37/DCH/2024 – REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA BAIRRO DE S. MARÇAL (29 EDIFÍCIOS), CARNAXIDE, OEIRAS - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira

Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Pedro Filipe Fidalgo Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 164/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 1038/25 - DCH - P.º 37/DCH/2024 -
REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA BAIRRO DE S. MARÇAL (29 EDIFÍCIOS),
CARNAXIDE, OEIRAS - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta e oito barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número setenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação/compromisso substituindo-se a programação financeira anual anteriormente aprovada pela proposta de deliberação número mil e noventa e três, de dois mil e vinte e quatro, de seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, referente à empreitada Requalificação Arquitetónica Bairro de São Marçal (vinte e nove edifícios), Carnaxide, Oeiras, pela seguinte: ---

----- Sem IVA:-----

----- Ano dois mil e vinte e cinco - quatro milhões novecentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e dois euros e noventa e oito cêntimos; -----

----- Ano dois mil e vinte e seis - um milhão seiscentos e três mil setecentos e setenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos. -----

----- Com IVA: -----

----- Ano dois mil e vinte e cinco - cinco milhões duzentos e setenta e oito mil cento e vinte e quatro euros e setenta e cinco cêntimos; -----

----- Ano dois mil e vinte e seis - um milhão setecentos mil euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Duas abstenções da Iniciativa Liberal, aprovada por maioria.” -----

4.17.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“A construção de habitação pública em Oeiras garante o direito à habitação, cria condições essenciais para uma vida digna e promove a inclusão social a famílias com baixos rendimentos, jovens, idosos, população vulnerável. Seria por esta razão esperado que propostas de programas de habitação tivessem prioridade de execução e também algum rigor e transparência. Em vez disso, temos processos feitos à pressa, sem verificação nenhuma, e cujo Presidente considera “puramente administrativos e sem necessidade de discussão.” Logo na abertura do procedimento prevê-se para dois mil e vinte e cinco um encargo global de oito milhões setecentos e setenta e cinco mil duzentos e setenta e oito vírgula trinta euros (PD oitocentos e vinte e um/dois mil e vinte e quatro), quando o preço base posto a concurso é de oito milhões duzentos e setenta e oito mil quinhentos e sessenta e cinco vírgula quarenta e três euros, o que consideramos inexplicável. Entre a adjudicação e a consignação da obra decorreram pouco mais de dois meses. O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta Proposta pois considera que a reprogramação se justifica pelo atraso registado na execução da empreitada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Diga Senhora Deputada.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, só para lembrar que faremos chegar as declarações de voto sobre estas propostas. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Por escrito.” -----

